

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DO SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA  
NÍVEL DE MESTRADO

ANDRÉ MANTEUFEL FERREIRA

**‘Meus seguidores, minhas regras’: a construção do *ethos* nos discursos de  
jornalistas políticos no Twitter**

São Leopoldo – RS

2019

ANDRÉ MANTEUFEL FERREIRA

**‘Meus seguidores, minhas regras’: a construção do *ethos* nos discursos de jornalistas políticos no Twitter**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística Aplicada.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Eduarda Giering

São Leopoldo – RS

2019

F383m      Ferreira, André Manteufel.  
              ‘Meus seguidores, minhas regras’: a construção do *ethos* nos  
              discursos de jornalistas políticos no Twitter / André Manteufel  
              Ferreira. – 2019.  
              151 f. : il. color. ; 30 cm.

              Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos  
              Sinos, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, São  
              Leopoldo, 2019.

              “Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Eduarda Giering.”

              1. Jornalismo. 2. Redes sociais on-line. 3. Twitter (Rede social  
              on-line). 4. Semiologia. I. Título.

CDU 070:81'42

(Bibliotecária: Bruna Sant'Anna – CRB 10/2360)

**ANDRÉ MANTEUFEL FERREIRA**

**"MEUS SEGUIDORES, MINHAS REGRAS": A CONSTRUÇÃO DO ETHOS NOS  
DISCURSOS DE JORNALISTAS POLÍTICOS NO TWITTER**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

**APROVADO EM 30 DE JULHO DE 2019**

**BANCA EXAMINADORA**

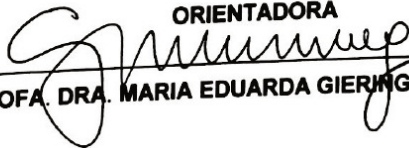


**PROF. DR. ERNANI CESAR DE FREITAS - UPF**



**PROFA. DRA. SABRINA FRANZONI - UNISINOS**

**ORIENTADORA**



**PROFA. DRA. MARIA EDUARDA GIERING - UNISINOS**

*Dedico este trabalho primeiro a Deus! Era Ele quem se colocava ao meu lado durante a solidão muitas vezes dolorosa, angustiante, na qual precisei mergulhar para tornar este trabalho realidade. Sem Deus, essas linhas jamais teriam sido escritas por mim.*

*Aos meus pais, irmãos, sobrinhos, minha esposa, Danieli, e aos meus filhos Bento e Benício, meus grandes amores!*

## AGRADECIMENTOS

O dever prazeroso de ir a São Leopoldo de tempos em tempos terá lugar cativo nas minhas memórias, e os capítulos dessas peregrinações ao Sul certamente serão eternos em minha vida.

Um mestrado, afinal, reserva mais do que páginas e páginas de uma dissertação. Esta é uma parte importante, claro. Mas a pesquisa é só a ponta de um imenso iceberg, incapaz de revelar a profundidade que precede sua eclosão acima da superfície.

Há inúmeras histórias não contadas neste trabalho, e que fazem jus aos agradecimentos que aqui elevo: aos meus pais, que respiraram intensamente cada etapa do mestrado comigo. Eu amo muito vocês!

À Danieli, minha esposa, por todo o apoio manifestado no decorrer desta caminhada. Uma das razões que me permitiram chegar aqui foi sua luta, sua paciência, uma dose extra de compreensão e de apoio incessante. Não foram poucas as vezes em ela segurou no meu ombro antes de dizer “força! Você vai conseguir”. Simplesmente obrigado, meu amor!

Ao meu filho Bento, meu mais fiel companheiro neste trabalho. Em inúmeras ocasiões, fazia questão de sentar-se no meu colo, diante do computador, para acompanhar de perto, atentamente, o que eu escrevia. Ninguém presenciou tanto minhas batalhas, alegrias e tristezas quanto ele.

Aos colegas de mestrado, com quem construí uma imensa parte dessas histórias não contadas, em especial à amiga Cátia Degan, companheira inseparável e fonte imensa de inspiração e aprendizado. Meu muitíssimo obrigado!

A todos os professores do PPGLA da Unisinos, em especial Cátia Fronza, Anderson Carnin, Ana Zilles e Caio Mira, que escancararam as portas da Unisinos e nos deram boas-vindas tão calorosas que fizeram encurtar sobremaneira a distância que nos separava de casa. Muito graças a vocês, o Rio Grande do Sul tornou-se meu segundo estado, um cantinho aconchegante onde de tempos em tempos vou sonhar em estar. Minhas reverências!

À querida orientadora Maria Eduarda Giering, com quem tive o privilégio de aprender sobre o delicioso exercício da análise do discurso. Não tenho palavras suficientes para agradecer. Nesta caminhada, a senhora foi uma grande professora! Espero ter sido um discípulo à altura.

Agradeço ainda aos mestres David Camilo e Luiz Filipe Ciribelli, dois amigos queridos que sempre me incentivaram, e que ouviam, entusiasmados, meus relatos em torno de aprendizados vindos das aulas do mestrado. Por fim, agradeço ao admirável doutor Carlos Lira, que foi peça importantíssima nos primeiros passos dessa trajetória. Seu apoio será inesquecível!

## RESUMO

O uso ostensivo das redes sociais digitais pelos jornalistas remodelou sua forma de trabalho, permitindo a elaboração de discursos estrategicamente ancorados em formatos que antes não eram aceitos nas mídias tradicionais. Um dos efeitos dessa mudança reside na modalização, através da qual o profissional cria uma imagem de si na informação transmitida ao público. Com vistas à compreensão das estratégias utilizadas para a construção desse *ethos*, o presente trabalho busca apurar como são construídos os discursos informativos de jornalistas políticos na divulgação do fato através da rede social Twitter. Para tanto, foram selecionados dois profissionais da chamada mídia tradicional e dois da mídia alternativa, em momentos distintos da política brasileira: quando do afastamento da presidente Dilma Rousseff, em maio de 2016, e do arquivamento de denúncias de corrupção contra o presidente Michel Temer, em agosto de 2017. Os nomes foram selecionados a partir de um estudo feito pela empresa Medialogue, em 2017. A pesquisa tem como base a Análise Semiolinguística do Discurso (CHARAUDEAU, 2016), particularmente em seu Modo de Organização Enunciativo, e analisa as formas de referenciação (MONDADA & DUBOIS, 2003) e de construção do *ethos* (AMOSSY, 2005). As análises revelam uso diversificado das categorias de modalização e até a forte exploração de elementos característicos de tecnogênero, evidenciando traços marcantes do *ethos* de cada jornalista no exercício de sua função.

**Palavras-chave:** Teoria Semiolinguística do Discurso; *ethos*; referenciação; tecnodiscurso; jornalismo



## **ABSTRACT**

The ostensible use of digital social networks by journalists has reshaped their way of working, allowing the elaboration of discourses strategically anchored in formats that were not previously accepted in traditional media. One of the effects of this change is the modalization, whereby the professional creates an image of himself in the information transmitted to the public. Com vistas à compreensão das estratégias utilizadas para a construção desse *ethos*, o presente trabalho busca apurar como são construídos os discursos informativos de jornalistas políticos na divulgação do fato através da rede social Twitter. Aiming at understanding the strategies used to construct this *ethos*, this dissertation seeks to determine how the informative discourses of political journalists are built in the publication of facts on the Twitter social network. For this, two professionals from the so-called traditional media and two from the alternative media were selected at different moments in Brazilian politics: when President Dilma Rousseff was dismissed in May 2016, and the filing of allegations of corruption against President Michel Temer, in August 2017. The professionals were selected from a study by the company Medialogue in 2017. The research is based on the Semiolinguistic Discourse Analysis (CHARAUDEAU, 2016), particularly in its Enunciative Organization Modes, and analyzes the forms of referencing (MONDADA & DUBOIS, 2003) and *ethos* construction (AMOSSY, 2005). The analyzes reveal a diversified use of the modalization categories and even the strong exploration of characteristic elements of *technogenres*, highlighting striking traces of each journalist's *ethos* in the exercise of his or her role.

**Keywords:** Semiolinguistic Discourse Theory; *ethos*; referencing; technodiscourse; journalism

## SUMÁRIO

<b>1. #O INÍCIO DE TUDO.....</b>	<b>10</b>
1.1 #Onde estou.....	14
<b>2. #UM POUCO DE HISTÓRIA.....</b>	<b>17</b>
<b>3. #PARTIU TEORIA.....</b>	<b>21</b>
3.1 # <i>Ethos</i> discursivo (e jornalístico).....	21
3.2 #Ah, a Semiologia!.....	28
3.2.1 Situação e contrato de Comunicação.....	38
3.2.2 Os Modos de Organização de Discurso.....	50
3.3 #Referenciação.....	55
3.3.1 Categorias de referenciação.....	57
3.4 #Os operadores argumentativos.....	64
3.5 #Por que o Twitter?.....	67
3.6 #Precisamos falar dos gêneros.....	73
3.6.1 O contexto na produção discursiva.....	76
3.6.2 Tecnodiscursos: os gêneros <i>online</i> .....	78
<b>4. #METODOLOGIZANDO.....</b>	<b>81</b>
4.1 Participantes da pesquisa.....	85
4.2 Metodologia de análise.....	89
<b>5. #HORA DA ANÁLISE.....</b>	<b>93</b>
<b>6. #VAMOS ÀS CONCLUSÕES.....</b>	<b>131</b>
<b>7. @MINHAS REFERÊNCIAS.....</b>	<b>135</b>
<b>8. #ANEXOS.....</b>	<b>139</b>



dos profissionais da comunicação e lhes atribuem o dever não apenas de noticiar, mas também de se manifestar em relação a um acontecimento.

Um jornalista, afinal, não se pronuncia em *espaços* onde não haja sujeitos interessados em suas opiniões. A questão é que isso ocorre mesmo diante dos riscos prementes que se constroem como consequência do que dizem, o que faz com que esse *dizer publicamente* seja um campo minado no qual uma determinada opinião pode entrar em conflito com o caráter informativo. E esse embate é, sobretudo, mais visível em territórios midiáticos potencialmente sensíveis a divergências, como são os casos do jornalismo político e esportivo. A tensão, nessas circunstâncias, recai naturalmente sobre o próprio enunciador.

Essa realidade que acomete os jornalistas contemporâneos constitui um cenário ora caótico ora de otimismo, mas segue inexoravelmente aberta às novas tecnologias que se incorporam ao cotidiano das redações, agregando as inovações que surgem com grande potencial de estender o poder da mídia. Ou seja, os cuidados da profissão recaem mais sobre esses amplificadores que garantem a propagação da opinião do que exatamente sobre os efeitos que essa opinião pode provocar para o profissional e para o seu público.

Um reflexo disso é o resultado de uma pesquisa realizada em 2011 pela PR Newsire<sup>4</sup>, empresa sediada em São Paulo (SP), especializada na produção e distribuição de conteúdo digital. Do universo de 305 profissionais entrevistados, mais de 96% faziam uso de redes sociais na internet. Além disso, 79,7% desses jornalistas já utilizavam essas ferramentas para manter contato com as fontes. A pesquisa também indicou a importância do Twitter para o trabalho dos comunicadores: 73,4% deles informaram que a rede era a que mais poderia contribuir com seu ofício, seguido à época pelo Facebook, com 18,7%.

O fato de se encontrar em pleno processo de reformulação faz com que as projeções em torno do futuro do jornalismo ainda estejam envoltas numa penumbra sem vistas à dispersão. Esse motivo já se constitui numa razão apropriada à produção de pesquisas destinadas a lançar luz e a compreender os novos paradigmas do exercício do Jornalismo.

O que há de concreto em meio a essas incertezas é a clara constatação de que a linguagem jornalística se alterou, deixou de ser a forma precisa e inflexível das

---

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www2.prnewswire.com.br/downloads/paper\\_pesquisa\\_portugues.pdf](http://www2.prnewswire.com.br/downloads/paper_pesquisa_portugues.pdf).

décadas anteriores para aproximar-se de escolhas lexicais mais ousadas, construções textuais variadas, conectadas com as formas de expressão dos falantes nas redes sociais, produzindo enunciados com maior poder de interação e logicamente de impacto. No Twitter, em particular, essas mudanças são notórias.

E é dessa conjuntura que nasce a motivação para esta pesquisa. Trata-se da materialização do desejo de investigar os rumos desencadeados pela linguagem num campo onde ela própria é o instrumento de trabalho. Se todas as transformações linguísticas mobilizaram diretamente os profissionais envolvidos, não foi diferente com o pesquisador que conduz este estudo, já que também está imerso no universo do jornalismo. Eis, pois, a porção passional de tudo o que veio a ser produzido e que se encontra nas páginas seguintes.

Como tal, espera-se que seus resultados contribuam de alguma forma na composição da teia de pesquisas que visam a explicar os fenômenos que interligam a Linguística Aplicada e a Comunicação nas novas mídias. De antemão, já é possível dizer que as incontáveis horas dedicadas a este trabalho constituíram um combustível a mais para que este próprio pesquisador siga em busca da resposta que ainda atormenta muitos profissionais: afinal, para onde vai o jornalismo?

Evidentemente não é possível responder a essa questão de forma satisfatória e ao mesmo tempo tão rapidamente. É necessário trabalhar profundamente cada variante que envolve a complexidade linguística que circunda a comunicação. No curso deste trabalho, busca-se explorar as nuances que denunciam a construção da imagem do jornalista por meio do seu próprio discurso no Twitter. Daí as razões que levam a empregar aqui, como metodologia, a análise do discurso.

E é este o cenário que norteia a pergunta de pesquisa: *como a imagem de si construída pelos jornalistas políticos inseridos no Twitter interfere na produção discursiva que eles utilizam para informar o público dessa plataforma?*

Essa também é, por sua vez, a premissa de onde se parte para o que vem a ser o objetivo geral deste trabalho: identificar como, em meio a grandes coberturas políticas na rede social Twitter, jornalistas constroem a imagem de si nos próprios discursos publicados na plataforma.

Essa constituição da imagem de si pelos jornalistas na rede social exige, portanto, que se ponha em análise a construção do *ethos* nos discursos investigados, considerando os efeitos da modalização e da referenciação nos enunciados que estarão presentes na pesquisa. Estes são elementos fundamentais para uma

observação minuciosa de modo que aponte, enfim, para uma análise do discurso que atenda às demandas presentes na pergunta de pesquisa e no objetivo geral do trabalho.

Daí o afinamento que leva aos objetivos específicos:

a) verificar a imagem que o jornalista político projeta de seus textos publicados no Twitter por meio do estudo do *ethos* discursivo;

b) revelar, por meio de processos de modalização dos enunciados, os comportamentos enunciativos dos jornalistas em suas interações no Twitter durante dois importantes acontecimentos políticos – o afastamento da presidente Dilma Rousseff, no dia 12 de maio de 2016, e o arquivamento de denúncias de corrupção do presidente Michel Temer, no dia 02 de agosto de 2017;

c) averiguar os processos de referenciação presentes nos enunciados, evidenciando pontos de vista na construção de objetos-de-discurso.

As observações em torno do *ethos* merecem justificativa: toda e qualquer forma de manifestação, inclusive nas redes sociais, produz resultados que fazem criar uma parte locutória, que transcende o próprio enunciado. Trata-se da imagem que o locutor fabrica de si mesmo por meio do uso da língua.

Assim, ao se investigar os jornalistas políticos que discursam no Twitter, nos debruçaremos não apenas sobre os discursos, mas também sobre a construção desses enunciados para a constituição da imagem desses enunciadore, o que, por sua vez, garante a autoridade de quem faz uso para interagir na rede social.

Portanto, esta pesquisa traça dois caminhos que julgamos pertinentes para se compreender como se compõe o enunciado do jornalista: o primeiro se forja em seu próprio *ethos*, enquanto alguém que produz a autoridade para se pronunciar a respeito de Dilma Rousseff e Michel Temer; o segundo toma como análise a referenciação enquanto ferramenta para construir os objetos-de-discurso – por sinal, esses mesmos presidentes.

Os jornalistas ora investigados são Ricardo Noblat, Diogo Mainardi, George Marques e Rodrigo Vianna. A seleção desses nomes provém de outra pesquisa realizada em 2017 pela *Medialogue Digital*, empresa que atua na área de comunicação digital em São Paulo (SP), intitulada *Os principais influenciadores políticos da web brasileira*.

Para tanto, tal fundamentação está estruturada em duas partes: a primeira, que se pode chamar de *Estado da Arte*, na qual será apresentado um breve compilado de

produções científicas recentes, desenvolvidas em torno do universo da Teoria Semiolinguística do Discurso, fundada por Charaudeau (2016); a segunda, categorizada de *Revisão Teórica*, que contempla todo o escopo bibliográfico desenvolvido com vistas à produção da pesquisa.

Assim, o aporte teórico será aberto com a abordagem em torno do *ethos* (3.1), que, como se verá, é um importante norteador da produção discursiva. Essa base servirá de sustentação, portanto, para a inserção do estudo na Teoria Semiolinguística (3.2). Trata-se de observar os princípios que levam à construção da *situação de comunicação* e do *contrato de comunicação*.

Ainda neste campo, serão abordados os Modos de Organização do Discurso descritos por Charaudeau (2016), em particular o Enunciativo, bem como os modalizadores presentes nessas práticas discursivas.

A seção 3.3 trabalha a Referenciação na visão de Mondada e Dubóis (2003), cujas fundamentações serão relevantes para indicar como se dá a construção de um objeto-de-discurso. Utilizando excertos do *corpus* de análise, abordaremos diferentes formas de focalização e categorização do referente nas produções discursivas.

No item 3.4, lançaremos um olhar sobre os operadores argumentativos trazidos por Koch e Elias (2016), e o papel que exercem na produção argumentativa, em certa dose utilizada pelos jornalistas selecionados.

Já a seção 3.6 gira em torno dos gêneros do discurso, desde sua concepção na era moderna, inaugurada por Bakhtin (2015), até alcançar o panorama atual, que valoriza o contexto em que ocorre o enunciado e, sobretudo, que promove uma nova epistemologia, em torno dos tecnodiscursos, apoiados em Paveau (2013).

O capítulo 4 traz as especificações e procedimentos metodológicos, enquanto o capítulo 5 consiste na análise do *corpus*. Posteriormente, no capítulo 6, virão as conclusões e as perspectivas científicas a partir deste trabalho.

## **1.1 #Onde estou**

Trago para este trabalho minha formação e experiências em Jornalismo, iniciadas em 2003. Desfrutei, desde então, da rotina de vivenciar práticas jornalísticas intrínsecas às mídias tradicionais, como rádio e jornal impresso, bem como da introdução às mídias digitais, nas quais inúmeros jornalistas, inclusive aqueles com currículo mais vasto, viram necessidade de demarcar seu próprio território.

A clara percepção de que as mudanças sobrepujam às próprias tecnologias, alcançando em especial o universo discursivo, elevaram o propósito de observar a atividade jornalística nas novas mídias sob a óptica dos enunciados. Sob este ponto de vista, a relação jornalismo / discurso ou novas mídias / discurso não chega a ser uma novidade.

É evidente que há no Brasil outros diversos estudos já concluídos ou ainda em curso utilizando a abordagem semiolinguística como objeto teórico-metodológico para se investigar aspectos que envolvem essas relações. Chamo a atenção para diversas obras recentes (RODRIGUEZ, 2011; SOUZA, 2013; STORINO, 2013; SANT' ANNA, 2014; HALFELD, 2016; e DA CRUZ, 2018), bem como para a produção de artigos em torno da Teoria Semiolinguística do Discurso, criada por Charaudeau, conforme se verifica em Faro e Gonçalves (2009), Valente e Pinto (2014), Belochio (2015) e Lelo e Grohmann (2018).

Da Silva (2016) adota a Semiolinguística como estratégia de pesquisa para detectar como se dá a construção do *ethos* por meio de *recursos intertextuais*, a partir de crônicas produzidas em revista semanal.

Em sua tese de doutorado, Boaventura (2017) ampara-se em Santaella (2013) ao reforçar que a comunicação ubíqua<sup>5</sup>, protagonizada por seres de mesma natureza, também ocorre no ambiente digital. A partir desse ponto de vista, o pesquisador debruça-se sobre a rede social Twitter para identificar fenômenos interativos que permitem fazer reconsiderações no modelo de situação de comunicação – objeto da Teoria Semiolinguística – fundado por Charaudeau (2016).

Souza (2013), por sua vez, apresenta um estudo em que busca apontar como a voz radiofônica do locutor expõe não apenas sua subjetividade como também a da própria linha editorial do veículo. Mais uma vez, é feito uso de uma abordagem semiolinguística para apontar os comportamentos enunciativos no *corpus* de sua análise.

Assim, esta pesquisa oferece uma abordagem distinta dos trabalhos anteriores no momento em que busca explorar as estratégias discursivas que os jornalistas adotam, edificando o *ethos* em suportes que os colocam mais próximos com o público

---

<sup>5</sup> O termo *ubiquidade*, quando relacionado com as novas mídias, representa a possibilidade de interação por diferentes dispositivos a qualquer hora e lugar. Santaella (2013) sustenta que o fluxo de informações que corre por essas redes ubíquas produz conhecimentos individuais, ao mesmo tempo em que intensifica uma interação capaz de gerar condições cognitivas que permitam aos indivíduos melhor observar o mundo à sua volta.



consumidor de informação. É nesse meio que vêm à tona dilemas ético-profissionais como *subjetividade x objetividade*, *informação x opinião* ou *individualidade x coletividade*.

Antes, contudo, posicionamos o cenário em que nossa pesquisa se desenrola e, por consequência, onde as dualidades ocorrem.

## **2. #UM POUCO DE HISTÓRIA**

Este capítulo tem por finalidade apresentar o contexto em que ocorre o objeto da presente pesquisa, particularmente no que concerne aos objetos-de-discurso constantes nos enunciados dos jornalistas analisados.

Desde que eclodiram as grandes manifestações contra a corrupção no Brasil, em 2013, motivadas inicialmente por pequenos protestos contra o aumento de 20 centavos nas passagens de ônibus de São Paulo (SP), a popularidade de agentes políticos país afora passou a cair vertiginosamente. As campanhas iniciadas nas redes sociais levaram milhões de pessoas às ruas em diversos pontos do Brasil, e os movimentos logo atingiram seu caráter nacional.

Essa condição direcionou boa parte dos ataques à imagem da presidente Dilma Rousseff, em torno de quem se cunhou um constructo de que passava por ela e por sua legenda, o Partido dos Trabalhadores (PT), o aparelhamento dos atos de corrupção cometidos por políticos brasileiros. Àquele momento, os 10 anos de governo petista à frente da Presidência da República, iniciados por Luiz Inácio Lula da Silva, tiveram sua credibilidade posta em xeque pelos apoiadores dos protestos.

Entretanto, os movimentos populares majoritariamente impulsionados pela classe média não surtiram efeitos suficientes nas eleições de 2014, e Dilma Rousseff acabou reeleita no 2º turno com 54.501.118 votos (51,64%) frente ao candidato Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que foi a opção de 51.041.155 pessoas (48,36%).

Os protestos mantiveram-se ocasionalmente no mandato seguinte. E os efeitos imediatos da rejeição que se ampliava contra a presidente, computada em diversas pesquisas de opinião, foram os seguidos pedidos de cassação que se acumularam na Câmara dos Deputados a partir de 2015. Grande parte foi rejeitada pelo Congresso por falta de provas, mas um especificamente, apresentado em outubro do mesmo ano, foi recebido pelo Parlamento. Tratava-se de uma peça elaborada pelos juristas Janaína Conceição Paschoal, Miguel Reale Jr. e Hélio Bicudo, e subscrito por lideranças diretamente ligadas às mobilizações ocorridas no país desde 2013.

Os autores se basearam no crime de responsabilidade, constantes no artigo 85 da Constituição Federal e na Lei 1.079/1950, para legitimar a abertura do processo de *impeachment*. Ambos os textos atentam que esse procedimento ocorre, dentre outras averiguações, também contra a probidade na administração e contra a lei orçamentária.

As acusações contra a presidente Dilma Rousseff têm sua origem na falta de reposição pelo Tesouro Nacional de saldos negativos da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, ocasionados pelo pagamento de benefícios, artifício conhecido como 'pedalada fiscal'. Dois aspectos que agravaram a situação política da presidente foram o fato de a própria Caixa ter entrado na justiça contra o governo em 2013, na tentativa de reaver R\$ 274,4 milhões dos Ministérios das Cidades e da Agricultura, e o decreto governamental que estabeleceu o sigilo das dívidas com os dois bancos, em abril de 2016.

Todo esse cenário provocou a abertura do processo de *impeachment* pelo Senado Federal no dia 12 de maio de 2016, graças aos votos favoráveis de 55 senadores, tendo como consequência imediata o afastamento da presidente por 180 dias. O vice-presidente Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), assumiu interinamente no lugar de Rousseff.

No dia 31 de agosto do mesmo ano, a presidente afastada foi condenada pelo crime de responsabilidade e perdeu definitivamente o cargo após nova votação no Senado, desta vez por 61 votos a 20. Temer passou então a ser o presidente efetivo.

Ao tratar do então novo presidente, é preciso levar em conta outro fator que também contribuiu para acalorar os ânimos populares: a investigação da Polícia Federal denominada Operação Lava-Jato, descrita pelo Ministério Público Federal (MPF) da seguinte maneira:

O nome do caso, "Lava Jato", decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas. Embora a investigação tenha avançado para outras organizações criminosas, o nome inicial se consagrou.

A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia (MPF, s.d.).

Iniciada em Curitiba (PR) em março de 2014, a operação que tinha primeiramente como alvo doleiros que utilizavam uma rede de postos de combustíveis e de lava jato de veículos na capital paranaense para lavar dinheiro acabou por deflagrar uma enorme teia que envolvia também a participação de grandes empreiteiras nacionais, políticos, funcionários e intermediários ligados à Petrobras.

---

<sup>6</sup> Mantém-se neste trecho a transcrição em conformidade com o texto original.

Tido pelos próprios órgãos investigadores como o maior da história do país, o esquema de corrupção levou a Polícia Federal a investigar o desvio de mais de R\$ 48 bilhões entre 2014 e 2017 (LEITE; ARCOVERDE, 2018).

Em meio às mais de 320 investigações realizadas no período, uma alcançou denúncia de corrupção passiva por parte do presidente Michel Temer, que teria recebido R\$ 500 mil entre março e abril de 2017, através do ex-assessor especial da Presidência da República e ex-deputado federal pelo Estado do Paraná Rodrigo Rocha Loures. O ex-assessor chegou a ser filmado pela Polícia Federal num bairro nobre de São Paulo (SP), saindo de uma pizzaria às pressas em direção a um táxi que o esperava na esquina, com o porta-malas já aberto. Segundo a denúncia, ele portava uma mala com o dinheiro, entregue pelo empresário Joesley Batista, dono da indústria de alimentos processados JBS, envolvida em operações ilegais que também foram alvo da Operação Lava-Jato.

Outro agravante que pesava contra Temer: uma gravação feita pelo próprio empresário de uma conversa com o presidente no Palácio do Jaburu, residência oficial da Vice-Presidência da República. O áudio apontava um aceno positivo de Joesley em relação ao então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Durante seu depoimento à Polícia Federal, realizado com o benefício de delação premiada, Joesley contextualizou o diálogo, esclarecendo que se tratava de um pagamento no valor de R\$ 5 milhões referentes a uma propina remanescente em troca do silêncio do deputado. A gravação revela Temer aprovando a situação informada por Joesley.

As suspeitas em torno do presidente da República resultaram num procedimento semelhante ao que se iniciara anteriormente com sua antecessora. A acusação advinda do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, chegou à Câmara dos Deputados, onde o deputado federal Paulo Abi-Ackel, do PSDB<sup>7</sup> de Minas Gerais, foi o escolhido para ser o relator do processo.

O relatório final defendia o arquivamento da denúncia contra o presidente da República. É o conteúdo deste documento que foi a votação da Câmara no dia 2 de agosto de 2017, quando, por 263 votos a 227, foi aprovado e a denúncia por corrupção passiva contra Temer arquivada. Para que a denúncia fosse aberta no Supremo Tribunal Federal (STF), era necessária a rejeição de 2/3 da Casa, ou seja, do apoio de 342 deputados federais<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Partido da base de apoio ao Governo Temer.

<sup>8</sup> A Câmara dos Deputados dispunha de um total de 513 membros.

Em outubro de 2017, mais uma denúncia contra o presidente foi arquivada, e o mandato presidencial do emedebista teve sequência até seu encerramento natural, em 31 de dezembro de 2018.

Apresentados os acontecimentos políticos, alcançamos o capítulo 3, a partir do qual desenvolvemos as reflexões teóricas necessárias para a sustentação da pesquisa, iniciando pelo *ethos* discursivo, uma das bases deste trabalho.

### **3. #PARTIU TEORIA**

Conforme descrito anteriormente, este capítulo compreende o escopo teórico elaborado com vistas à pesquisa ora desenvolvida. O objetivo aqui é estabelecer os traços epistemológicos que legitimam o trabalho, ao mesmo tempo que o apontam

para as etapas seguintes, tanto no que concerne à metodologia empregada quanto à análise. Tome-se a Teoria Semiolinguística do Discurso (CHARAUDEAU, 2016) como a base desta pesquisa. É esse o princípio em que orbitam boa parte dos mecanismos que norteiam o estudo, e as abordagens teóricas poderiam perfeitamente ser iniciadas a partir desse fundamento.

Entretanto, julgamos ser importante tomar de imediato as considerações pela construção do *ethos*, não apenas por sua relevância na produção do discurso mas também por ser uma etapa que precede o enunciado. Essa lógica equivale ao fluxo de um funil, inserindo-nos numa abordagem pré-enunciativa para, em seguida, adentrar na Teoria Semiolinguística, bem como nos demais campos constitutivos da materialidade discursiva.

### 3.1 #*Ethos* discursivo (e jornalístico)

A complexidade que circunda um ato de comunicação vai além do acordo de compreensão que locutor e ouvinte estabelecem sobre um dado enunciado. Em outras palavras, há muitas circunstâncias em cena no instante em que alguém profere algo a outra pessoa: desde os papéis assumidos por cada participante, passando pela situação de comunicação em que se insere o enunciado, até chegar à intencionalidade que cada um assume nessa relação.

Em toda forma de interação existe uma relação pré-concebida ao próprio discurso, e que consiste numa condição de autoridade entre os interlocutores. Ouvir um cidadão comum dizer que *o país vai mal* não tem o mesmo efeito quando é dito por alguém que se coloca como porta-voz de uma comunidade, como é o caso dos jornalistas.

A construção dessa imagem de si (*ethos*) ocorre, como se verá nos parágrafos seguintes, dentro e fora do discurso, e, no universo de Aristóteles, compõe uma percepção interligada ao *logos* (que significa fundamentalmente *razão*) e ao *pathos* (uso da emoção). Nessa concepção filosófica, o *ethos* estabelece-se em torno das virtudes que dão credibilidade ao orador e, ao mesmo tempo, confere a dimensão social que aloca a relevância e o poder de convencimento do locutor frente ao seu auditório a partir de seu caráter e tipo social (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012). Ou seja, passa pelo *ethos* a condição de autoridade que um orador adquire diante de um determinado público.

Tal prerrogativa ganha fôlego quando inserida na abordagem da análise do discurso, na óptica de Maingueneau (2013). Segundo ele, o peso do *ethos* está no fato de que esse aspecto participa do enunciado, mesmo sem estar materialmente nele. A premissa da autoridade, portanto, apoia-se na legitimidade que o locutor busca para o seu discurso, e que está presente na sua institucionalidade, no seu saber, no papel que produz de si e nas próprias manifestações corporais e vocais. Assim, há um universo de elementos extra-discursivos que se coloca a serviço da construção do *ethos*, o qual, na concepção de Maingueneau (2013), se dá por meio de uma encenação.

Mesmo um texto escrito apresenta aspectos que induzem o leitor a produzir um corpo do sujeito que enuncia, estabelecendo um ser que se impõe como fiador do que é dito (MAINGUENEAU, 2013). Por isso mesmo, o enunciador é constituído não só por um corpo como também por um caráter, elemento fundamental nesse jogo de encenação.

Concomitantemente, pode-se perceber que há ainda outro aspecto essencial para a construção da imagem de si visada pelo locutor: o gênero discursivo. A relação entre o *ethos* e o gênero se funda na intimidade necessária para que todos esses elementos mencionados se aloquem num contexto específico apropriado para se alcançar as finalidades propostas por meio do discurso.

Em outras palavras, um jornalista político que crava sua posição em torno de um acontecimento só obterá êxito mediante escolhas essenciais do gênerodiscursivo, dos gestos, do papel que pretende ocupar pelo enunciado; em síntese, ele se apoia na complexidade da encenação produzida por meio de sua manifestação verbal e não-verbal<sup>9</sup>, que precede à porção material que também participa da produção do seu *ethos*. É através desse caminho que o jornalista político assume, portanto, como mencionamos, a condição de porta-voz de uma comunidade.

Mas colocar-se como porta-voz demanda a fabricação de uma imagem que o locutor constrói de si perante o *auditório* (AMOSSY, 2005) para o qual o discurso é direcionado, e da parcela de responsabilidade que esse mesmo discurso tem nessa representação.

Amparando-se no *corpus* desta pesquisa, é pertinente fortalecer a convicção de que os discursos são trazidos por seus autores da maneira como estão porque são a

---

<sup>9</sup> A produção da imagem de si precedente à tomada de turno é classificada por Maingueneau como *ethos prévio* ou *pré-discurso* (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012).

materialização de uma imagem de si pretendida pelos respectivos locutores, e que os coloca como portadores de uma verdade absoluta, explicitada num ponto de vista inédito, com maior potencial de elucidação do que todos os demais que venham com ele a concorrer.

Afinal, como foi mencionado, o jornalista no Twitter põe-se como construtor de uma imagem de si próprio que o permite ir além do papel de informante dos acontecimentos, expondo sua subjetividade por meio dessa autoridade supostamente conquistada perante seu público. Essa condição é estabelecida através de uma relação que passa também pela representatividade do enunciador em seu meio social, conforme postula Amossy (2005; p. 20):

Na realidade, o poder das palavras deriva da adequação entre a função social do locutor e seu discurso: o discurso não pode ter autoridade se não for pronunciado pela pessoa legitimada a pronunciar-lo em uma situação legítima, portanto, diante dos receptores legítimos. É assim com o sermão, com a entrevista coletiva, com o poema; enfim, com todas as formas de discurso que circulam em uma sociedade.

Essa legitimidade impõe-se sobre seus interlocutores por meio da palavra, uma vez que é nela que se forja o *capital simbólico* (AMOSSY, 2005) que coloca em patamares diferentes enunciador e ouvintes. Assim o é na interação que o jornalista estabelece com os usuários que o seguem. Seu discurso é elevado em relação aos turnos de fala seguintes, de cada reação do interlocutor. Entretanto, o que provoca essa distinção que garante maior eficácia desse locutor não necessariamente é o que está contido no discurso, mas em quem o enuncia e do poder que este tem diante do público (AMOSSY, 2005).

Essa autoridade que ocorre pela construção do *ethos* através do discurso tem forte ligação com o contrato de comunicação, através do qual envolve a tomada de papéis por locutor e interlocutor dentro da situação de comunicação, o que se dá sob a regência de uma relação estabelecida necessariamente pela imagem que um faz do outro.

Para Amossy (2005, p. 124),

O bom andamento da troca exige que a imagem do auditório corresponda a uma imagem do orador. De fato, a eficácia do discurso é tributária da autoridade de que goza o locutor, isto é, da ideia que seus interlocutores fazem de sua pessoa. O orador apoia seus argumentos sobre a doxa que toma emprestada de seu público do mesmo modo que modela seu *ethos* com as representações coletivas que assumem, aos olhos dos interlocutores, um valor positivo e são suscetíveis de produzir neles a impressão apropriada às circunstâncias.



Ou seja, a imagem que o locutor propõe de si é aquela que enxerga do seu próprio público, de modo que a construção do *ethos* é feita, então, como define Amossy (2005, p. 124), “ao sabor de um verdadeiro jogo especular”. Assim, da mesma maneira que um astrônomo deverá adequar seu discurso a uma plateia de crianças, por exemplo, ou um professor ao nível do que visualiza em seus alunos, um jornalista o faz em conformidade com o que considera seu *destinatário ideal* (de que se tratará na subseção 3.2.1).

Para isso, evidentemente, há um processo de estereotipagem que faz parte de toda a encenação que se materializa pelo discurso. A imagem do locutor é pré-construída por ele mesmo e por seus interlocutores, de maneira que há uma percepção em torno dos agentes predecessora à própria enunciação. Essa imagem é fruto de uma representação calcada num imaginário coletivo, e, no caso do profissional jornalista, advém de uma imagem pública construída pelas próprias instâncias midiáticas (AMOSSY, 2005).

O locutor busca expor ou contrapor os próprios valores que julga apropriados ou inapropriados ante seus ouvintes. “Ele o faz não somente pelo que diz de sua própria pessoa (frequentemente, não é de bom-tom falar de si), mas também pelas modalidades de sua enunciação” (AMOSSY, 2005, p. 126).

O discurso é, portanto, um recurso absoluto para a construção do *ethos* desse sujeito-enunciador, mas há outros elementos em vista que são essenciais para essa construção, como já foi apontado há pouco. O ritmo do discurso ou os gestos excessivos, no caso de uma interação face-a-face, são capazes de revelar o grau de tensão ou mesmo de segurança de que o locutor está constituído.

É o conjunto das características que relacionam à pessoa do orador e a situação na qual esses traços se manifestam que permitem construir sua imagem. Se esta é sempre em última instância singular, é preciso ver, entretanto, que a reconstrução se efetua com a ajuda de modelos culturais que facilitam a integração dos dados em um esquema preexistente. (AMOSSY, 2005, p. 127).

Daí se conclui que a construção do *ethos* ocorre simultaneamente pelo discurso e pelo aspecto exterior a esse discurso. O primeiro refere-se ao *ethos* discursivo, ao passo que o segundo aspecto é consoante ao *ethos* institucional. Ambos se apoiam um no outro para produzir uma imagem do orador que faz o enunciado ter um outro grau de relevância, concordante com essa imagem pré-fabricada.

O que necessita ficar claro, em suma, é que há uma confluência desses dois aspectos do *ethos* em igual proporção na produção da imagem do locutor. Até mesmo nas redes sociais, onde a diversidade de enunciados e a multiplicidade de interlocutores sugerem constantes divergências, o discurso é elaborado com base numa condição pré-existencial do enunciador, e é a partir dessa condição que ele joga com um discurso que alcance seu público-alvo.

Essas questões são fortemente notáveis nas atividades profissionais desenvolvidas pelos jornalistas, mas convém delinear sobre os estatutos que integram o que Traquina (2005) nomeia de *ethos jornalístico*. Em primeiro lugar, porque há uma construção histórica desse *ethos* que promulga a autoridade jornalística frente ao 'cidadão comum'. Em segunda instância, porque esses profissionais e a própria sociedade promoveram, historicamente, uma intertextualidade que endossa essa autoridade que credencia o jornalista a assumir um papel de interventor junto às instituições públicas.

Designações amplamente atribuídas aos profissionais, como *o 4º poder, os olhos da sociedade* ou *os donos da informação* foram propaladas por meio de uma responsabilidade social cultivada exatamente pelo *ethos* jornalístico.

Segundo Traquina (2005), tal processo é resultado do "preenchimento de certas funções na sociedade, ou, se preferirem, no cumprimento de papéis sociais bem precisos" (TRAQUINA, 2005, p. 128). O autor ampara-se na teoria democrática, que atribui aos meios de comunicação a força de ser um *mercado de ideias*, por meio do qual se desenrolam as opiniões que se erguem na sociedade.

Além disso, é no seio da democracia que emerge a liberdade de que dispõe o jornalista para proteger os cidadãos das práticas de abuso de poder. Ou seja, seu exercício consiste em colocar em xeque a credibilidade dos atores dos poderes vigentes, promovendo uma desconfiança social que pode, num efeito paradoxal, minar a própria democracia. (TRAQUINA, 2005).

Esse papel é constituinte do *ethos* de que tratamos, e seus valores fundam-se em normas profissionais que perpassam especificamente a liberdade e a objetividade (TRAQUINA, 2005).

A liberdade, primeiramente, é uma co-criação quase que instantânea da relação entre o jornalismo e a democracia. Ela é a geradora da autonomia jornalística que faz, por sua vez, brotar a credibilidade. Contudo, o limite da autonomia é a verdade, por mais que sua plenitude seja inatingível. Mas Traquina (2005) menciona

outros elementos na *constelação de valores* que formam o *ethos* jornalístico: “o rigor, a exatidão, a honestidade e uma noção de equidistância” (TRAQUINA, 2005, p. 134) – todos depositados na objetividade.

Embora seja um valor contestado e em certa medida até esvaziado, a objetividade é uma das balizas que sustentam o *ethos* jornalístico. Trata-se de um recurso cultuado a partir do século XIX e fortemente adotado no início do século XX, que surgiu com a finalidade de eliminar indícios de opinião do jornalista para focar nos fatos apurados, contrapondo-se, portanto, à sua subjetividade.

Todavia, houve rapidamente um consenso de que a objetividade não é exatamente um contraponto da subjetividade, mas, ao contrário, o reconhecimento de sua inevitabilidade (TRAQUINA, 2005). O autor faz tal esclarecimento da seguinte forma:

Com a ideologia da objetividade, os jornalistas substituíram uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e aos procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em causa. Assim, a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho (TRAQUINA, 2005, p. 138-139).

Traquina menciona, então, que há quatro efeitos de que o profissional faz uso para tornar o resultado do seu trabalho mais objetivo. O primeiro deles faz referência à construção de enunciados que possam gerar possibilidades conflituosas – o que significa dizer que os jornalistas devem apontar os fatos, mesmo que a identificação desses fatos não seja precisa.

Por exemplo, uma fonte (Fonte A) afirma “X”. O jornalista não consegue confirmar esta afirmação. Muitas vezes, o jornalista só pode determinar que a fonte A disse “X”. Os jornalistas veem a afirmação “A disse X” como um “fato”, mesmo que “X” seja falso. Mas isto cria problemas tanto ao jornalista como à empresa jornalística, porque o leitor quer supostamente saber se “X” é um “fato”, porque o leitor pode acusar tanto o jornalista como a empresa jornalística de parcialidade, caso não seja apresentada uma opinião contrária. Mesmo que o jornalista não consiga por si só confirmar a veracidade da afirmação da Fonte “A”, ele ou ela podem perguntar à fonte “B” a sua posição. Ao apresentar tanto a versão da Fonte “A”, como da Fonte “B”, o jornalista pode, então, reivindicar que foi “objetivo” porque apresentou “os dois lados da questão” sem favorecer qualquer indivíduo ou partido político. (TRAQUINA, 2005, p. 139-140).

O segundo efeito é a apresentação de provas auxiliares que ajudam a consolidar a condição de verdade do *fato* apresentado pelo jornalista.

O terceiro aspecto textual a se relacionar com a objetividade jornalística é o uso das aspas, que têm a função de destacar, com o mais alto grau de fidelidade, enunciados de locutores de alguma forma envolvidos com o fato apurado pelo jornalista. Trata-se de uma mudança de modalização que, na perspectiva de Traquina (2005), faz com que o repórter saia de cena para dividir com os locutores de origem a responsabilidade da informação.

Por fim, o quarto efeito conduz-se pela estrutura da narrativa numa sequência pré-moldada. Desta maneira, o repórter abre o texto alocando no primeiro parágrafo a informação mais importante, sequenciada por aspectos secundários, com função meramente complementar ao acontecimento, nos parágrafos seguintes. A essa estrutura dá-se o nome de *pirâmide invertida* (TRAQUINA, 2005).

Entretanto, Traquina (2005) considera esse procedimento como o mais problemático, pois o julgamento do que vem a ser essa *informação mais importante* é de autonomia do próprio jornalista. Assim, “o jornalista só pode invocar o seu profissionalismo para justificar que o *lead*<sup>10</sup> escolhido é válido devido à sua perspicácia profissional” (TRAQUINA, 2005, p. 141).

Isso não significa que a objetividade seja uma falácia, mas sim uma ferramenta de controle da subjetividade e de dinamismo útil ao exercício diário do jornalista. “Forçado pela exigência de rapidez, o jornalista precisa de métodos que possam ser aplicados fácil e rapidamente. Assim, a objetividade ajuda o jornalista a vencer as ‘horas de fechamento’” (TRAQUINA, 2005, p. 141).

Outro papel exercido pelo uso da objetividade é o de organização, fazendo com que a informação se converta num produto cujo processo de fabricação é elaborado pela hierarquia da empresa jornalística. Isso confere também legitimidade do profissional na sua função de coleta e divulgação de informações. Este aspecto, especificamente, endossa a observação de que a objetividade é uma faceta do *ethos* jornalístico. E, de maneira efetiva, é a sua aplicação ao texto que se faz de base para a construção da imagem do profissional.

Trazer à tona essas perspectivas de Traquina (2005) tem relevância à medida que se tem adiante novas concepções sobre a atividade jornalística, muito graças ao próprio surgimento de plataformas alternativas aos meios tradicionais de consumo de

---

<sup>10</sup>*Lead*, na concepção jornalística, equivale ao primeiro parágrafo do texto, onde devem vir respostas às chamadas seis perguntas (ou “seis servidores”, segundo Traquina, 2005) elementares a um acontecimento: “quem?”, “o quê?”, “quando?”, “onde?”, “por quê?” e “como?”.

informação. Assim, o próprio rito da objetividade pode ser repensado diante do papel que os jornalistas passam a assumir nos novos meios.

Por mais que utilizem de escolhas lexicais e semânticas acessíveis a qualquer falante, os jornalistas cujos discursos são investigados neste trabalho têm seus enunciados fundamentados na produção jornalística, mesmo nos casos em que há um realce maior da subjetividade, em detrimento da objetividade. Isso se explica porque não se trata somente de um locutor que emite uma opinião, mas da capacidade desse mesmo locutor de recorrer a padrões muito específicos de gênero discursivo, formatados por aquilo que se institui como uma atividade do jornalismo.

Essas considerações permitem compreender por que os jornalistas objetos da pesquisa assumem certa autoridade ao produzir asserções contundentes a respeito dos processos políticos que acompanham e divulgam através do Twitter. Adiante, em meio à análise do *corpus*, serão trazidas algumas pontuações acerca desse *ethos* nos discursos selecionados.

Na sequência, abordamos a Teoria Semiolinguística do Discurso, cunhada por Charaudeau (2016), que se constitui como base teórica fundamental para a pesquisa desenvolvida ao longo deste trabalho.

### **3.2#Ah, a Semiolinguística!**

Interagir consiste, antes de tudo, num processo de intercompreensão. Os agentes de uma troca discursiva participam de um jogo de conhecimentos que dialogam entre si, que estabelecem trocas, que convergem ou divergem. Ou seja, não basta apenas expressar-se; é preciso que os aspectos extralinguísticos e a forma como se dá a construção dos discursos em cena produzam significados minimamente próximos entre os participantes do discurso.

A união de todos esses fatores ocorre independentemente do meio em que a comunicação se realiza: ela se dá num diálogo presencial, numa conversa ao celular, na produção escrita de uma narrativa ou num enunciado publicado numa rede social como o Twitter.

Nesse universo emergem teorias que, acopladas, compõem o chamado *campo semiolinguístico* (CHARAUDEAU, 2016), cuja base envolve essencialmente três aspectos nos estudos da linguagem: o *objeto*, o *método* e o *conhecimento*.

O primeiro aspecto, o *objeto*, consiste no olhar sobre o discurso, levando-se em conta que há mais elementos contidos no ato de linguagem do que propriamente apenas sua composição material. Assim, a mensagem seria insuficiente para se compreender toda a complexidade em torno de uma dada comunicação, sendo necessário recorrer à condição sócio-histórica em que ela é empregada para se ter um real panorama de seu significado entre os participantes.

Disso parte o primeiro ponto, para o qual Charaudeau (2016) esclarece que a mensagem, então, é constituída por uma porção explícita – ou *transparente*, aquela declarada pelo emissor – e outra implícita – dentro da qual pode haver uma diversidade de sentidos para a manifestação e para a interpretação, conforme o contexto em que é dito.

Mais uma vez, é relevante notar que qualquer situação de comunicação dispõe de uma porção implícita, mesmo num texto escrito, que visualmente finda-se em si mesmo. Há, porém, algo não dito, não manifestado oral ou graficamente, que também compõe esse enunciado. Até mesmo as redes sociais, que acabaram por se tornar um repositório de discursos diversos, também comportam ideias não verbalizadas em meio aos enunciados armazenados.

O segundo aspecto para o qual Charaudeau (2016) chama a atenção nos estudos da linguagem é o *método*. Basicamente, ele ocorre a partir de uma *atividade de abstração* ou de uma *atividade de elucidação*. A primeira é formulada numa constatação que permite produzir uma teoria. Assim, um dado enunciado serve de modelo fixo para produzir uma explicação-padrão, partindo sempre do mesmo conteúdo, independentemente do seu uso.

A atividade de elucidação, por sua vez, propõe considerar sempre o contexto em que o enunciado ocorre. Por isso, essa vertente aponta situações oscilantes, variando conforme as condições em que o objeto é visto. Essas oscilações conceituais são chamadas por Charaudeau (2016, p. 18) de “jogo de deslocamentos”, e colocam em conflito um sujeito coletivo e outro individual, de forma que um enunciador preserva em seu discurso uma interpretação que é própria de sua individualidade e outra que é variante conforme as particularidades do interlocutor que tem acesso a esse enunciado.

O terceiro ponto que se coloca em questão nos estudos da linguagem é o *conhecimento*<sup>11</sup>. Novamente partem daí dois caminhos teóricos. Um primeiro, que busca compreender *do que* fala a linguagem, considera que esta já se apresenta numa condição de pré-existência, e, portanto, demanda observações voltadas à organização desse mundo já existente por trás dela. Outro caminho tem por base a convicção de que a linguagem só se dá no contexto em que ocorre, e que, somente nessas circunstâncias, torna-se capaz de explicar o mundo em sua completude. Neste caso, tais teorias lançam um olhar sobre *como* fala a linguagem (CHARAUDEAU, 2016).

Uma primeira constatação é de que são esses três elementos – o objeto, o método e o conhecimento – que formam o substrato que compõe as variações linguísticas, ou seja, a expansão dos significados na medida em que a língua vai se apropriando dos contextos em uso. A referenciação, da qual se falará na seção 3.3, contribui fortemente para ampliar esse jogo de sentidos produzidos por meio dos enunciados.

Outra conclusão é de que o ato de linguagem é constituído por todos os atos formadores de significados, o que lhes confere a capacidade de descrever o mundo. É daí, então, que se permite observar que o conhecimento é levado a responder à questão “*do que* fala a linguagem através do *como* fala a linguagem, *um constituindo o outro* (e não um *após* o outro). O mundo não é dado a princípio. Ele *se faz* através da estratégia humana de significação” (CHARAUDEAU, 2016, p. 20).

E essa atividade de significação também tem grande interferência no método: ele será “elucidante do ponto de vista do *como* e abstratizante do ponto de vista do *do quê*” (CHARAUDEAU, 2016, p. 21). Portanto, utiliza-se desse mundo a ser criado, segundo seu contexto, para explicar como o sujeito falante faz uso da língua, ao mesmo tempo que, por outro lado, recorre-se ao mundo pré-existente, no qual os contextos perdem relevância, para alcançar explicações capazes de descrever essa língua também já instituída.

Isso fica mais evidente quando se colocam em análise as porções explícita e implícita de um dado enunciado. Nele estão contidas uma atribuição ao signo

---

<sup>11</sup> Charaudeau (2016) conceitua conhecimento como a iniciativa de se explicar algo proveniente do universo empírico. Sem essa explicação, segundo ele, o objeto observado “permaneceria em um vivido sem significância” (2016, p. 19). Conhecimento, então, seria “a resposta a uma interrogação sobre a relação vivido-teoria, resposta esta que deve fornecer o objetivo ou os objetivos da atividade de teorização” (2016, p.19).

amparada pelo contexto em que é utilizado e, ao mesmo tempo, a manifestação desse mesmo signo fixada pela própria simbolização referencial, ou seja, sustentada por um significado que é base no cotidiano dos falantes (CHARAUDEAU, 2016).

Esse movimento é feito num duplo sentido: ele é *exocêntrico* e gerador de uma *atividade serial* na medida em que indica um processo de expansão do signo, permitindo o surgimento de um novo significado a partir do uso linguageiro. Isso ocorre, contudo, sem se deslocar completamente de sua condição original, para a qual se atribuiu movimento inverso, *endocêntrico*, que gera uma atividade estrutural (CHARAUDEAU, 2016), não se descolando completamente de sua origem.

Um exemplo que permite melhor explicar tais dicotomias é o signo *rede*, que embora se possa considerar como simbolização referencial ‘o entrelaçamento de fios de um determinado material’<sup>12</sup>, ganhou, a partir da segunda metade do século XX, uma abundância de novos significados paradigmáticos no campo da sociologia<sup>13</sup> e, nas últimas décadas, expandiu sua significação também na informática, onde passou a ser vastamente usado pelos próprios usuários da internet para descrever o universo digital. Ainda assim, seu uso original não foi descartado ao longo desse processo.

A questão, contudo, é que esses movimentos dependem do que Charaudeau (2016) chama de *circunstâncias de discurso*, que passam sobretudo pelos saberes do enunciador e do interpretante sobre o propósito linguageiro e pelos saberes que um tem sobre o outro. No primeiro caso, há uma clara demanda do falante e do ouvinte – portanto, uma necessidade de saber coletivo – de dominarem o contexto em que o enunciado ocorre, mesmo que seja utilizado de um recurso que não vá além do aspecto meramente lexical.

Voltando ao exemplo do signo *rede*, a circunstância em que um orador venha a utilizá-lo deve ser também dominada por seu interlocutor. Assim, se a rede em questão se tratar não de um utensílio de pesca ou de descanso, mas de um conceito sociológico, será preciso que o receptor consiga compreender essa distinção no ato de linguagem para que essa partilha do saber seja viável.

Quanto à necessidade de um conhecer o outro, Charaudeau (2016) aponta para um processo de filtragem dos respectivos saberes de que locutor e interlocutor são dotados para se construir o sentido adequado àquilo que está sendo enunciado. Neste caso, os usuários fazem uma *seleção* individual do significado que norteia o

---

<sup>12</sup> Definição relativamente padrão em dicionários online.

<sup>13</sup> PORTUGAL, Sílvia. 2007.



signoafim de adequá-lo ao contexto em uso, e, por consequência, compreender de que *rede* está sendo tratada naquela situação de comunicação. É daí que o autor conclui que:

[...] o saber que os protagonistas da linguagem constroem sobre os diferentes propósitos contidos nas trocas comunicativas não é ligado apenas às referências ou experiências vividas por cada um deles. Esse saber depende igualmente dos saberes que tais sujeitos comunicantes supõem existir entre eles e que constituem os *filtros construtores de sentido*. (CHARAUDEAU, 2016, p. 31)

Esse filtro construtor gera interpretações que provêm das suposições que o sujeito interpretante produziu acerca do saber utilizado pelo sujeito enunciador, dos pontos de vista que este reserva sobre seu próprio enunciado e da visão que o interpretante pensa que o locutor tem sobre ele. Visto na prática, o jogo de interpretações praticado por locutor e interlocutor depende tanto dos seus contextos que, ainda de acordo com Charaudeau (2016), faz com que seja impensável a ideia de alguém fazer referência somente ao enunciado em si, perdendo de vista todas as nuances presentes por trás do seu conteúdo. Desta forma, todo e qualquer enunciado provoca algum tipo de reação no interlocutor.

Essa peculiaridade inerente à linguagem acaba por inserir a porção *verbal* do discurso num contexto linguístico, e, na contramão e complementarmente, inserir a *situação* em que ocorre esse discurso num contexto extralinguístico. Pode-se empreender o entendimento de que é na situação que ocorre a produção do sentido pertinente à circunstância específica do discurso, propiciando a codificação e a decodificação da mensagem pelos participantes do processo de comunicação. É esse ponto de vista que o permite concluir: “a *Situação extralinguística* faz parte das *Circunstâncias de discurso*, figura como um ambiente material transformado em palavra através dos filtros construtores de sentido, utilizados pelos atores da linguagem” (CHARAUDEAU, 2016, p. 32). É no âmbito da circunstância de discurso, por conseguinte, onde circulam os saberes necessários para a viabilização dessa troca languageira.

A fim de propor uma organização para toda a diversidade funcional que um enunciado é capaz de reunir é que a Semiologia charaudeariana se apresenta. E, para tanto, o linguista propõe três níveis de discursivização através dos quais trabalha a análise do discurso: o *situacional* (ou comunicacional), o *discursivo* e o *semiológico* (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012).

O primeiro, no nível *institucional*, remete aos “dados externos que desempenham o papel de coerções” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 453). Essas coerções se constroem através da identidade dos sujeitos envolvidos no discurso (seu *status*, o papel social que ocupam, sua localização e sua hierarquia), da finalidade discursiva (*por que dizer?*), do propósito e das circunstâncias materiais. Em síntese, o lugar que cada indivíduo ocupa na troca linguageira.

Há uma forte relação entre esse nível com o *ethos* prévio, ou seja, a imagem de que o locutor dispõe na situação de comunicação antes mesmo de seu enunciado. Ambos ocorrem sob certa autoridade que confere ao locutor o poder de pronunciar-se em dado contexto. Em vista dos jornalistas que compõem a presente pesquisa, é o nível *situacional* que ajuda a explicar o que, afinal, garante a esses profissionais o papel de portadores da informação, e, numa outra fatia, também o desejo que os move de informar seus seguidores nas circunstâncias em análise.

Já o campo *discursivo* sedia a posição que os sujeitos do discurso ocupam no jogo, ou seja, os papéis que determinam como se dará a encenação dos participantes no discurso (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012). Essa é a premissa que leva o sujeito falante a selecionar previamente se fará uso de gírias ou de formalidade para comunicar-se com um dado grupo, por exemplo. Assim, o jornalista que assume tal condição (*situacional*) elabora também estratégias de como dirigir-se ao público que pretende a partir de seu enunciado.

Por isso, o enunciador vê-se diante de estratégias de encenação (CHARAUDEAU, 2016) que são delimitadas pela situação de comunicação. Essas estratégias podem ser de ordem enunciativa (pela modalização do discurso e a construção dos papéis enunciativos), enunciatória (pelos modos de organização do discurso) ou semântica (pelo aspecto cognitivo que está em compartilhamento). É sob o manto da competência discursiva que se exige que os atores da enunciação – locutor e interlocutor – reconheçam as estratégias que estão em jogo para se deslocar do nível situacional.

Por fim, é no nível *semi-linguístico* que os signos se configuram de maneira a atender às intenções de comunicação presentes no discurso, permitindo construir combinações necessárias para a compreensão mútua dos interactantes. É neste âmbito que se produz a manipulação dos signos linguísticos, em conformidade com sua forma e sentido.

A partir desses três níveis, é que se conclui então que há três perguntas que devem se fazer presentes num enunciado: “quais são as condições situacionais do ato de linguagem? Qual(is) procedimento(s) discursivo(s) ele aciona? Em que consiste sua configuração textual?” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012).

Observar as condições em que se processa um ato de comunicação, portanto, e como já dito antes, requer um trabalho de tal maneira minucioso que exige que o investigador vá muito além das trocas languageiras estabelecidas numa determinada interação do enunciador com seu interlocutor. Nisso consiste apurar as circunstâncias em que ocorrem o discurso e as possibilidades de interpretação que possam surgir naquele contexto.

Para trabalhos dessa natureza, Charaudeau (2016) tem em conta que o acordo de compreensão que os participantes de um ato de linguagem estabelecem demanda primeiramente um processo de definição dos papéis que ambos assumem na relação de troca. Trata-se de uma etapa inicial que resultará adiante no que ele classifica como *definição dos sujeitos da linguagem* (CHARAUDEAU, 2016). Ora, numa circunstância de discurso, parte-se da premissa de que alguém diz algo a outro alguém com um objetivo previamente estabelecido, e que este outro alguém recebe e interpreta a seu modo, pelas suas próprias experiências e escolhas, o que seu locutor disse e quais as intenções que ele embutiu em tal dizer.

Neste jogo há, portanto, elementos explícitos e implícitos estrategicamente usados pelos participantes. “Tal fato confirma a assimetria [...] entre o processo de produção e o processo de interpretação do ato de linguagem” (CHARAUDEAU, 2016, p. 44). É dessa assimetria que o autor então propõe designações a cada sujeito do discurso.

Primeiramente, o enunciador, cuja função é o de produzir o ato de linguagem, passa a ser tratado por EU, ao passo que o destinatário desse mesmo enunciador, também chamado inicialmente de sujeito-interpretante no ato de linguagem, ganha a designação TU.

Esse arranjo *EU-TU* proposto por Charaudeau (2016) numa situação dialógica encontra respaldo em Benveniste (2005) quando este aponta que a língua é uma apropriação do usuário, que se coloca como sujeito do discurso.

Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade - que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*. Vemos aí um princípio cujas consequências é preciso desenvolver em todas as direções. A linguagem só é possível porque cada

locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a "mim", torna-se o meu eco - ao qual digo *tu* e que me diz *tu*. A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental, cujo processo de comunicação, de que partimos, é apenas uma consequência totalmente pragmática. (BENVENISTE, 2005, p.286).

Entretanto, na postulação charaudeauriana, TU não se resume a um mero receptor da mensagem, mas um sujeito do ato de linguagem que exerce influência sobre o enunciado a partir da circunstância de discurso em que se coloca como interpretante.

Essa condição induz ainda a fazer um breve parêntese sobre as contradições presentes nas teorias desenvolvidas pela psicologia behaviorista voltadas para o estudo dos *mass media*<sup>14</sup>, segundo as quais o receptor recebe passivamente a mensagem do emissor e se submete rigorosamente aos mesmos efeitos de todos os demais receptores da mesma mensagem. Por ser fundamentado na díade *estímulo e resposta*, ignorava completamente as reações naturais particulares de cada indivíduo.

Trata-se de fundamentações que perdem força na medida em que as interações são elevadas a protagonistas dentro dos processos comunicacionais. E as plataformas digitais também ajudam a romper com esses paradigmas até mesmo nas situações de interação à distância, permitindo aos interlocutores reagirem quase que instantaneamente ao *acontecimento relatado* produzido pelo jornalista.

Mas não seria a distinção trivial entre a presença de um EU e a presença de um TU num ato de linguagem o suficiente para se elaborar um esquema capaz de contemplar intenções e interpretações heterogêneas sobre um mesmo enunciado. Para tanto, Charaudeau (2016) propõe a inserção de outros dois sujeitos nesse processo, ou seja, além dos *seres de fala*, tradicionalmente designados por emissor e receptor, há também um sujeito cognitivo que precede a emissão da mensagem e outro que sucede a recepção da mensagem.

Desta maneira, o autor sugere que o ato de linguagem passa por dois processos: o primeiro, de *produção*, gerado por um comunicador (EUc) ao produzir uma mensagem direcionada a um receptor (TUd); o segundo, de *interpretação*, assumido pelo TU-Interpretante (TUi), que acaba por produzir neste processo uma imagem do EUc, transformando-o no EUE.

---

<sup>14</sup> Damos, aqui, ênfase sobretudo à Teoria Hipodérmica (ou Teoria da Agulha Hipodérmica), também chamada de Teoria da Bala Mágica, segundo a qual cada indivíduo representa um componente unitário da massa, e, ao receber um dado estímulo, tende a produzir manifestações que podem se propagar entre os demais componentes – Wright (1975); Lund (1933); Katz & Lazarsfeld (1955) (WOLF, 1987).

A partir deste modelo, nomeado *Situação de Comunicação* (CHARAUDEAU, 2016), que será tratado no tópico seguinte, o EUE é estabelecido como a imagem construída a partir de uma hipótese formulada pelo TUI sobre a intencionalidade do EUC ao produzir o enunciado. Evidentemente que o próprio EUC contribui para a construção dessa imagem, visto que numa dada circunstância de discurso ele dispõe de recursos que induzam a uma interpretação por parte do TUI: o que Charaudeau (2016) exemplifica ao propor um EUC que utilize de autoridade para exprimir uma certa ordem. A finalidade do EU, neste caso, é de fazer-se claramente compreendido pelo seu interlocutor.

Outra observação acerca desses papéis permite constatar que o EUE, visto isoladamente, não fornece informações precisas sobre o EUC, e, ao mesmo tempo, não é necessário conhecer o EUC para dispor de uma imagem do EUE. Em outras palavras, isto quer dizer que não se pode identificar física e intelectualmente o autor de um enunciado, mas, por outro lado, podemos supor as intenções dele a partir de uma dada mensagem. Por essa razão, Charaudeau (2016) conclui que, a partir da identificação do EUC, os demais componentes do ato de linguagem ficam evidenciados. Assim, esclarece Charaudeau:

O EUC participa da totalidade do ato de linguagem, apesar de sua posição de exterioridade em relação à configuração verbal do ato, e o conhecimento que o TUI pode ter do EUC intervém no processo interpretativo. Assim se explicam os atos de fala performativos. [...] Dito de maneira mais clara: para que um ato de linguagem (e não um ato de fala sob sua única forma configurada) seja percebido como performativo, é preciso que o EUE descreva uma ação através de sua fala e que o TUI possa imaginar que o EUC tenha um “poder” efetivo com relação à ação descrita (assim, não se trata mais de uma realidade, mas de uma estratégia). (CHARAUDEAU, 2016, p. 50).

E é exatamente por essa razão que o autor refuta o velho modelo baseado no tripé *emissor-mensagem-receptor*, no qual o emissor é alguém que não dispõe de intencionalidades ou estratégias no seio do ato de linguagem. Já na nova configuração proposta por Charaudeau (2016) evidencia-se não só esse papel do EUE, revelado no EUC, como também, como se verá adiante, a função que exerce o TUI na formação dessa imagem. “De uma maneira geral, todo ato de linguagem envolve *n* estratégias para o EUC e muitas possibilidades interpretativas para o TUI” (CHARAUDEAU, 2016, p. 51).

É relevante destacar que o uso dessas estratégias enunciativas por parte do enunciador – ou, mais especificamente, do EUE – tem por finalidade fazer com que o TUI construa uma imagem do EUE desejada por este EUC. Assim, ele toma certas

medidas no discurso na tentativa de induzir o destinatário a ter uma interpretação que satisfaça essa finalidade. Naturalmente, como já foi dito, essa aproximação será maior na medida em que o enunciado se apresentar num contexto propício à interpretação.

Na outra ponta do ato de linguagem, encontra-se um TU para quem é direcionado o enunciado do EUc. Charaudeau (2016) o coloca como *destinatário ideal*, visto que, conhecedor deste TUd, o EUefaz uso de recursos que considera pertinentes para que o TU capte e interprete corretamente a mensagem a ele indicada. O TUd, esclarece Charaudeau (2016), é um sujeito sempre presente no ato de linguagem, mesmo que não esteja explicitamente marcado, ou seja, ainda que o direcionamento do ato de fala não seja preciso.

A fim de alcançar seus objetivos junto ao público-alvo – a saber, o TUd –, um jornalista lançará mão de um discurso formatado de uma forma que tenha o alcance desejado. Tendo em vista o *corpus* de análise elencado neste trabalho, detecta-se usualmente que alguns jornalistas contrários ao afastamento da presidente Dilma Rousseff utilizaram em seus enunciados no Twitter a expressão ‘golpe’ para referir-se à votação dos deputados federais. Presume-se que, ao menos em parte, o intuito era angariar apoio por parte desse TUi.

O TUi, por sua vez, foge ao papel de sujeito subjugado ao EU, uma vez que lhe é possível interpretar à sua maneira o enunciado proferido pelo primeiro. Cabe a este TU-Interpretante construir sentido da forma como considerar apropriado, mesmo conhecendo o EUc. Por isso, Charaudeau (2016) coloca o TUd em relação de transparência com a intencionalidade do EU (uma vez que ele, independentemente da interpretação que venha a fazer, recebe a mensagem do EUc), ao mesmo tempo que estabelece que o TUi mantém uma relação de opacidade com o seu locutor.

Assim, o TUi pode manifestar apoio ou divergência política diante do termo ‘golpe’. Se ele manifesta apoio, então o TUi se assemelha ao TUd e, pode-se afirmar, o EUc ganha a aposta ao utilizar de uma estratégia – no caso, uma expressão típica dos apoiadores da então presidente – que fez o TUi compreender o que pensa a respeito do processo político em andamento. Caso contrário, ou seja, o TUi não atende ao anseio do EUc, ele então vai na contramão do que o TUd recebeu e estabelece contrariedade à estratégia adotada pelo EUe – que, no Twitter, pode vir em forma de rejeição, ironia ou até ofensas por parte dos usuários.

Essas reações, mais uma vez deixando claro, dependem das *Circunstâncias de Discurso* em que ocorre a troca e do contrato de comunicação que se estabelece entre tais partes. É do que trata o tópico a seguir.

### **3.2.1 Situação e contrato de Comunicação**

Ante o que já foi mencionado até aqui, é válido destacar, portanto, que as relações que se estabelecem entre o enunciador e seu destinatário transcendem ao discurso em sua unicidade. Por não haver necessariamente reciprocidade nesse jogo de intenções, a desconexão que pode ser produzida entre os dois interlocutores demanda um olhar mais aguçado não somente sobre o componente explícito mas, tanto quanto, também para o componente implícito.

Por isso, ao invés da cadeia linear representada pela sequência superficial que envolve emissor-mensagem-receptor, dá-se lugar a um *organograma* mais completo, no qual inserem-se o EUc e o TUi, externos à fala em si. Esse esquema, construído por Charaudeau (2016), configura-se da seguinte maneira:

Figura 1 – Esquema Situação de Comunicação



Fonte: Charaudeau (2016)

O espaço interno, conforme indicado no esquema, contempla os sujeitos de fala, representados por EUe e TUd, cujos papéis direcionam-se para a construção e recepção do enunciado. Já o espaço externo, onde estão presentes o Sujeito Comunicante (EUc) e o Sujeito Interpretante (TUi) – também chamados de *seres sociais* –, refere-se aos sujeitos que fazem uso de uma certa estratégia para construir a imagem absorvida pelos sujeitos de fala.

Consideremos, na prática, o processo que ocorre na construção de um discurso demagógico. Neste caso, o Sujeito Enunciador constrói uma imagem que aproxime o Sujeito Destinatário do Sujeito Interpretante, ou seja, que leve o interlocutor a concordar com aquilo que ele próprio *ouviu*. Assim, o TUi tende a favorecer a imagem construída pelo enunciador.

Mas para que haja essa concessão por parte do TU de ouvir/ler o que o enunciador diz, é preciso ainda que subsista entre as partes um *contrato de comunicação* (CHARAUDEAU, 2016), conforme descreve o autor:

A noção de *contrato* pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais. Em decorrência disso, o sujeito comunicante sempre pode supor que o outro possui uma competência linguageira de *reconhecimento* análoga à sua. Nesta



perspectiva, o ato de linguagem torna-se uma *proposição* que o EU faz ao TU e da qual ele espera uma contrapartida de convivência. (CHARAUDEAU, 2016, p. 56)

Ou seja, o ato de linguagem tem em seu bojo uma encenação – ou estratégia – intencional do Sujeito Comunicante com o objetivo de alcançar o Sujeito Interpretante. Mas essa encenação pode ser frustrada pelos próprios critérios adotados pelo interlocutor, em parte por ele não estar inserido completamente em todos os contextos presentes no enunciado, além de ser mais uma vez importante levar em conta que sua interpretação é absolutamente autônoma. Por isso, pode-se afirmar, como Charaudeau (2016) o faz, que este mesmo ato de linguagem reside no campo do imprevisível, uma vez que não se pode dominar previamente a posição desse mesmo interpretante.

É evidente que este contrato de comunicação em vigor entre as duas partes envolve também uma relação de poder, através da qual forma-se um grau de credibilidade que contribui para legitimar o enunciado feito pelo EUe. É fácil notar que essa legitimação do discurso adquirida pelo EUc junto ao TUi pode ocorrer independentemente do seu discurso, por meio de uma construção prévia do *ethos*. Isso é percebido em falas de políticos que gozam de um *status* junto aos seus cabos eleitorais, recebendo apoio que supera até situações controversas, como um discurso polêmico ou até uma acusação de corrupção. Da mesma forma, paira uma autoridade do professor que está em sala de aula, legitimada não só por ele como também pelos seus interlocutores – os alunos (CHARAUDEAU, 2016).

Por fim, não se pode ignorar tal relevância também em certos jornalistas inseridos nas redes sociais ou em apresentadores de programas de TV forjados no sensacionalismo policial, nos quais eles se apresentam como verdadeiros justiceiros em favor dos cidadãos de bem. Embora sejam sujeitos construídos com características e gêneros discursivos peculiares, todos eles utilizam desse contrato de comunicação para angariar respeito junto aos seus interlocutores.

Esse conceito de Charaudeau (2016) em torno de contratos tem, novamente, forte relação com o *ethos* discursivo. Em outras palavras, é pelas estratégias enunciativas que o locutor assume determinada posição sobre o seu interlocutor, produzindo nele expectativas a partir do discurso. Um jornalista que intitula como ‘golpe’ um processo de cassação em curso no Congresso Nacional assume seu ponto de vista por meio de um comportamento elocutivo, ou seja, expõe sua própria visão

de mundo, produzindo uma imagem que se estabelece como um contrato frente aos seguidores.

No decorrer do mandato da própria presidente Dilma Rousseff, a sociedade brasileira letrada acostumou-se a observar e a demonstrar sua posição política pelo uso do sufixo *ente* (neutros ou contrários à dirigente) ou *enta* (favoráveis à dirigente) ao referir-se ao cargo que ela ocupava, ou seja, o de *presidente* ou *presidenta*<sup>15</sup>. O universo jornalístico assumiu igualmente tais posturas, deixando de certa forma clara sua linha editorial.

Outro aspecto presente no contrato de comunicação é a formulação de uma ideia pré-concebida pelo locutor sobre a interpretação que seu interlocutor fará em torno do enunciado, mesmo que este produza posteriormente outro sentido para o conteúdo. O fato de haver em jogo uma *circunstância de discurso*, como já foi citado no tópico anterior, permite que o TUi produza uma interpretação que dê sentido mais adequado àquela circunstância.

Esse estatuto natural que se faz via contrato de comunicação estabelecido pelo EUc e TUi é chamado por Charaudeau (2016) de *Implícito codificado*. Assim, considera-se que entre ambos há um acordo reconhecido de compreensão mútua de um determinado enunciado a partir de um significado também estabelecido.

Um exemplo aplicável ao *Implícito codificado* são as relações comerciais, nas quais há um contrato que leva os dois envolvidos na comunicação – comprador e vendedor – a assumir tais papéis e a reconhecê-los. Igualmente, os seguidores de um determinado jornalista nas redes sociais concedem-lhe a admissão de que o que ele diz tende a ser uma informação parcial ou completamente verdadeira. Assim, pode até haver contestações e críticas ao enunciado do profissional, mas haverá maior dificuldade em identificar um jogo de incertezas e dúvidas quanto à procedência do que é dito.

No caso da relação comercial, o cliente pode reclamar do preço, do atendimento ou da qualidade do produto, mas não questionará se o que ocorre na situação de comunicação é uma venda. Da mesma forma, o leitor pode estar propenso a questionar a qualidade da informação ou as intenções do jornalista, mas há, por um *implícito codificado*, uma convicção geral de que a informação foi construída por meio de critérios jornalísticos.

---

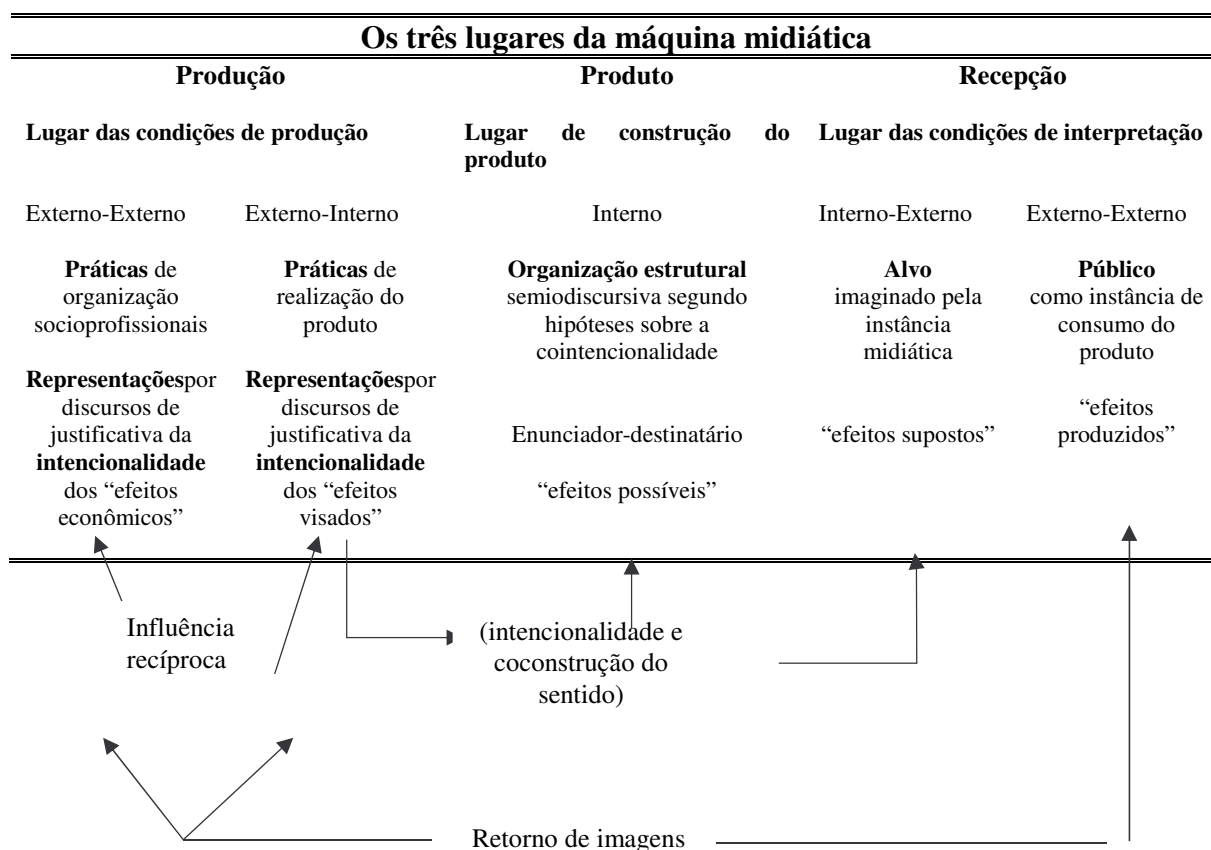
<sup>15</sup> A Língua Portuguesa, em sua norma-padrão, admite as duas nomenclaturas. Neste trabalho, o uso padronizado de *presidente* não se refere a um suposto posicionamento político do pesquisador.

O que merece ser observado primeiramente é que todo esse universo que compõe o ato de linguagem envolve os seres de fala e os seres sociais, a fim de se alcançar pelo enunciado a construção de uma imagem do locutor que será refletida pelo EUc a partir de uma estratégia enunciativa adotada pelo EUe e pela interpretação feita por TUi. Em segundo lugar, esse processo não está condicionado somente às interações face-a-face ou mediante a presença de um único interlocutor. Ao contrário, está presente em todas as interações, sejam elas orais ou escritas, de forma que ocorram nas mais diversas situações languageiras, inclusive nas que envolvem múltiplos atores, como é o caso da mídia com seu respectivo público ou dos perfis nas redes sociais com seus interagentes.

Isso exige uma construção do discurso no espaço midiático que demanda que sejam novamente delimitados os papéis existentes na produção, assim como também é necessário categorizar todas as etapas pelas quais a informação é submetida até alcançar o público-alvo da maneira como é desejada pela instância inicial, produtora do conteúdo.

O novo modelo que daí se forma implica então uma inexpugnável conclusão de que há diferenças notáveis entre uma situação de comunicação alheia à participação midiática e aquela em que há a presença da mídia. Essas diferenças podem ser percebidas na Figura 2, que apresenta o esquema da máquina midiática.

Figura 2 –Esquema máquina midiática



Fonte: Charaudeau (2015)

Como aponta o esquema acima, existem três instâncias envolvidas na máquina midiática: a de *produção*, a de construção do *produto* e a de *recepção*. A primeira delas, a chamada instância de produção, diz respeito a quem produz a informação, ou seja, os veículos de comunicação e os atores envolvidos nessa produção. O produto faz referência à informação em si, seja uma notícia, reportagem especial, telejornal ou outro meio criado para fisgar a instância de recepção, representada pelo público consumidor de informação – telespectadores, leitores, ouvintes ou internautas (CHARAUDEAU, 2015).

Dentro da instância de produção, existem dois espaços específicos, que interferem na produção do conteúdo. Cada qual é analisado segundo as considerações existentes em torno do *saber* e do *desejo de saber* da instância de recepção, ou seja, do público-alvo.

Assim, o primeiro, categorizado como *Externo-Externo* – ou seja, distante do saber e do desejo de saber da recepção – leva em conta as características

socioeconômicas da empresa de comunicação. Trata-se de organizações institucionais dotadas de hierarquias que delimitam as funções de cada ator.

Ao mesmo tempo, esses atores assumem discursos com intencionalidades espelhadas nos efeitos econômicos decorrentes de sua relação com a empresa. Esses efeitos não dizem respeito ao público, muito embora possam ter forte interferência sobre a criação do produto que lhe será destinado. Residem neste espaço, por exemplo, as posições políticas, nem sempre assumidas, adotadas por certos veículos, bem como a orientação ideológica exigida de seus profissionais e colaboradores.

No caso dos jornalistas políticos investigados nesta pesquisa através de enunciados produzidos em suas redes sociais, a autonomia na produção discursiva leva à dedução de que não há uma mídia censora por trás de sua atuação, mas uma forte carga opinativa que é fruto de suas próprias convicções. Ainda, o caráter *Externo-Externo* indica que nem sempre o discurso é influenciado exatamente por uma preocupação do Sujeito Comunicante com os seguidores.

Desta maneira, essa dicotomia *interno-externo* que Charaudeau (2015) apresenta refere-se à proximidade que a instância de produção ocupa diante da instância de recepção. Assim, nesse fluxo por onde corre a informação, pode haver uma aproximação (interno) ou um distanciamento (externo) pela mídia, primeiramente sobre o *saber* do alvo; segundo, sobre o *desejo de saber* do alvo. É dessa configuração que se observa que, antes de tudo, os efeitos são visados – ou *supostos*, como indica o esquema.

O segundo espaço, classificado como *Externo-Interno* (a instância de produção não domina o que o público sabe, mas se interessa pelo que *ele quer saber*), baseia-se nas escolhas que a instância de produção lança mão num dado discurso. Essas escolhas consistem em condições semiológicas que permitem compreender certas questões colocadas no processo de fabricação pela máquina midiática:

[...] o que pode incitar os indivíduos a se interessar pelas informações difundidas pelas mídias? É possível determinar a natureza de seu interesse (segundo a razão) ou de desejo (segundo a afetividade)? Pode-se eventualmente medir os graus desse interesse ou desse desejo? Como levar em conta, nesse espaço de motivações sociais, as diferenças entre um alvo dito “esclarecido” – que já dispõe de informações e meios intelectuais para tratá-las e que terá exigências maiores quanto à confiabilidade da informação fornecida e quanto à validade dos comentários que a acompanham – e um alvo dito “de massas”, que terá exigências de confiabilidade e de validade menores e se prenderá mais a efeitos de dramatização e a discursos estereotipados? Esse segundo espaço constitui um lugar de práticas, e

também se acha pensado e justificado por discursos de representação sobre o “como fazer e em função de qual visada” – para um destinatário que pode ser cogitado apenas como alvo ideal, receptivo, embora possível de dominar totalmente. (CHARAUDEAU, 2015, p. 25).

Tais indagações podem ser vistas como alguns dos alicerces que sustentam as convicções de que a mídia produz um discurso com sentidos previamente visados, ou seja, carregados de uma intencionalidade fabricada e frequentemente *implícita* de provocar nos indivíduos representantes da instância de recepção um efeito pensado. Embora essa pré-disposição já venha embutida no discurso, mais uma vez pode-se valer do regulamento da *Situação de Comunicação* proposta pelo autor de que esse sucesso não é propriamente assegurado.

Assim como a instância de produção, o quadro mostra que também a instância de recepção é dividida entre um espaço *Interno-Externo* e outro *Externo-Externo*. O primeiro consiste na projeção que a própria mídia faz acerca do seu receptor, ou seja, a imagem desenhada de seu *alvo*, cuja visão naturalmente interfere na construção do discurso. Essa visão idealizada produz então um chamado *destinatário ideal* (CHARAUDEAU, 2015).

Já no espaço *Externo-Externo* da instância de recepção, o cenário que se desdobra é o que vem após a distribuição do produto, quando ocorrem, portanto, as reais captação e interpretação da mensagem. É a partir dessa interpretação que se forma uma imagem mais fiel do alvo e de suas próprias convicções.

No entanto, alcançar esse resultado também não é tarefa fácil, visto que demanda uma perspectiva mais aprofundada sobre os caminhos que o alvo usou para chegar a tal conclusão. Segundo Charaudeau (2015), isso se dá fundamentalmente por dois comportamentos distintos e inconfundíveis: o primeiro, apreciativo, diz respeito à (in)satisfação alcançada pelo alvo sobre o produto, o que pode ser captado por sondagens, pesquisas de opinião e audiência. O segundo trata de “processos psicossociocognitivos de percepção, de memorização, de retenção, de discriminação, de avaliação e de compreensão do que é percebido” (CHARAUDEAU, 2015, p. 26), ou, por assim dizer, é o que sobra da mensagem na consciência desse alvo.

Por fim, no que se refere ao espaço de construção do produto, há preliminarmente uma *organização semidiscursiva* pautada por diferentes recursos audiovisuais – como formas, recursos verbais, gráficos, etc. – que são determinantes para a efetiva troca entre as instâncias de produção e de recepção.

Contudo, assim como se sucede na situação de comunicação, também a máquina midiática faz uso de recursos com visadas pré-estabelecidas em torno de um destinatário projetado pela situação de comunicação, mas a interpretação por parte deste é tão imprevisível que o que se tem à mão são efeitos possíveis, jamais exatos.

Parte desses efeitos naturalmente sofre interferência da fonte de onde brota a informação. Nas próprias redes sociais, por exemplo, o número de seguidores é um termômetro relativamente consistente para presumir quanto vale uma informação vinda de um perfil específico.

Os critérios para essa construção vão além, e passam também pelo status do informador e de sua condição social na comunidade da qual é porta-voz. Charaudeau (2015) delinea, para este fim, uma série de papéis que podem provocar diferentes efeitos na transmissão da mensagem.

O primeiro deles considera o cenário em que o informador tem notoriedade. Este caso remete a profissionais com grande apelo público, conhecidos por toda a sociedade. Sua responsabilidade gera uma contradição: ao mesmo tempo em que sua posição é digna de credibilidade, ela pode ocasionar também uma suspeita de manipulação. É o que ocorre a sacerdotes, magistrados e autoridades científicas, cujos vínculos profissionais tornam recomendável o silenciamento diante de situações polêmicas.

Outra circunstância coloca o informador como testemunha de um fato. Diferentemente da situação anterior, o detentor deste papel está menos sujeito a vícios que possam ser imputados a interesses preliminares de manipulação sobre seus interlocutores, visto que sua única finalidade é dizer o que presenciou. Assim, uma de suas marcas é a ingenuidade na transmissão da informação, a não ser que tenha o interesse velado de dar falso testemunho. É recorrente ver esse perfil de entrevistado pelas mídias, por exemplo quando o produto midiático é uma catástrofe, um acidente ou uma cena inusitada.

Outra cena indica a existência de vários informadores sobre um mesmo acontecimento ou em torno de uma mesma temática. Neste caso, todos eles apresentam-se com igual importância, mas suas opiniões podem ser completamente divergentes. Ocorre em situações em comum a todos eles, como numa peça teatral ou num cinema, quando cada qual pode emitir opiniões distintas acerca do que vivenciaram conjuntamente.

O informador também pode ser um organismo especializado, como um instituto de pesquisas, que têm por finalidade promover diversos levantamentos e coletas de dados. Por sua atividade-fim, Charadeau (2015) aponta que esse informador é o que dispõe do maior grau de confiança junto à sociedade, embora também não esteja isento de manipular as informações a partir de seus dados.

Mas a influência da fonte sobre a interpretação da mensagem pelo receptor também tem relevância no espectro do engajamento que ele assume ante sua informação (CHARAUDEAU, 2015). Isso pode resultar na alteração do valor de verdade do enunciado. É o que se constata quando um leitor depara com um jornal conservador trazendo uma reportagem crítica sobre um governo liberal, ou vice-versa. Se sua ideologia é percebida pelo alvo, este pode suspeitar da isenção da informação e não dar crédito ao discurso.

Entretanto, sustenta Charaudeau (2015), também aqui há uma variação comportamental por parte do informador em diferentes níveis e com diferentes efeitos. Se a estratégia do Sujeito Enunciador é de expor seu engajamento a partir de uma *evidência*, seu enunciado<sup>16</sup> ganha um aspecto de neutralidade que pode configurar-se como voto de confiança que, por consequência, proporciona um grau de credibilidade maior ao portador da informação. O discurso, neste caso, vem de uma verdade evidente, universal, e não condicionada ao informador. Encontram-se nesta esfera, por exemplo, os discursos políticos acalorados, construídos a partir de uma forte manifestação que descreva as mazelas populares e trate da necessidade de promover melhorias às classes mais pobres. No entanto, se essas evidências não se convertem em ações práticas, o descrédito do locutor passa a ser uma perspectiva factível.

Outra posição do informador decorre de sua própria *convicção*. Neste caso, o discurso é caracterizado por uma subjetividade que não dispõe de um valor absoluto, e que, portanto, carrega essa marca que pode ser antagônica: o informador expõe a fé em seu ponto de vista, mas esse posicionamento pode revelar fragilidades que levem seu interlocutor a lhe dar pouco crédito.

Por fim, o enunciador também pode apresentar um engajamento que se dá a uma certa *distância* do tema. O portador do enunciado não determina seu ponto de

---

<sup>16</sup> O Modo de Organização do Discurso, na perspectiva enunciativa, que será tratado adiante, sugere esses níveis de posicionamento do locutor em relação ao discurso – a saber, no que se refere às modalidades elocutiva, delocutiva e alokutiva.



vista como uma verdade absoluta e incontestável, mas, ao contrário, o faz com reservas. Mais uma vez, ocorre um paradoxo: o discurso em si pode não ser suficiente para convencer o interlocutor de que a posição do locutor é a mais verossímil dentre diferentes versões, mas a prudência adotada é capaz de conferir uma credibilidade tal que coloque sua observação como uma verdade momentânea. É o caso de um economista que proponha uma avaliação sensata sobre o momento da economia e os rumos que poderá tomar. Mesmo que adiante suas projeções não se confirmem, há um entendimento do receptor de que suas observações ainda assim foram pertinentes.

Esses posicionamentos, embora tratem particularmente de *quem informa*, predispoem a existência de um outro lado que interpretará o discurso pronunciado. E tal condição reverbera o fato de que os efeitos produzidos podem ser distintos dos efeitos visados pela mídia. Novamente adotando a *Situação de Comunicação* como ponto de partida, é importante ressaltar que os cenários envolvidos nessa troca também são determinantes para influenciar as conclusões do interlocutor. Isso fica nítido quando se tem definido que:

Segundo o contexto no qual aparece, uma informação pode produzir um efeito de banalização, de saturação, de amálgama ou, ao contrário, de dramatização. Se as manchetes dos jornais são diferentes, é porque, para se diferenciar do concorrente, cada jornal deve produzir efeitos diferentes. Imaginemos como seria uma imprensa com manchetes idênticas em todos os jornais, com números sem comentários, transcrições de decretos, citações *in extenso*. (CHARAUDEAU, 2015, p. 59).

Essa premissa é que leva Charaudeau (2015) a concluir que não existe discurso midiático que seja completamente desprovido de informação, a não ser os que estão dispostos em páginas de anúncios ou a programação de cinema e teatro.

Mas, afinal, se a informação é um produto midiático que provoca diferentes reações na instância de recepção, é natural que a mídia preestabeleça o que é passível de se converter em informação e o que não é. Para isso, é necessário que primeiramente se considere o que existe nesse universo dos acontecimentos de onde surgem os fatos que se transformam em notícia, reportagem ou mesmo num artigo de opinião.

O primeiro ponto a se colocar é que o acontecimento consiste nesse *lugar* onde todos os fenômenos ocorrem e de onde se extrai a matéria-prima da informação. Embora haja um desacordo sobre sua definição, decerto encontra-se num *mundo a*

*comentar*, a partir do qual a mídia extrai e nutre de sentido para oferecer um produto acabado – o mundo comentado – ao seu alvo (CHARAUDEAU, 2015).

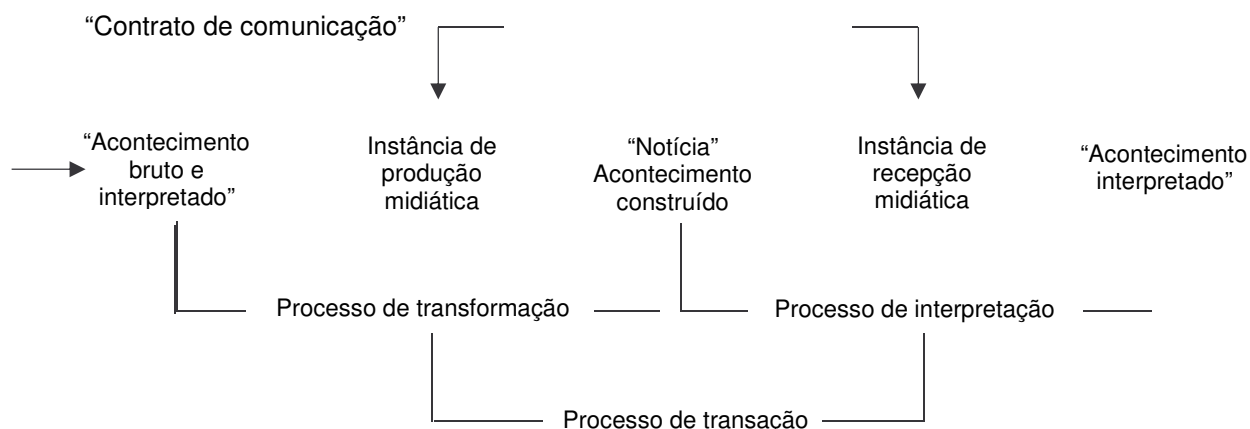
Para se ter uma noção desse descompasso conceitual do que seja o *acontecimento*, França (2012) observa que o termo diz respeito particularmente às ocorrências que se encontram no topo da hierarquia, e que por essa condição são dignas de noticiabilidade. Entretanto, outra corrente indica a defesa de que *acontecimento* está adiante no processo de divulgação, especificamente no casulo que faz transformar o fato em narrativa, ou seja, na manipulação que reverte o fato em informação jornalística. Qual seja, “o acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível” (CHARAUDEAU, 2015, p. 95).

Esse processo de conversão de um acontecimento em linguagem ocorre dentro de uma lógica descrita mais minuciosamente da seguinte maneira:

[...] no mundo existem ou aparecem coisas, estas se configuram em estados, produzem-se modificações nos estados das coisas, mas tais fenômenos só adquirem existência significativa através da percepção-captura-sistematização-estruturação que deles faz um sujeito languageiro; pois é falando que o sujeito confere a tais fenômenos uma significação. E como o sujeito languageiro é duplo, no sentido de que, segundo um princípio de alteridade, ele se desdobra num *eu* e num *tu* que se definem mutuamente numa relação de intersubjetividade, dir-se-á que o olhar que estrutura o acontecimento é também duplo: o olhar do sujeito ao produzir o ato de linguagem que transforma o acontecimento bruto em acontecimento significativo, e o olhar do sujeito interpretante que reestrutura o acontecimento previamente significado, segundo sua própria competência de inteligibilidade. (CHARAUDEAU, 2015, p. 96).

Tal entendimento é essencial para compreender como se ocorrem, afinal, as etapas dessa indústria de informações. Trata-se de um complexo processo de produção que compõe o *Contrato de Comunicação midiático*, partindo desde o acontecimento ainda sem intervenção externa e seguindo até sua interpretação pelo interlocutor:

Figura 3: Esquema do Contrato de Comunicação midiático



Fonte: Charaudeau (2015)

De maneira sintetizada, o esquema mostra que a mídia recorre ao acontecimento em seu estado bruto, o interpreta em consonância com suas intencionalidades ideológico-econômicas e visadas adequadas a um destinatário ideal, tornando-o um produto-notícia, que por seu turno será direcionado à instância de recepção. Caberá a esta fazer a interpretação do acontecimento agora manipulado pela mídia, levando então em conta os fatores que estão em jogo na produção do acontecimento.

A diferença de uma comunicação midiática em relação às demais é, portanto, esse processo de transformação de um acontecimento num produto de consumo. O formato ou modelo desse produto *vendido* a um público amplo é o que determina o que está sendo ofertado, e isso é feito exatamente pela forma como o enunciado é construído, ou, em outras palavras, pelo modo como o discurso é organizado para alcançar o seu interlocutor. É esse o tema tratado na seção seguinte.

### 3.2.2 Os modos de organização de discurso

Antes de adentrar propriamente no conceito e na descrição dos Modos de Organização de Discurso, cunhados por Charaudeau (2016), é pertinente voltar aos princípios envolvidos numa comunicação, já trazidos aqui no início deste trabalho. Ora, um diálogo, uma palestra, um texto ou qualquer outro ato de linguagem só se concretiza quando o locutor põe em conta que sua manifestação deve chegar a alguém – o interlocutor (BAKHTIN, 2015).

Quando o autor do discurso ignora a possibilidade de seu enunciado ser captado e interpretado por outra pessoa, ele também despreza a distância perigosa que pode haver entre essas mesmas captação e interpretação, comprometendo sua própria imagem. Afirmações irresponsáveis, ofensas ou fofocas, por exemplo, entram nesse campo.

Se, por sua vez, o discurso não é destinado a ninguém, compete então questionar: qual função, afinal, teria o comunicador? Ou, simplesmente, *falar pra quê?*

Na contramão disso vê-se que, quando se diz algo, diz-se com uma finalidade comunicativa: *descrever, narrar* ou *argumentar* (CHARAUDEAU, 2016). Essa manifestação decorre evidentemente da língua, cuja estrutura assegura uma forma e um sentido que fazem com que os participantes compreendam mutuamente numa *situação de comunicação* que envolva sujeitos físicos e mentais a partir de um *contrato*, pelo uso estratégico – consciente ou inconsciente – de um texto pelo sujeito falante (CHARAUDEAU, 2016). Acima de todos esses, há ainda o ato de *enunciar*<sup>17</sup>, o qual, segundo Charaudeau, sobrepuja-se aos demais por haver uma finalidade enunciativa mesmo quando estamos a descrever, a narrar ou a argumentar.

Daí vêm, portanto, os Modos de Organização do Discurso: Enunciativo, Descritivo, Narrativo e Argumentativo. O uso desses modos é determinante para a construção de um sentido num determinado contexto. Numa conversa informal, por exemplo, talvez não seja necessário argumentar que há uma vaga de emprego disponível numa certa empresa, a não ser que o locutor tenha por finalidade convencer seu interlocutor a aceitar essa vaga em detrimento de outra concorrente. Já num anúncio de jornal, bastará uma breve descrição, enquanto o narrativo poderá ser feito pessoalmente, durante a própria entrevista de emprego, por alguém responsável que informe qual a postura e o perfil do futuro contratado. Assim esclarece Charaudeau (2016, p. 68):

“Comunicar” é proceder a uma *encenação*. Assim como, na encenação teatral, o diretor de teatro utiliza o espaço cênico, os cenários, a luz, a sonorização, os comediantes, o texto, para produzir *efeitos de sentido* visando um público imaginado por ele, o locutor – seja ao falar ou ao escrever – utiliza componentes do dispositivo da comunicação em função dos efeitos que pretende produzir em seu interlocutor.

---

<sup>17</sup> Este trabalho pretende ater-se somente ao ato de enunciar, visto que é o modo de organização necessário à pesquisa proposta.

Por isso, Charaudeau (2016) primeiramente relaciona seus modos de organização com gêneros que possam ser mais apropriados a cada um. Contudo, vale ressaltar, essa relação não ocorre de maneira sólida, uma vez que há diferentes maneiras de utilizar cada qual em circunstâncias distintas.

No âmbito dos parâmetros semiolinguísticos estruturados por Charaudeau (2016), há uma abordagem específica em torno das estratégias enunciativas que o locutor produz no ato da comunicação. Daí a explicação do linguista de que um Sujeito Enunciador diz algo com uma certa finalidade comunicativa, conforme já mencionado anteriormente.

É necessário conduzir-se pela compreensão de que cada modo de discurso possui uma função de base e um princípio de organização. A primeira leva à finalidade discursiva do locutor, que exige que ele se pergunte o que, afinal, é enunciar, o que é descrever, o que é narrar e o que é argumentar. Já o princípio de organização propõe uma construção que atinja essa finalidade. Assim, no caso do Descritivo, do Narrativo e do Argumentativo, esse princípio ocorre de maneira dupla.

Com efeito, cada um desses modos propõe, ao mesmo tempo: uma *organização do “mundo referencial”*, o que resulta em *lógicas de construção* desses mundos (descritiva, narrativa, argumentativa); e uma *organização de sua “encenação”* (descritiva, narrativa, argumentativa).

O Modo *Enunciativo* tem uma função particular na organização do discurso. Por um lado, sua vocação essencial é a de dar conta da posição do locutor com relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros – o que resulta na construção de um *aparelho enunciativo*; por outro lado, e em nome dessa mesma vocação, esse Modo *intervém* na encenação de cada um dos três outros Modos de organização. É por isso que se pode dizer que este Modo *comanda* os demais [...]. (CHARAUDEAU, 2016, p. 74).

Conclui-se, portanto, que os modos de organização variam conforme a circunstância de uso, baseando-se numa situação de comunicação na qual o locutor escolhe a estratégia que utilizará para alcançar seu intuito, que é o de aproximar sua intencionalidade à da interpretação que o interlocutor fará da mensagem.

Como também se verá posteriormente, o Modo de Organização Enunciativo é aquele que rege as relações que envolvem a instância de produção midiática e a instância de recepção, mesmo que em determinados momentos a mídia recorra a outros modos de organização. Mais uma vez, prevalece a afirmação de Charaudeau (2016) quanto ao *comando* do Enunciativo frente aos outros.

Por ser o escopo metodológico deste trabalho, far-se-á uma abordagem específica sobre o Enunciativo, que apresenta diferenças em relação à *Situação de*

*Comunicação*. A separação essencial entre ambos reside nos sujeitos em observação: o primeiro cuida dos seres de fala, internos à linguagem, enquanto o segundo remete aos seres sociais, que representam a porção externa.

Isto quer dizer que este modo de organização não se atém tanto à finalidade que o remetente pretende alcançar com o discurso, mas ao pronunciamento em si. O foco é sobre *o que e a quem se fala*, e não *por que se fala* – ou seja, o que está no centro do Modo Enunciativo é a condição que o locutor ocupa em relação ao seu interlocutor.

Dessa premissa, despontam as três funções características do Enunciativo: o *alocutivo*, o *elocutivo* e o *delocutivo*.

A função *alocutiva* presume uma relação de influência do locutor sobre o interlocutor. Quando o sujeito falante diz algo, esse enunciado pretende provocar uma resposta ou reação por parte do interlocutor. É o que ocorre quando alguém faz uma pergunta (numa entrevista, por exemplo) que exige uma resposta do receptor. A expectativa é de que este devolva a indagação, estimulado pelo primeiro.

Mas essa relação pode ocorrer ainda de outras duas maneiras, levando o sujeito falante a instituir papéis distintos nessa troca linguageira (CHARAUDEAU, 2016): na primeira, o locutor põe-se em condição de superioridade em contraposição ao interlocutor. Diz-se, neste caso, que a disposição de ambos envolve uma *relação de força*. Modalidades como Injunção e Interpelação encontram-se nesse papel.

Noutra situação, o sujeito falante – o locutor – coloca-se em posição de inferioridade frente ao receptor do enunciado. São os casos em que o locutor manifesta necessidade / desejo de *saber* e do *poder fazer* intrínsecos somente ao interlocutor. Enquadram-se nessa modalidade a Interrogação e a Petição, para a qual a resposta ou a reação é um saber ou uma capacidade que o interlocutor irá ou não compartilhar.

Já na função *elocutiva*, o locutor apresenta o seu próprio ponto de vista acerca do mundo. Neste caso, o interlocutor não é induzido a responder ou reagir ao enunciado, podendo simplesmente silenciar-se ante ao que lhe é dito. A finalidade dessa função reside na modalização subjetiva sobre uma verdade que o locutor quer lançar sobre seu próprio enunciado. Seu intuito, assim, é criar uma visão de mundo, ou um *propósito referencial*, a partir da qual o ato de linguagem prevaleça.

Isso pode ocorrer sob algumas perspectivas:

\*A primeira é um ponto de vista que exprime o modo de saber, ou seja, a manifestação do locutor de que ele tem (ou não tem) o conhecimento sobre algo determinado. Entram nessa modalidade a Constatação e o Saber/Ignorância(CHARAUDEAU, 2016). Vale como exemplo qualquer enunciado que contemple palavras-chave como “eu sei que...”, “eu desconheço se...” etc.

- Outro ponto de vista aponta para uma avaliação, pela qual o sujeito falante emite um julgamento/uma consideração sobre uma determinada circunstância. Enquadram-se aqui a Opinião e a Apreciação(CHARAUDEAU, 2016).

- Um terceiro parâmetro de sua visão de mundo permite que o enunciadortrafegue pelo campo da motivação, promovendo-se uma espécie de justificativa que explica as razões que levam o sujeito a realizar seu propósito referencial. Integram essa categoria a Obrigação, a Possibilidade e o Querer(CHARAUDEAU, 2016).

- Outra posição elocutiva do sujeito falante é o engajamento, que sugereapoio/contradição a um propósito. Ela está presente na Promessa, Aceitação/Recusa, Acordo/Desacordo, Declaração, etc (CHARAUDEAU, 2016). Faz parte dessa modalidade todo tipo de asserção em que o enunciador assume ou revela um saber diante de seu interlocutor, enquanto este ocupa apenas a função de testemunha do *dizer*.

- Por último, ainda no elocutivo, há também o ponto de vista de decisão, quando o locutor assume a autoridade de estabelecer a Proclamação de algo (CHARAUDEAU, 2016).

Nos termos que aparecem no Twitter, de onde se extraem os textos componentes do *corpus* da pesquisa, verifica-se a prevalência de modalizações elocutivas, pelas quais os jornalistas posicionam-se no sentido de fazer considerações próprias acerca das votações.

A terceira funçãoé classificada como comportamento *delocutivo*, no qual “o sujeito falante *se apaga* de seu ato de enunciação e não implica o interlocutor. Ele *testemunha* a maneira pela qual os discursos do mundo (provenientes de um terceiro) *se impõem a ele*” (CHARAUDEAU, 2016, p. 83). Diferentemente da função elocutiva, esta se caracteriza por apresentar enunciações mais objetivas, retomando fragmentos discursivos que não são atribuídos ao locutor. Tal função bifurca-se diante de duas possibilidades: na primeira, o propósito é suficientemente forte para que ele relacione

sua asserção a um mundo existente. Modalidades como Evidência e Probabilidade são admitidos neste cenário (CHARAUDEAU, 2016).

Noutro aspecto possível, o propósito é um discurso produzido por outro locutor, fazendo o sujeito falante ter apenas a função de *relator* que foi dito por outro sujeito. Daí o enquadramento do Discurso Relatado a essa modalidade. Esse recurso está presente quando alguém pronuncia que “*ele disse que...*”, por exemplo. Assim, ocorre a atribuição de um enunciado a um terceiro indivíduo, alheio à comunicação.

O relato é, por sinal, um recurso amplamente utilizado pelas instâncias de produção, sobretudo no momento em que atribuem uma dada ação ou uma asserção a outros colocados como protagonistas em seu enunciado. O que muda neste caso, em relação aos demais, são as formas distintas de produção do discurso, culminando também em funções distintas do enunciado.

Os apresentadores de um telejornal lançarão mão de dar a notícia *relatando* um acontecimento, ou seja, ocupando naquele instante uma função de locutiva frente ao seu receptor. Entre os jornalistas, pode-se afirmar que existe uma expectativa de ver nos textos a prevalência de delocução, mesmo que em graus variados. Essa pré-designação tem influência direta na constituição do *ethos prévio* do profissional do jornalismo, de maneira que ele é instituído não como alguém que diz algo por si mesmo, mas pelos relatos de que dispõe.

Paralelamente à estratégia de modalizar o discurso, ou, portanto, de escolher a forma como vai se posicionar na enunciação e no enunciado, o locutor também precisa valer-se de meios de construção desse discurso. E uma das formas mais importantes é pelo ato de referir, conforme trataremos a seguir.

### **3.3 #Referenciação**

Tratar de referenciação consiste em contrapor-se à ideia de que as coisas do mundo são meramente etiquetadas por escolhas lexicais pré-concebidas e deslocadas dos contextos em que se inserem. A cadeia de estudos que contribuiu para dar ênfase a essa nova concepção partiu de diferentes maneiras de categorizar algo, tornando instáveis seus sistemas de classificação. Isso ocorre porque há uma construção em torno de um referente, cultuado por um determinado grupo social, que o molda, portanto, através de um processo cognitivo coletivo.



Daí surge a observação de que toda forma de categorização gira em torno não de um objeto do mundo, lexicalmente estável, objetivo e definitivo, mas de um objeto do discurso. Ou seja, é por meio do discurso, no habitat de sua interação, que se dão as categorizações, e são essas categorizações que produzem a representatividade que o objeto tem no mundo.

Mondada e Dubois (2017) reforçam esse esclarecimento ao dizer que o ato de categorizar não é praticado por um sujeito individualizado, único no mundo, mas por meio de “uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo” (MONDADA; DUBOIS, 2017, p. 20).

Essa percepção social é evidentemente variável, conforme afirmam as autoras:

A variação e a concorrência categorial emergem notadamente quando uma cena é vista de diferentes perspectivas, que implicam diferentes categorizações da situação, dos atores e dos fatos. A “mesma” cena pode, mais geralmente, ser tematizada diferentemente e pode evoluir – no tempo discursivo e narrativo – focalizando diferentes partes ou aspectos. (MONDADA; DUBOIS, 2017, p. 25).

A produção desse ato referencial se dá, como afirma Koch (2008), pela ativação de um processo que envolve não apenas a construção da linguagem em sua materialidade, mas também uma atividade compreendida pela complexa *atividade cognitiva-interativa*, através da qual criam-se os sentidos necessários à argumentatividade presente nos discursos.

A categorização dos objetos varia, assim, conforme o contexto e os atores envolvidos, fazendo predominar um aspecto específico do objeto na organização cognitiva do indivíduo. Deve-se deixar claro que a peculiaridade observada por cada um não pode ser encarada como um erro, mas como uma etiqueta contraditória a todas as demais (MONDADA; DUBOIS, 2017).

Essa variabilidade de etiquetagens é o que faz do referente algo instável ao contexto e à subjetividade dos interagentes. Para Mondada e Dubois (2017), a estabilidade, quando há, provém de um ponto de vista intrinsecamente relacionado às propriedades do mundo, e não ao contexto sócio-histórico no qual ocorre o objeto. Ou seja, afirmar que *a água está gelada* ou que *o dia está ensolarado hoje* é categorizar, respectivamente, *água* e *dia*; entretanto, nesses contextos, há uma percepção tão palpável da realidade que essas classificações acabam por se tornar indiscutíveis e, portanto, estáveis.

A referenciação tem grande importância na produção do discurso, dentre outras razões porque é através dela que se delimita o contexto do enunciado, a partir do qual se desenrola a construção narrativa. E, para isso, o locutor dispõe de estratégias variadas para categorizar o seu objeto-de-discurso, reproduzindo-o numa forma que melhor se adapte ao seu modo de descrever o mundo em torno do referente.

O subtópico a seguir aprofunda especificamente nessas estratégias, que nada mais são que categorias discursivas de referenciação.

### 3.3.1 Categorias de referenciação

A referenciação é uma atividade discursiva (KOCH; ELIAS, 2018). Os discursos proferidos pelo enunciador são pautados por escolhas que ajudam a ratificar sua intencionalidade. Essas escolhas consistem em estratégias que promovem interligações de elementos textuais ao longo do enunciado, sem que se faça perder o *fio da meada*, o sentido da construção do discurso.

Koch e Elias (2018) sintetizam esse processo em três etapas:

- Introdução, também chamada de construção: é o uso inaugural do objeto no texto, colocando-o no foco do discurso, o que pode ocorrer por meio de nomes próprios, pronomes ou expressões nominais.

- Retomada (ou manutenção): o objeto, já inaugurado no texto, é novamente mencionado através de uma forma referencial, mantendo-o no foco.

- Desfocalização: introdução de outro objeto ao texto, retirando o anterior do foco dos participantes da interação.

Ainda de acordo com Koch e Elias (2018), essa introdução do objeto ao texto pode acontecer por ativação *ancorada* ou *não-ancorada*. Uma introdução não-ancorada diz respeito a uma expressão nominal que promove pela primeira vez uma categorização do referente. Não há, portanto, indícios textuais anteriores que remetam ao objeto. Isso é comum quando o referente é trazido num início de diálogo ou no título de uma reportagem, por exemplo.

Uma ativação *ancorada* do referente, ao contrário, significa que um objeto é introduzido em associação “com elementos já presentes no cotexto ou no contexto sociocognitivo” (KOCH; ELIAS, 2018, p. 127). Extraímos do nosso *corpus* de análise, como exemplo que descreve esse tipo de ocorrência, um fragmento de discurso do jornalista Ricardo Noblat (2016):

- 1) *Começa a falar o ministro José Eduardo Cardozo. Em seguida, a votação. Temer aposta que terá de 54 a 56 votos para aprovar o impeachment.*

O referente *Temer* só é trazido no meio do enunciado, e é uma nomeação parcial, incompleta, que não dá explicações muito claras ao interlocutor de quem exatamente o enunciador está falando. Mas o seu co(n)texto permite que o leitor identifique que se trata do vice-presidente da República, Michel Temer, que naquele momento é um dos protagonistas no processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, outro referente que não aparece no enunciado.

Pode-se perceber, ainda tomando-se este exemplo, que *o impeachment* representa uma síntese de todo esse acontecimento enunciado pelo locutor. Assim, é dito que este elemento é uma *nominalização* ou *rotulação* dos enunciados anteriores, transformando-os em objetos-de-discurso (KOCH; ELIAS, 2018). Se esse ato de rotular ocorre após a exposição do cotexto, como no caso acima, é um rótulo *retrospectivo*; caso preceda às informações seguintes, é um rótulo *prospectivo*.

A segunda operação referencial, a *retomada*, consiste na “manutenção em foco, no modelo de discurso, de objetos previamente introduzidos, dando origem às cadeias referenciais ou coesivas, que são responsáveis pela progressão referencial do texto” (KOCH; ELIAS, 2018, p. 131).

Vale também trazer aqui a diferença delineada por Marcuschi e Koch (2006) sobre os atos de *retomar* e de *remeter*: “[...] remeter é uma atividade de processamento indicial na cotextualidade; retomar é uma atividade de continuidade de um núcleo referencial, seja numa relação de identidade ou não.” (MARCUSCHI; KOCH, 2006, p. 383).

De outro modo, pode-se afirmar que a remissão (o ato de remeter) é estratégia constitutiva do cotexto, não se dirigindo diretamente ao referente, mas àquilo que o cerca. Já a retomada é a utilização de recursos gramaticais que permitem ao enunciador manter em pauta um objeto-de-discurso que já foi mencionado. Neste último caso, é comum identificá-lo por substitutivos como *ele*, *ela*, *isto*, *este*, *aqui*, *lá*, dentre outros. Por isso, Koch e Elias (2018) atentam que esses recursos podem ser da ordem dos pronomes, elipses, numerais, advérbios, etc.

No entanto, a retomada também pode oferecer outras formas de recategorização, como se pode observar pelo exemplo a seguir, extraído do *corpus* do jornalista George Marques (2017):

2) *Atenção: base do governo acaba de apresentar requerimento para encerrar discussão. Aliados de Temer querem votar logo denúncia.*

Pelo modelo, percebe-se que há um objeto-de-discurso, *base do governo*, retomado na sequência, utilizando-se da expressão nominal *Aliados de Temer*. Essa expressão, em particular, é do tipo *definida*, porque se opera um grupo particular, recortado, por assim dizer, de maneira que se encaixa ao co(n)texto do enunciado, e que por isso demanda um saber partilhado entre os interlocutores. Deste modo, o usuário compreende que *base do governo* e *aliados de Temer* enquadram-se numa mesma Cadeia Referencial (que a partir deste ponto chamaremos de CR), inaugurada pela primeira expressão.

Todavia, há de se considerar que a existência de um co(n)texto faz emergir outros elementos que podem confrontar-se com o referente, distanciá-lo das condições de interpretação, produzindo ambiguidades passíveis de provocar divergências na compreensão, ou mesmo reduzir a progressão textual. Daí a importância de se produzir essa teia de sentidos ao longo do enunciado, interligados pelos processos referenciais.

Por essa razão, Koch e Elias (2018) pontuam que as expressões nominais referenciais têm *funções cognitivo-discursivas*, sobre as quais damos prosseguimento.

A primeira delas é a *ativação/reativação na memória*, que consistem na remissão de elementos apresentados anteriormente. Por outro lado, segundo as autoras, “ao operarem uma recategorização ou refocalização do referente, ou então, em se tratando de nominalizações, ao encapsularem e rotularem as informações-suporte, elas têm, ao mesmo tempo, função predicativa, isto é, carregam informação nova” (KOCH; ELIAS, 2018, p. 137).

Para exemplificar essa função, extraímos um enunciado do jornalista Rodrigo Vianna (2016)(exemplo 3) que não está configurado no *corpus* de análise em razão dos critérios que posteriormente serão apresentados:

- 3) *Procure um negro na foto... Esse é o Brasil de Temer. O Brasil que as marchas da Paulista queriam de volta.*

O contexto do enunciado indica forte crítica do jornalista ao novo governo Temer. Ele inicia descrevendo um cenário (que está presente no cotexto) e o recategoriza como *o Brasil de Temer*. Essa recategorização é ativada cognitivamente por meio de rotulação, através do uso de função predicativa. Note-se ainda que Vianna renomeia o rótulo – de *o Brasil de Temer* para *O Brasil* – para dar continuidade ao texto, o que ocorre com o restante do enunciado, compreensível somente sob o manto do contexto: *O Brasil que as marchas da Paulista queriam de volta.*

A segunda função é a de *encapsulamento (ou sumarização) e rotulação*, peculiares às nominalizações. Recorremos novamente a um enunciado de George Marques (2017), componente do *corpus*, para exemplificar essa função:

- 4) *Curiosidades da votação: os deputados que votam sim, para livrar Temer da investigação, estão sendo mais econômicos nas palavras.*

Pelo excerto, o jornalista descreve uma situação e a encapsula com uma nominalização – *Curiosidades da votação*. Já a rotulação é o uso de expressões nominais referenciais que englobam “uma parte do cotexto precedente” (KOCH; ELIAS, 2018, p. 139). Assim, a expressão nominal passa a substituir a delimitação de um cenário exposto pelo jornalista. Em nossa análise, será possível verificar com certa frequência cotextos que tratam de *discussão, tentativas de obstrução da votação, falas de deputados*, conflitos entre situação e oposição. Há ocasiões em que isso é rotulado por *impeachment*, processo em curso no Congresso Nacional.

Essas estratégias sugerem uma *organização macroestrutural* do enunciado, configurando-se como uma função capaz de reger o ordenamento dos tópicos e dos subtópicos no texto. Através de fluxos narrativos, que sofrem retroação e progressão, desenvolve-se um sentido cognitivo que se direciona à compreensão do interlocutor. As anáforas e catáforas<sup>18</sup> são mecanismos bastante usuais nessa organização, e a

---

<sup>18</sup> Anáfora e catáfora, segundo Koch e Elias (2018), são mecanismos linguísticos que remetem a algum elemento presente no texto. A anáfora faz remissão a algo que já foi dito anteriormente, enquanto a catáfora é remissão de algo que ainda está por vir, ou seja, cujo elemento associado ainda não foi apresentado textualmente.

sua adoção se dá, respectivamente, através de expressões nominais anafóricas e catafóricas. Extraímos um exemplo do enunciado do jornalista Rodrigo Vianna (2016), transcrito a seguir:

5) *Golpe violento contra o voto e contra as mulheres. Com Temer, elas voltam a ser "recatadas e do lar". Não há mulher no ministério golpista!*

Embora o *golpe violento* a que o enunciador se refere seja contra dois estatutos, por assim dizer – *o voto e as mulheres* –, o pronome *elas* é uma anáfora que faz remissão somente a um deles, no caso, *às mulheres*.

Diferentemente do que se mostra no exemplo acima, há algumas situações que evidenciam a necessidade de se reforçar a ligação entre a anáfora/catáfora com o seu referente. É o caso do outro enunciado que segue, novamente de Ricardo Noblat (2016):

6) *Helder Barbalho será o novo Ministro das Minas e Energia. Temer cedeu à pressão do pai dele, senador Jáder Barbalho, eleitor do impeachment.*

Neste trecho, não fica inicialmente clara a retomada a que se refere o termo *pai dele*, uma vez que *o pai* pode ser tanto do ministro quanto do próprio Temer. É necessário, neste caso, desenvolver o tópico para que se faça a conexão com o respectivo referente. Neste exemplo, especificamente, o jornalista recorre a recategorização por justaposição (KOCH, 2008) da expressão pronominal *pai dele*, através de aposto, que contribui para melhor delimitar a rotulação.

Em situações como essa, enquadra-se a proposta de classificar o tipo de anáfora utilizada na construção do objeto-de-discurso (KOCH, 2008): se é uma *anáfora associativa* ou uma *anáfora indireta*.

A primeira está presente quando as expressões nominais estabelecem uma relação clara com um *frame* ativado pelo processo cognitivo. Ou seja, no contexto da pesquisa, quando o enunciador menciona *a discussão, a votação, o golpe, a oposição, a situação* etc., há uma *noção de ingrediência* (KOCH, 2008) que inclui todos esses elementos no *frame* impeachment, o qual é facilmente ativado por cognição pelo interlocutor. Nesses casos, a anáfora tem relação tão estabelecida com o referente que pode vir acrescida do artigo definido.

Já no caso da anáfora indireta, essa relação depende de um aprofundamento sociocognitivo para que sua associação com o referente ocorra. Recorremos a George Marques (2017) para melhor exemplificar esse tipo de ocorrência:

7) *Oposição não pretende facilitar para Temer. Deputados estão em plenário mas não marcaram presença. Quorum segue aumentando, agora em 243.*

No enunciado acima, o referente *deputados* está ancorado em outro, *oposição*, e o reativa pela relação entre ambos. Nessas circunstâncias, a interpretação exige que o interlocutor faça operações cognitivas mais elaboradas para associar a oposição que não pretende facilitar para Temer aos deputados que estão no plenário sem marcar presença (KOCH, 2008).

Uma quarta função das expressões nominais referenciais no enunciado é a de nutrir o interlocutor com novos conhecimentos através de anáforas realizadas com o uso de *hiperônimo* ou *hipônimo* (KOCH; ELIAS, 2018).

*Hiperônimo* e *hipônimo* são termos que fazem retomada ao referente através de recategorização por abrangência ou por especificação, respectivamente. Assim, o termo *político* é hiperônimo de *presidente*, *deputado*, *senador*, *prefeito*, *vereador*, *governador*, etc. Esses termos, ao contrário, são hipônimos de *político*.

Desta maneira, há situações que permitem associar os referentes a expressões referenciais através de anáforas que se assumem como hiperônimo ou hipônimo. Koch e Elias (2018, p. 142) esclarecem que essa função leva o nome de *anáfora especificadora*, “que ocorre quando se faz necessário um maior refinamento da categorização”.

As expressões nominais referenciais também podem assumir o papel de construtoras de *paráfrases anafóricas definicionais e didáticas* (KOCH; ELIAS, 2018). Trata-se de recursos que têm por finalidade ampliar o domínio *léxico-cognitivo* do interlocutor. As *anáforas definicionais* são explicações que retomam a um termo apresentado anteriormente, e pode utilizar de expressões como *um tipo de*, *uma espécie de*, etc. como introdução à definição (KOCH; ELIAS, 2018).

Já as *anáforas didáticas* operam de forma inversa: “o *definiens*<sup>19</sup> situa-se na expressão introdutora, ao passo que o *definiendum*<sup>20</sup>, muitas vezes entre aspas, aparece na expressão referencial” (KOCH; ELIAS, 2018, p. 144).

Outra função das expressões referenciais é a de promover uma nova categorização *metaenunciativa de um ato de enunciação*; em outras palavras, fazer uso de termos que constituam “uma reflexão do produtor do texto sobre seu próprio dizer ou sobre o dizer do outro, caso em que, frequentemente, ocorre o uso de aspas para designar esse distanciamento, não concordância, ironia” (KOCH; ELIAS, 2018, p. 148).

Trata-se, portanto, de uma espécie de julgamento que o próprio enunciador faz a respeito do fato que ele reporta, tal como ocorre no exemplo, retirado mais uma vez dos enunciados de Ricardo Noblat (2016):

8) *A palavra chave do discurso de posse de Temer foi "diálogo", repetida por ele à exaustão. Diálogo, negociação, entendimento.*

*Palavra chave e discurso* são categorizações metaenunciativas que remetem a *diálogo* – e, posteriormente, de maneira integral, como sugere o enunciador, a *Diálogo, negociação, entendimento*.

De maneira resumida, concluímos que esta subseção apontou diversas funções das expressões nominais referenciais, e que o uso dessas funções são essenciais, como constatam Koch e Elias (2018), para a progressão textual e para a construção do sentido.

A seguir, trazemos um tópico específico sobre os operadores argumentativos, que também são analisados quando aparecem no curso do *corpus*. Percebe-se que seu uso pelos jornalistas elencados decorre do interesse de construir o contexto a seu modo, oferecendo recursos que produzem conclusões a partir de argumentos convergentes / divergentes construídos nos enunciados.

---

<sup>19</sup> Definição

<sup>20</sup> Termo a ser definido



### 3.4 #Os operadores argumentativos

Abordaremos neste tópico o uso de alguns elementos argumentativos que propõem indicar maior ou menor força nos enunciados. A ideia, fundamentada em Ducrot (1987), aponta que há uma diversidade de recursos linguísticos que orbitam pela semântica argumentativa, de modo a atingir com maior precisão o objetivo do enunciador de levar o interpretante a concluir aquilo que o primeiro deseja.

Por esta razão é que conferimos uma ênfase sobre esse aspecto nas análises dos discursos dispostos no *corpus*. Como se verá posteriormente, o enunciador utiliza desse meio para construir uma estrutura discursiva que atenda ao seu interesse diante dos usuários.

Orientamo-nos novamente por uma obra de Koch e Elias (2016) para elaborar as categorias dos operadores argumentativos, que apresentam uma divisão entre *classe argumentativa* e *escala argumentativa*.

A *classe argumentativa* reúne todos os elementos que trafegam rumo a uma mesma conclusão pelo interlocutor. Sua peculiaridade é de colocar os argumentos num mesmo nível de valor. Fazem parte dessa categoria os seguintes operadores: *e, também, ainda, nem (e não), não só...mas também, tanto... como, além de, além disso*, etc. (KOCH; ELIAS, 2016).

Já *asescalas argumentativas* apresentam marcadores que desnivelam a força de algumas informações, como *muito, não só* e *até*. Assim, há o uso de operadores que levam a uma hierarquização das informações.

Expressões como *até, até mesmo* e *inclusive* estão entre os tipos de operadores que revelam um argumento mais forte de uma escala a favor de uma conclusão (KOCH; ELIAS, 2016). Já sua força contrária, ou seja, a de negação, é impulsionada por operadores como *nem* e *nem mesmo*, por exemplo.

Há ainda casos de operadores que sugerem a existência de uma escala implícita de força, sendo os demais elementos superiores a ele. São representados pelas expressões *ao menos, pelo menos, no mínimo*.

Também ocorre o uso de operadores que têm a finalidade de contrapor argumentos orientados para conclusões contrárias, como *mas, porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto, embora, ainda que, posto que, apesar de (que)*, etc. (KOCH; ELIAS, 2016). No trecho a seguir, não componente do *corpus* de análise, extraído de Rodrigo Vianna, é identificada essa função:

9) *Temer fica. O crime da mala compensa! Mas fica despedaçado: sem votos pra reformar mais nada. E o PSDB fica sangrando, humilhado.*

O operador *Mas* é um divisor do enunciado: o conteúdo que o procede traz argumentos que fazem restrição ao que vem antes, ou seja, o enunciado indica duas conclusões contrapostas, sem que seja necessariamente formulada uma negação à primeira conclusão.

Desta forma, *O crime da mala compensa* (argumento A) é contrariado (ou inviabilizado) por *fica despedaçado* (argumento B), sem que seja necessário afirmar que *compensa praticar o crime da mala* (argumento C) e *não compensa praticar o crime da mala* (argumento não C). A partir desse raciocínio, Koch e Elias (2016) concluem:

Então, quando usamos **mas** informamos que **B** é mais forte como argumento a favor de **não C** do que **A** em favor de **C**. Dizendo de outro modo, a construção **A mas B** em seu todo é favorável a **não C**, conclusão para a qual **B** é argumento decisivo. Isso porque quando usamos **mas** introduzimos no discurso um argumento possível para uma conclusão e, logo em seguida, opomos um argumento decisivo para a conclusão contrária<sup>21</sup> (KOCH; ELIAS, 2016, p. 69)

É ainda por conta dessas perspectivas que a divisão dos enunciados entre argumento A e argumento B é metaforizada por uma balança, e cujo vértice seria, justamente, o operador argumentativo (DUCROT, 1980). Assim:

[...] quem usa o **mas** coloca no prato **A** um argumento com o qual não se engaja, isto é, que pode ser atribuído a seu interlocutor, ou a terceiros ou ainda ao saber comum de determinada cultura.  
A seguir, coloca no prato **B** um argumento contrário, ao qual adere, fazendo a balança inclinar-se nessa direção. (KOCH; ELIAS, 2016, p. 69).

Já a conjunção *embora* é categorizada por Koch e Elias (2016) como construtora de dois argumentos favoráveis, mas de conclusões contraditórias. Segundo as autoras, *mas* e *embora* têm o mesmo valor semântico, mas pesos diferentes no que se refere a um desenvolvimento argumentativo. Isso ocorre porque o *mas* carrega em si uma estratégia do suspense, “pois primeiro faz o interlocutor pensar em dada conclusão para depois apresentar o argumento que levará a uma conclusão contrária” (KOCH; ELIAS, 2016, p. 71). O *embora*, por sua vez, traz uma

---

<sup>21</sup> Grifos e sublinhado do autor

estratégia de antecipação, pois informa ao interlocutor que haverá uma ruptura do primeiro argumento a ser apresentado na sequência dessa conjunção.

Outra classe de operadores é composta por aqueles que introduzem uma conclusão a partir de argumentos já apresentados anteriormente. Enquadram-se nesse íterim *logo, portanto, pois, por isso, por conseguinte, em decorrência*, etc. (KOCH; ELIAS, 2016).

Há ainda o uso de *porque, porquanto, já que, pois, que, visto que, como* etc., que orientam para os operadores que justificam ou explicam um enunciado anterior (KOCH; ELIAS, 2016).

Também pode-se utilizar operadores que promovem comparações entre elementos do texto que levam a uma determinada conclusão: *mais... (do) que, menos... (do) que, tão... quanto*, etc. (KOCH; ELIAS, 2016).

Além dessas categorias, também há casos que levam a argumentos diferentes ou restritos ao que é trazido no enunciado anterior. Nessas situações, os operadores mais comuns são *ou... ou, quer... quer, seja... seja*, etc.

O uso do *já, ainda, agora*, por sua vez, têm a função de introduzir conteúdos pressupostos no enunciado (KOCH; ELIAS, 2016), como podemos identificar no discurso de George Marques:

10) *Atenção: aprovado requerimento de encerramento de discussão da denúncia contra Temer. Placar: 292 x 20. Votação já poderá ser iniciada.*

Neste trecho, o jornalista descreve um contexto prévio (t1) que permite direcionar para um novo estado (t2), cujo tempo é determinado pelo operador *já*. Nessas condições, portanto, esses operadores funcionam como uma nova referência temporal.

Valemo-nos ainda de outro exemplo, do mesmo autor, para debruçar sobre essa mudança do t1 para o t2:

11) *Vai amanhecendo lá fora, e agora que José Eduardo Cardozo, da AGU, fala em defesa de Dilma. Logo após a votação.*

Há dois operadores neste trecho que determinam estados temporais distintos. O primeiro, *agora*, indica o momento em que o referente toma sua fala. Há um

co(n)texto prévio que indica uma demora para que isso ocorra. O segundo operador, *logo após*, trata de um pressuposto futuro, um prenúncio de que a votação ocorrerá em breve.

Por fim, trazemos também a classe de operadores que apontam a existência de uma escala que varia do que pode ser levado para “a afirmação da totalidade (um pouco, quase) ou para a negação da totalidade (pouco, apenas)” (KOCH; ELIAS, 2016, p. 75).

Tem-se, então, uma gradação que pode ser compreendida por *um pouco* → *bastante* → *muito* →  *muitíssimo* → *tudo* (afirmação da totalidade), ou, ao contrário, *pouco* → *bem pouco* → *pouquíssimo* → *nada* (negação da totalidade).

Identificamos somente uma vez esse tipo de operador nos *corpora* da pesquisa, em enunciado de George Marques que vem a seguir:

12) *Algum gaiato disse ao fundo da coletiva: "socorre o presidente Temer com um pouco de água, só não pode ser a benta".*

Um *pouco de água* pressupõe que o presidente precisa de *socorro*, mas, considerando a escala gradativa em que atuam esses operadores, nem tanto assim.

Como concluem Koch e Elias (2016), os operadores argumentativos exercem, portanto, uma *argumentatividade* que está presente na própria natureza material da língua. Acrescentamos com isso que o *ethos* não participa dessa construção, mas pode projetar a imagem do enunciador de tal maneira que consiga amplificar – ou reduzir – o alcance do argumento numa dada situação de comunicação. Isso ratifica as conjecturas estabelecidas entre os linguistas que consideram todas as variáveis constantes na materialidade do discurso.

Passamos, a seguir, para a descrição do Twitter, plataforma onde estão presentes os *corpora* ingressos neste trabalho. Como tal, ele abarca aspectos peculiares que fazem o discurso se desenvolver da forma como estão.

### 3.5 #Por que o Twitter?

Esta seção tem a finalidade de adentrar no universo relativo às redes sociais digitais e, especificamente, no Twitter, onde há uma manifestação específica do *ethos* não apenas jornalístico, mas de maneira global. Contudo, antes de se inserir no cerne

do que se pretende trabalhar nesta etapa, é importante frisar que os espaços de interação na internet são dispositivos que permitem que cada usuário evoque aspectos que lhes são peculiares, e que essa prerrogativa revela-se útil para a construção de *ethé* no campo digital, muitas vezes distantes de suas reais características.

O preço dessa autonomia é a existência de uma infinidade de perfis falsos ou representados por símbolos ou imagens fictícias, excetuadas pela face física real do usuário. O *ethos*, então, passa a ser quase que exclusivamente constituído a partir do seu discurso.

Isso não significa um distanciamento da credibilidade. Mas esta se dá por meio de um procedimento que Charaudeau (2015) chama de *efeito de verdade*. Tal valor, segundo ele, insere-se mais no *acreditar ser verdadeiro* do que propriamente *ser verdadeiro*. Ou seja, é fruto de uma construção embasada na subjetividade do indivíduo diante de sua visão de mundo.

Diferentemente do valor de verdade, que se baseia na *evidência*, o efeito de verdade baseia-se na *convicção*, e participa de um movimento que se prende a um *saber de opinião*, a qual só pode ser apreendida empiricamente, através dos textos portadores de julgamentos. O efeito de verdade não existe, pois, fora de um dispositivo enunciativo de influência psicossocial, no qual cada um dos parceiros da troca verbal tenta fazer com que o outro dê sua adesão a seu universo de pensamento e de verdade. O que está em causa aqui não é tanto a busca de uma verdade em si, mas a busca de “credibilidade”, isto é, aquilo que determina o “direito à palavra” dos seres que comunicam, e as condições de validade da palavra emitida. (CHARAUDEAU, 2015, p. 49).

No Twitter, há notadamente perfis de pessoas menos dispostas a revelar a fisionomia física do que propriamente seus valores, e é particularmente esse constituinte do *ethos* que contribui para sacramentar uma imagem de si que se molda na credibilidade. Dois exemplos são os perfis da *Mídia Ninja* e da *Cynara Menezes*, autora do blog *Socialista Morena*, conhecidos pelos discursos contundentes em favor das cartilhas comunistas/socialistas e contrários aos pensamentos neoliberais. Embora não utilizem de aspectos físicos na rede, o que poderia contribuir para a construção do *ethos*, trata-se de pessoas que conseguiram arregimentar um vasto número de seguidores e críticos.

Nas redes sociais, portanto, essa credibilidade é disposta de forma textual, mas no Twitter é ainda mais comum deparar com discursos pouco pautados em construções narrativas, descritivas ou argumentativas. Isso ocorre principalmente pelo limite de caracteres que exige maior precisão discursiva por parte dos usuários.

Zago (2008) institui relações muito próximas entre as redes sociais digitais e os blogs hospedados em forma de sites. Segundo ela, as duas plataformas oferecem possibilidades de fazer interferências no layout, deixando-os personalizados, conforme o desejo de cada usuário. A proposta de alimentar a página periodicamente com conteúdo também revela uma consonância entre os blogs e as redes sociais.

Por outro lado, a natureza limitadora do Twitter proporciona-lhe uma classificação que o difere das demais redes, a de *microblogging*. Entretanto, é essa característica que faz com que a plataforma disponha de uma interface que induza à colaboração intelectual, projetando novos parâmetros do que se compreende por inteligência coletiva (SANTAELLA; LEMOS, 2010). Estas mesmas autoras reconhecem que há certas fragilidades presentes nas várias epistemologias que buscam explicar o Twitter, pois, justificam, nenhuma delas tem sido capaz de confluir os elementos sociais, antropológicos e tecnológicos tão impregnados à rede.

É daí que emerge, então, a conclusão de Santaella e Lemos (2010) de que o Twitter é

uma mídia social que, unindo a mobilidade do acesso à temporalidade *alwayson* das RSIs<sup>22</sup> 3.0, possibilita o entrelaçamento de fluxos informacionais e o *design* colaborativo de ideias em tempo real, modificando e acelerando os processos globais da mente coletiva. O que é o Twitter? Uma verdadeira ágora digital global: universidade, clube de entretenimento, “termômetro” social e político, instrumento de resistência civil, palco cultural, arena de conversações contínuas. (SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 66).

Mas quais são, afinal, as distinções da plataforma Twitter em relação a outras tanto quanto ou até mais populares, como o Facebook e o Instagram? Primeiramente, ainda de acordo com Santaella e Lemos (2010), a interação das outras redes sociais é impulsionada pelos contatos pessoais entre os usuários, ao passo que no Twitter essa interação é estruturada “na qualidade e no tipo de conteúdo veiculado por um usuário específico” (SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 67). A autora lembra que no Facebook, por exemplo, a teia de contatos é procedente, em sua maioria, de relacionamentos estabelecidos *off-line*, ou seja, fisicamente. Por isso, a rede de um usuário é alimentada por sua relação parental, profissional ou de amizade, ao contrário do Twitter.

Neste, apresenta-se uma ecologia relacional completamente diversa das outras RSIs. Nele, deparamo-nos com uma ecologia complexa de veiculação de ideias. A pergunta “O que você está fazendo agora?” se transformou em

---

<sup>22</sup> Redes sociais da internet

“No que você está pensando agora?”, fazendo com que cada fluxo se torne literalmente um fluxo de dimensões cognitivas, em que sinapses trafegam em tempo real, ativando tramas complexas de redes neurais digitais que integram impulsos maquínicos a consciência (SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 67).

Assim, o protagonismo da rede não repousa sobre quem publica algo, mas o que se publica. Isso faz com que, ao contrário das demais plataformas, o Twitter acabe por exigir de seus usuários um exercício cognitivo que os leve a adentrar no processo interativo que está no centro da rede. O discurso, que é a mola-mestra do Twitter, é apenas uma tentativa de interação, que pode ou não ser bem-sucedida.

O sucesso de uma comunicação iniciada na rede pelo usuário dependerá do uso de estratégias de sociabilidade complexas que alcancem, portanto, a interação e, com isso, a expansão cognitiva de que dispõe a rede (SANTAELLA; LEMOS, 2010). É daí que vem sua conclusão de que

Se estratégias inteligentes de inserção forem negligenciadas, é possível que o usuário jamais tenha acesso aos fluxos mais profundos de comunicação e às conversações e dinâmicas de interação mais interessantes que ocorrem abaixo da superfície. (SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 68).

Em regra geral, os acessos iniciais ao Twitter costumam ser frustrantes do ponto de vista da experiência do usuário. No Facebook, por exemplo, a entrada na rede é tradicionalmente bem recebida por amigos e familiares, o que torna os primeiros contatos acalorados. Santaella e Lemos (2010) compara a mesma experiência no Twitter a alguém que entra num quarto escuro tateando a parede e perguntando se “há alguém aí”, sob um risco considerável de não haver resposta à indagação.

De fato, à exceção de grandes personalidades já conhecidas do mundo físico, cujo ingresso na plataforma é semelhante a uma inauguração prestigiada por uma legião de pessoas que já a acompanham fora da rede, é comum viver uma espécie de ostracismo inicial que leve a questionar o Twitter e suas significações entre usuários mais assíduos, e daí ao abandono.

O que se deve ter em vista ao adentrar no universo do Twitter é que há *fluxos informacionais* (SANTAELLA; LEMOS, 2010) de que o usuário lança mão para ter acesso a conteúdos de sua preferência. Ao optar por *seguir*<sup>23</sup> um determinado perfil,

---

<sup>23</sup> A plataforma oferece a opção “Seguir” nos perfis que o usuário ainda não segue para que, a partir de então, os conteúdos produzidos por esse perfil passem a aparecer na tela desse novo seguidor. O contrário também ocorre: se o usuário pretende deixar de receber o conteúdo de um determinado perfil, há a opção “Deixar de seguir”, o que elimina todo o conteúdo que o perfil venha a disseminar.

esse usuário estabelece uma espécie de assinatura de um novo canal, com foco no conteúdo que dali é produzido. Essa adesão gera então um fluxo de informação que molda os interesses do usuário na rede.

A escolha de seguir um novo perfil, ou seja, de agregar mais uma fonte de conteúdo ao seu *feed*<sup>24</sup>, faz canalizar, pois, mais informações para o usuário, movimento que Santaella e Lemos (2010) define como *inflow*. A possibilidade de adequar o *feed* aos seus próprios interesses significa que o *inflow* é maleável, e “reflete a identidade coletiva dos usuários, marcas e veículos que escolhemos seguir” (SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 74).

Por outro lado, quando o usuário se coloca como fonte de conteúdo, ou seja, difunde suas próprias informações, ele então projeta um *outflow*, ou, em outras palavras, produz um fluxo informacional na expectativa de que outros adiram a esse processo.

Há casos, como reporta Santaella e Lemos (2010), de usuários que se dedicam a explorar mais o *outflow* do que o *inflow*, o que significa dizer que mais produzem conteúdo informacional do que propriamente consomem. O contrário também ocorre. A autora considera, porém, que esses casos extremos são raros. “A maioria dos usuários consegue equilibrar *inflow* e *outflow* em uma participação tanto como produtores quanto como receptores de conteúdo” (SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 74).

Julgamos que uma forma de constatar o grau de interesse do usuário pelo *inflow* e pelo *outflow* pode ser pela proporção entre o número de perfis que seguem e que são seguidos por uma determinada conta. Não se pretende, e não se vê utilidade para este trabalho, fazer um comparativo desse mérito entre os jornalistas avaliados na pesquisa. Mas, ao observar o perfil de Diogo Mainardi – o que possui maior quantidade de seguidores, com mais de um milhão e setenta mil perfis –, nota-se que ele também é o que menos recorre ao *inflow* – sua conta segue apenas 133 pessoas.

Rodrigo Vianna, jornalista que, dos quatro elencados, é o que dispõe de um menor número de adeptos, com 90 mil contas, recorre a apenas 1.045 fontes de conteúdo.

---

<sup>24</sup> Formato de disposição de conteúdos que permite a atualização constante de novas informações, semelhante a uma esteira, facilmente consumida pelo usuário, cujas informações mais recentes são apresentadas à vista do leitor, enquanto as mais antigas vão ficando mais distantes.



Essas constatações não podem ser vistas como contraditórias à afirmação de Santaella e Lemos (2010), mas servem para sugerir que *perfis-referência* no Twitter possivelmente tendem ao *extremismo* do *outflow*, dispensando o equilíbrio que, de fato, corroborando com o entendimento da autora, pode ser observado entre os usuários comuns.

E é especificamente o *outflow* que revela um vasto mundo de oportunidades de canais na web. A produção de conteúdo opera o fluxo de informações que se espalha pelas redes sociais, pelos sites e blogs. Estes, em particular, dispõem de uma forte semelhança de interface com os sites, mas sua natureza personificada vai ao encontro do que se presencia nas redes sociais.

O Twitter extrai, efetivamente, essa identidade presente nos blogs. Há uma sincronia entre ambos no que tange à produção de assuntos de interesse público. Fala-se de cinema, de futebol, de política ou de culinária com a autoridade de canais especializados nos respectivos temas. Mas há um aspecto que faz estabelecer um distanciamento entre um e outro: a propagação ininterrupta de informação – o *alwayson* (SANTAELLA; LEMOS, 2010).

A movimentação dos blogs é notoriamente mais lenta, ao passo que a dos microblogs é intensa, seguindo um fluxo constante e ininterrupto. Mesmo quando a atualização dos primeiros obedece a uma certa periodicidade, sua interface assemelha-se a uma *homepage*, mantendo sua estrutura intacta e fazendo com que apenas o conteúdo se altere. Desta maneira, boa parte da página mantém-se estática, sem grandes mudanças, enquanto os novos conteúdos consistem quase que somente em trocar imagens e textos de setores pontuais da página. A um leitor desatento a atualização do blog pode até mesmo passar despercebida.

Isso é impensável entre os usuários do Twitter. Sua interface centraliza-se na diversidade de estratégias de *outflow* constantes na rede, e isso produz particularidades que interferem nos enunciados ali dispostos, bem como na própria experiência do usuário. Santaella e Lemos (2010) elenca alguns elementos que são determinantes nessa distinção entre blogs e microblogs: *dimensão*, *mobilidade*, *integração*, *privacidade* e, principalmente, *temporalidade*.

Isto significa dizer que a dinamicidade com que despontam novos fluxos informacionais do Twitter não permite ao leitor manter-se inerte, visto que novos conteúdos podem surgir quase que seguidamente, alimentando seu interesse com frequência.

É evidente que o gênero utilizado por cada usuário que faz uso do *outflow* tem uma ligação substancial com a quantidade de adesões ao seu fluxo informacional. Esta é a razão pela qual adentra-se a seguir nas reflexões sobre a genericidade dos textos da web, em particular epistemologias muito recentes que classificam os textos dessas plataformas em *hipergêneros* e *tecnogêneros*.

### 3.6 #Precisamos falar dos gêneros

Esta seção, a última que precede a metodologia, tem o objetivo de trazer a abordagem teórica sobre os gêneros do discurso midiático, cuja semente epistemológica da Linguística Moderna foi plantada por Bakhtin (2015). Essa reflexão trafega por um fio condutor que pretende alcançar uma análise específica e mais atualizada sobre o tema, particularmente no que se refere aos chamados tecnogêneros (PAVEAU, 2013), cujos discursos são fundados a partir do próprio ecossistema tecnológico.

A abordagem especificamente em torno dos tecnogêneros é justificada pelo fato de apontar veementemente para a produção de enunciados constituídos em ambientes exclusivos da internet, em particular o Twitter, no qual há uma incidência diversificada de discursos estabilizados, e do qual se extrai todo o *corpus* deste trabalho.

É a perspectiva de Bakhtin (2015) que faz eclodir uma série de gêneros, conforme as diversas formas de interação. Antes, contudo, é preciso apontar que seu olhar inaugural sobre os gêneros decorre do princípio de que toda e qualquer atividade desenvolvida pelo homem se dá por intermédio da linguagem, e que essa mesma linguagem se configura em modelos específicos, conforme a situação, conferindo então um aspecto *multiforme* da língua. Assim, é necessário que haja uma variação linguística suficiente para abarcar todos esses aspectos situacionais, o que confere uma dinamicidade apropriada aos falantes.

E essa aplicação diversa da língua ocorre inexoravelmente em forma de enunciados – sejam eles orais ou escritos –, os quais são marcados por usos particulares de “recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais” (BAKHTIN, 2015, p. 261), conforme o contexto em que são aplicados.

Daí a clássica definição bakhtiniana de que “cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente*

*estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*” (BAKHTIN, 2015, p. 262).

Essa heterogeneidade discursiva, que se coloca como um dos pilares do fundamento bakhtiniano, é comprovada pelo uso acentuado de marcas características de determinadas situações de discurso. Essas marcas podem ser observadas por elementos linguísticos bastante peculiares de cada gênero, e que as próprias condições cognitivas do ser humano identificam e processam em sua aplicação.

O desprezo a alguns pronomes nos textos científicos, por exemplo, induz os autores e os próprios interlocutores a compreenderem que a formalidade exige uma filtragem apropriada de alguns signos linguísticos, da mesma forma que as conversas informais dispensam elementos lexicais menos populares, de uso constante somente em outros gêneros.

As inúmeras variedades genéricas dos textos, segundo Bakhtin (2015), intensificam-se ainda pelas diferenças peculiares existentes entre os discursos primários, relativos aos usos orais – e portanto mais simples, improvisados –, e os secundários, referentes às formulações escritas – mais complexos e organizados, frutos de uma produção intelectual.

A diferença entre os gêneros primário e secundário (ideológicos) é extremamente grande e essencial, e é por isso mesmo que a natureza do enunciado deve ser descoberta e definida por meio da análise de ambas as modalidades; apenas sob essa condição a definição pode vir a ser adequada à natureza complexa e profunda do enunciado (e abranger as suas facetas mais importantes); a orientação unilateral centrada nos gêneros primários redundará fatalmente na vulgarização de todo o problema [...]. A própria relação mútua dos gêneros primários e secundários e o processo de formação histórica dos últimos lançam luz sobre a natureza do enunciado (e antes de tudo sobre o complexo problema da relação de reciprocidade entre linguagem e ideologia). (BAKHTIN, 2015, p. 264).

Assim, ao mesmo tempo em que há uma distinção entre os gêneros primários e secundários, admite-se também uma forte ligação entre ambos no que concerne à presença dos traços orais nas produções escritas.

A relevância desses estudos envolvendo os gêneros do discurso repousa no fato de que todo e qualquer conhecimento humano se faz, como já dito, por meio de um aspecto material, que é a língua. Ou seja, dominar o gênero em que jaz determinado conteúdo consiste em reunir as condições cognitivas necessárias para assimilar aquele modelo de enunciado. Como sustenta o próprio Bakhtin (2015), desconhecer a natureza do enunciado e não distinguir as variações linguísticas

ornadas pelos gêneros são vazios que redundamnum “formalismo e em uma abstração exagerada, deformam a historicidade da investigação, debilitam as relações da língua com a vida” (BAKHTIN, 2015, p. 265).

A chegada, por assim dizer, dos usuários comuns às redes sociais antes das instâncias de produção fez prevalecer a construção de um espaço criado pelos consumidores de informação, e não por eventuais imposições genéricas dos jornalistas e dos veículos. O novo ambiente de interação levou a comunicação enquanto produto ser elaborada com base em gêneros discursivos já em vigor na rede, o que facilitou consideravelmente esse conhecimento em torno da natureza do enunciado a que se refere Bakhtin (2015). Não por acaso, essa observação pode ser comprovada pela linguagem popularesca adotados enunciados jornalísticos na internet.

Outro fator que influencia e estabelece essa mesma relevância nos estudos acerca dos gêneros diz respeito às suas mudanças históricas. A mutabilidade da língua, já proclamada por Saussure (2012) ao afirmar que ela “se altera ou, melhor, evolui, sob a influência de todos os agentes que possam atingir quer os sons, quer os significados” (SAUSSURE, 2012, p. 116), implica também na evolução dos modelos existentes.

Bakhtin (2015) chama a atenção para o fato de que muitos gêneros se mostram tão dinâmicos a alterações que sua fluidez os coloca em permanente mudança, como é o caso da literatura, por exemplo. E essa peculiaridade estabelece aos gêneros um lugar preponderante na história.

Os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem. Nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos. (BAKHTIN, 2015, p. 268).

As razões que provocam esses fenômenos sobrepujam o simples uso sistemático da língua, alcançando esferas sociais que acabam por interferir em seu uso cotidiano. No caso das novas mídias, a comunicação instantânea levou a uma evolução própria da língua nestes meios. Termos e expressões nativos do universo digital, e ao menos por enquanto com pouca adoção no *mundo real*, são um exemplo dessa evolução ocorrida em paralelo. O uso de *hashtags*, representadas pelo símbolo #, passou a ser visto como uma ferramenta útil para se marcar os tópicos presentes num enunciado próprio da internet.

Este e outros recursos gerados no seio dos aparatos tecnológicos estabilizaram-se a ponto de se constituírem, na visão de Paveau (2013), como tecnogêneros, sobre os quais falaremos a seguir.

### 3.6.1 O contexto na produção discursiva

Como já assinalava Bakhtin (2015), um dos elementos prescritores da noção de gênero é o contexto. No entanto, sua percepção restringia-se unicamente a observar seus efeitos na criação verbal, ou seja, no aspecto puramente material do discurso. Foram outros autores, como Berrendonner (1981), Moirand (2006), Brassac et al (2008a), Paveau (2009) e Kerbrat-Orecchioni (2012), que levaram a cabo uma abordagem que protagonizava a importância do contexto, o aspecto imaterial, na produção discursiva, mesmo que em diferentes medidas (PAVEAU, 2013).

Essa nova projeção convencionada peremptoriamente a ideia de que diversos parâmetros – políticos, econômicos, socioculturais, etc. – influenciam fortemente as configurações linguísticas. Sua relevância no processo de produção dos enunciados é tamanha que Paveau (2013) contesta o afastamento que certas epistemologias promovem entre o que é linguístico (material) e o que é extralinguístico (contextual).

A linguista defende, ao contrário, um olhar *simétrico* sobre a complexidade da produção discursiva, equilibrando e integrando de maneira definitiva o peso das produções verbal e não verbal. Desta maneira, de acordo com a autora, os estudos da linguagem conseguirão fugir das análises *logocêntricas* que hipervalorizam a materialidade do discurso em detrimento das condições em que este acontece:

É preciso considerar a saída do logocentrismo para dar conta em conjunto do ecossistema das produções verbais, contendo o conjunto de dados que nos circunda, quer sejam eles humanos ou não humanos. Esses dados são constitutivos de nossas produções languageiras e não são simplesmente um meio que lhe seria exterior. Nessa perspectiva, os elementos ditos inertes ou não dotados de palavras constituem, ainda assim, agentes físicos que participam da produção verbal e da circulação de informações. Artefatos, objetos naturais, animados não humanos, dispositivos técnicos, configurações espaciais, etc., todos esses elementos devem ser levados em conta e integrados ao processo de produção dos discursos. (PAVEAU, 2013, p. 5, tradução nossa)<sup>25</sup>.

<sup>25</sup> Texto original: “Il faudrait envisager de sortir du logocentrisme pour prendre en compte l’ensemble de l’écosystème des productions verbales, contenant l’ensemble des données qui nous entourent, qu’elles soient humaines ou non humaines. Ces données sont constitutives de nos productions langagières, et ne sont pas simplement un milieu qui leur serait extérieur. Dans cette perspective, les éléments dits inertes ou non doués de parole constituent quand même des agents psychiques qui participent de la production verbale et de la circulation des informations. Artefacts, objets naturels, animés non humains,

O que Paveau (2013) considera adequado, portanto, é que se considerem todos os elementos intercessores do processo discursivo como coconstituintes de um mesmo ecossistema. Para isso, ela traz em conta outro objeto necessário à elaboração e interpretação dos enunciados: a *cognição*. Este elemento passa a ter então relação simbiótica com o discurso e o contexto (e todos os seus elementos pré e extradiscursivos envolvidos).

Trata-se de um terceiro aspecto determinante para a produção do discurso, cuja manifestação, em síntese, participa do enunciado a partir de uma realidade social que se revela na cognição subjetiva e intersubjetiva dos sujeitos em interação.

Paveau (2013) refere-se a Moirand (2003), Rastier (2001a e 2001b) e Adam (2005) como autores que já trabalham com a cognição como ponto de apoio nas pesquisas sobre enunciados. Segundo ela, “a dimensão cognitiva permite uma retomada da noção de gênero integrando parâmetros representacionais às vezes implícitos, até tácitos: atravessa-se do gênero no texto ou no social para o gênero “na cabeça”, se assim pode-se dizer”. (PAVEAU, 2013, p. 10, tradução nossa)<sup>26</sup>.

Esses elementos mantêm-se ativos também nos processos de produção nos dispositivos comunicacionais digitais, mas deve-se admitir ainda que nesses meios há outros fatores que interferem na elaboração do discurso. Alocam-se aí tantos influenciadores que Paveau (2013) sugere, então, a existência de uma *tecnologia discursiva*, marcada por uma *natureza compósita* (PAVEAU, 2006, 2007, 2009, 2012a)<sup>27</sup> que faz integrar o próprio meio eletrônico à produção linguageira.

Desta forma, as plataformas eletrônicas de comunicação entre os usuários devem ser estabelecidas como parte integrante do discurso na mesma proporção que os demais elementos envolvidos, e isso inclui o uso de recursos presentes na interface dos aplicativos utilizados para fins de interação, tais como a ativação de certos conteúdos por meio de símbolos oriundos da própria programação computacional, como *hashtags* (representadas por #) e *arrobas* (@). Há, por meio dessas

---

dispositifs techniques, configurations spatiales, etc., tous ces éléments doivent être pris en compte et intégrés au processus de production des discours.”

<sup>26</sup> Texto original: “La dimension cognitive permet une saisie de la notion de genre intégrant des paramètres représentationnels parfois implicites, voire tacites: on passe du genre dans le texte ou dans le social, au genre “dans la tête”, si l’on peut dire.”

<sup>27</sup> Paveau (2013) fala também de *ambiência*, termo cunhado por Hutchins (1994) que busca dar simetria teórica a todos os elementos envolvidos na construção de um objeto observável. *Ambiência e natureza compósita* destoam, portanto, do pensamento logocêntrico abordado anteriormente.

ferramentas, a formação de discursos que só podem ser viabilizados pela produção integrada do homem com a máquina.

Esses e outros elementos e a própria *tecnolinguagem* que constitui cada aplicativo também são parte integrante dessa indústria de gêneros que já têm por etapas naturais as condições verbal e contextual em que se dão os enunciados.

É pela existência dessa cascata de elementos tão peculiares aos meios digitais, e que, como dissemos, favorecem a produção de tipos específicos de discurso, que Paveau (2013) classifica então os gêneros subsidiados pelas plataformas eletrônicas de *tecnodiscursos*, tema da próxima subseção.

### 3.6.2 Tecnodiscursos: os gêneros *online*

Os ambientes tecnológicos não são *incubadores* de gêneros por acaso. A genericidade heterogênea que brota nesses meios ocorre porque há uma produção sistemática de enunciados bastante estabilizados e intensamente intertextualizados entre os usuários nas plataformas digitais.

No entanto, persistiu por longo tempo a ideia de que as plataformas digitais são somente um lugar propício à atualização de antigos gêneros. Por essa visão, o gênero carta, por exemplo, teve sua função de certo modo incorporada pelos e-mails. Também é possível notar semelhanças entre o antigo serviço de telegrama com o atual SMS<sup>28</sup>. Os canais no Youtube, mesmo abertos à criação por qualquer usuário, seriam semelhantes a uma emissora de TV, ao passo que os portais de notícias seriam os jornais da era digital. Não se considerava, portanto, a ideia de que os discursos neste meio poderiam ser algo novo e desvinculado dos velhos paradigmas.

Maingueneau (2014) propôs trabalhar com o conceito de *hipergênero*, cujos suportes caracterizam-se por reunir diversos gêneros de discurso. O próprio e-mail, por exemplo, pode servir-se para a elaboração de uma carta formal ou informal, um comunicado oficial, uma carta de amor, um lembrete ou um memorando. No entanto, ainda subsiste nesta proposta um cordão umbilical, uma relação genética do novo com o antigo.

---

<sup>28</sup> Sigla de Short Message Service, ou, em português, Serviço de Mensagem Curta, disponível para aparelhos celulares. A contagem dos SMS é feita por caracteres, a exemplo dos telegramas, que até o início dos anos 2000 eram cobrados com base no número de palavras.

E é esse o contraponto de Paveau (2013) sobre os demais teóricos que trabalham os gêneros. Sua posição refuta a problemática que consiste em atribuir um sentido velho aos enunciados digitais da contemporaneidade. Primeiro porque essa ponte faz com que novamente se recorra ao logocentrismo, deixando de lado outros aspectos importantes que envolvem o discurso, os quais abordamos na subseção anterior. Em segundo lugar, haveria uma natureza argumentativa nos textos digitais em geral que os leva a um forte conflito com as produções antigas (PAVEAU, 2013). Não se trata mais, portanto, da evolução genérica prevista por Bakhtin (2015), mas de criações inteiramente nativas do ambiente digital, com suas peculiaridades e formas diferentes dos velhos modelos de interação.

As *hashtags* e as *arrobas*, citadas anteriormente, foram padronizadas não só no Twitter, mas também em outras redes sociais, como o Facebook e o Instagram. O mesmo ocorreu com os botões de *Follow* (seguir) e *Unfollow* (Deixar de seguir), incorporados em massa por várias ferramentas digitais. Mas esses recursos só se viabilizaram porque existem tecnologias que comportam tais comandos. Há, portanto, um vínculo muito estreito entre o dispositivo e o discurso, o usuário e a máquina.

No caso do Twitter, há algumas singularidades que tornam mais complexo o conhecimento enciclopédico necessário ao usuário. Expressões como *Tweet*, *Retweet* (RT) e *DirectMessage* (DM), além de *gifs*, *shortlinks* e *emojis* fazem parte de um vocabulário próprio do usuário da rede, e seu domínio é necessário para que se tenha alguma forma de ação por parte dos interagentes.

O internauta letrado nessa linguagem dispõe de capacidade para executar o que Paveau (2013) classifica como *práticas tecnoculturais*, definidas por ela como a apropriação do programa inicial pelos usuários, de forma que produzam novos procedimentos e significações com base nas potencialidades da ferramenta. Um exemplo é o uso já bastante difundido da *hashtag* TBT (designada por #TBT, sigla de *ThrowbackThursday*<sup>29</sup>), que passou a designar a quinta-feira como um dia em que se pode cultuar a nostalgia com postagens de fotos do passado. A *hashtag* ganhou, assim, uma ressignificação que supera a própria utilidade básica da # nas redes sociais, mas isso demandou a execução de comandos por internautas por meio de plataformas inicialmente programadas.

---

<sup>29</sup> Na tradução livre, algo como *quinta-feira do retorno*.



Entretanto, o uso dessas ferramentas não é uma regra de publicação. A escrita tradicional, dita linear, também se faz presente, e acaba por contracenar com a linguagem digital nativa.

A escrita digital nativa possui traços particulares que lhe são dados pelo dispositivo tecnológico. Mas esses traços não são traços “a mais”, que deixariam o logos e o logocentrismo intactos. Esses traços afetam a natureza mesma da linguagem, que mistura de tecnologia. E nós precisamos agora reconhecer que não existe apenas linguagem na linguagem. Do meu ponto de vista, essa coisa não é nova, mas os universos discursivos digitais a tornam explícita. (PAVEAU, 2013, p. 24, tradução nossa)<sup>30</sup>.

Portanto, o Twitter revela-se uma rede propícia à produção de tecnogêneros de discurso por conter um ecossistema próprio de indução a novas modalidades enunciativas, as quais, por sua vez, tendem a uma estabilização e intertextualização pelos próprios usuários. Mas esse processo não ocorre sem que se dê o peso adequado ao contexto, como foi abordado no decorrer deste tópico. É o contexto<sup>31</sup> – aliado às cognições particulares e coletivas dos usuários – que estabiliza determinados discursos.

No capítulo 4, que vem a seguir, adentramos enfim na metodologia utilizada na pesquisa que virá na sequência.

#### 4. #METODOLOGIZANDO

A metodologia e os resultados aqui projetados fazem esta pesquisa ser de natureza qualitativa, cujos procedimentos, segundo Creswell (2010), são orientados por dados textuais e de imagens, sobre os quais pode ocorrer uma variedade de estratégias de investigação.

Na verdade, as estratégias de investigação escolhidas em um projeto qualitativo têm uma enorme influência sobre os procedimentos que, mesmo

---

<sup>30</sup> L'écriture numérique native possède des traits particuliers qui lui sont donnés par le dispositif technologique. Mais ces traits ne sont pas des traits « en plus », qui laisseraient le logos et le logocentrisme intactes. Ces traits affectent la nature même du langage, qui se métisse de technologie. Il nous faut désormais reconnaître qu'il n'y a pas que du langage dans le langage. De mon point de vue, la chose n'est pas nouvelle, mais les univers discursifs numériques la rendent explicite.

<sup>31</sup> O que chamamos cotidianamente de 'contexto' recebe um contrapeso na situação de comunicação, segundo Charaudeau (2016): “*contexto* é interno ao ato de linguagem e sempre configurado de alguma maneira (texto verbal, imagem, grafismo, etc.) enquanto *situação* é externa ao ato de linguagem, embora constitua as condições de realização desse ato” (CHARAUDEAU, 2016, p. 69).

nas estratégias, são nada uniformes. A observação do panorama dos procedimentos qualitativos mostra diversas perspectivas que variam desde o pensamento de justiça social (Denzin e Lincoln, 2005) até perspectivas ideológicas (Lather, 1991), posturas filosóficas (Schwandt, 2000) e diretrizes procedurais sistemáticas (Creswell, 2007; Corbin e Strauss, 2007). Todas as perspectivas disputam o espaço central nesse modelo de investigação desdobrado denominado pesquisa qualitativa. (CRESWELL, 2010, p. 206).

Ainda referente a Creswell (2010), este estudo obedece ao critério proposto por ele para a geração de dados, cujo primeiro passo consiste na organização e preparação do *corpus* para análise. Em seguida, é feita a leitura minuciosa de todas as informações geradas (passo 2), para as quais lança-se uma percepção geral do que está ocorrendo naquele ambiente; por fim, procede-se a codificação (passo 3), definida por Creswell (2010) basicamente como o processo de organização e separação de todo o conteúdo em blocos e segmentos de texto.

Essas premissas englobam as escolhas metodológicas que norteiam o presente trabalho, com vistas a alcançar os objetivos já traçados. Como já trazido na Introdução da pesquisa, seu objetivo central é o de identificar como jornalistas constroem suas imagens nos próprios discursos publicados no Twitter em meio a duas grandes coberturas políticas.

Para isso, os objetivos específicos consistem em verificar a imagem que o jornalista político projeta de si na interação com o leitor através do discurso. A pesquisadora revela os comportamentos enunciativos, evidenciando as categorias de língua utilizadas pelos jornalistas em suas interações no Twitter durante dois importantes acontecimentos políticos – o afastamento da presidente Dilma Rousseff, no dia 12 de maio de 2016, e o arquivamento de denúncias de corrupção do presidente Michel Temer, no dia 02 de agosto de 2017. Pretende-se observar ainda os processos de referenciação na construção desses objetos-de-discurso (Dilma e Temer) de que os profissionais utilizam na mesma rede social.

Essa angulação metodológica sobre as interações no ambiente digital é proposital. Os estudos apoiados na Linguística Aplicada e na Comunicação ganharam novo impulso a partir da concepção e consolidação das redes sociais na internet, no início dos anos 2000. Houve nessas *sociedades digitais* um meio adequado ao surgimento de ferramentas próprias de interação, resultando num terreno fértil para essas abordagens.

Nesse percurso, não apenas se viu uma linguagem mais informal prevalecer na web – de certa forma, influenciada pela comunicação instantânea nos moldes da

oralidade – como também a adesão das instâncias de produção ao ambiente digital. Ou seja, além do próprio usuário comum, também os jornalistas e os grandes grupos de comunicação criaram perfis próprios e passaram a utilizar e a observar a rede de forma profissional, mas sem abrir mão da constituição linguística já estabelecida nesses espaços.

Alguns deles surgiram eminentemente como projetos independentes, engajados na proposta de oferecer um tipo de apuração e com uma linguagem mais popular, que fugissem dos padrões adotados pelas grandes firmas de comunicação.

Foram esses novos canais que lhes propiciaram o espaço necessário para engajar-se em pautas políticas de seu próprio interesse. E isso significou um novo paradigma das coberturas midiáticas. Peruzzo (2008) aponta que essa mídia alternativa nasceu a partir dos anos 1960, e não é difícil notar semelhanças com os blogs advindos de um idealismo sócio-político.

Ela surgiu para designar a comunicação popular [...] e caracterizar o tipo de imprensa não alinhada às posturas da mídia tradicional, então sob a batuta da censura do regime militar no Brasil. Neste caso, denomina-se imprensa alternativa. Era uma época em que a maioria dos grandes jornais se alinhava à visão oficial do governo, por opção político-ideológica ou pela coerção, sob a força da censura. A imprensa alternativa representada pelos pequenos jornais, em geral com formato tabloide, ousava analisar criticamente a realidade e contestar um tipo de desenvolvimento (PERUZZO, 2008, p. 373).

Essa concepção de Peruzzo (2008) contribui para a postura metodológica adotada nesta pesquisa. A separação de mídia tradicional e mídia independente é relevante por ser um critério adotado pela pesquisa da *Medialogue*, como se verá na próxima subseção. Mas, além disso, essa proposição também é movida pela expectativa do pesquisador de que um jornalista vinculado à mídia tradicional dispõe de menor liberdade de manifestação em relação aos profissionais independentes. Isso pode sugerir que as estratégias discursivas do primeiro grupo sejam bastante diferentes do segundo.

Para observar essa nuance e os demais aspectos já traçados nos objetivos gerais e específicos, far-se-á uma investigação no âmbito da Análise Semiológica do Discurso, segundo critérios propostos por Charaudeau (2016) no que concerne aos Modos de Organização do Discurso.

Dentre os diferentes modos postulados pelo linguista, será feito uso especificamente do Enunciativo, caracterizado pelo próprio autor como “uma *categoria de discurso* que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na *encenação*

do ato de comunicação [...]” (CHARAUDEAU, 2016, p. 81). Embora o Enunciativo se assente num discurso pronunciado por um locutor e direcionado a um interlocutor, há mormente uma distinção entre esse modo de organização e a Situação de Comunicação – sobre a qual se fez referência na seção 3.2.1 desta pesquisa. Enquanto a Situação de Comunicação contempla em seu bojo os seres sociais – aqueles externos à fala –, o Enunciativo debruça especificamente sobre os seres de fala, ou seja, restringe-se ao EU Enunciador e ao TU Destinatário (CHARAUDEAU, 2016).

Nesta pesquisa, todo o universo que abrange o Modo de Organização Enunciativo será considerado nos enunciados a serem observados, o que significa ter em conta as três relações de influência, classificadas por comportamentos *alocutivo*, *elocutivo* e *delocutivo*, bem como todas as especificações enunciativas e as categorias de língua constantes em cada uma delas, apresentadas na figura a seguir:

Figura 4 – Quadro dos procedimentos da construção enunciativa

COMPORTAMENTOS ENUNCIATIVOS	ESPECIFICAÇÕES ENUNCIATIVAS	CATEGORIAS DE LÍNGUA
<b>Relação de influência</b> (relação do locutor ao interlocutor)  ⇒ ALOCUTIVO	<b>Relação de força</b> (locutor/interlocutor) +-	Interpelação Injunção Autorização Aviso Julgamento Sugestão Proposta
	----- <b>Relação de pedido</b> (locutor/interlocutor) +-	Interrogação Petição
<b>Ponto de vista sobre o mundo</b> (relação do locutor consigo mesmo)  ⇒ ELOCUTIVO	Modo de saber	Constatação Saber / Ignorância
	----- Avaliação	Opinião Apreciação
	----- Motivação	Obrigação Possibilidade Querer
	----- Engajamento	Promessa Aceitação / recusa Acordo / desacordo Declaração
	----- Decisão	Proclamação
<b>Apagamento do ponto de vista</b> (relação do locutor com um terceiro)  ⇒ DELOCUTIVO	<b>Como o mundo se impõe</b>	Asserção
	----- <b>Como outro fala</b>	Discurso relatado

Fonte: Charaudeau (2016, p. 85)

A análise consistirá, em resumo: na identificação das respectivas modalidades inseridas nos enunciados dos jornalistas selecionados no Twitter; nas estratégias de referenciação dos objetos-de-discurso Dilma Rousseff e Michel Temer; na identificação dos operadores argumentativos; nos aspectos textuais que fazem constituir o *ethos* do enunciativo.

A seção seguinte explora os participantes da pesquisa e os critérios que foram utilizados para selecioná-los.

#### 4.1 Participantes da pesquisa

O processo de seleção dos jornalistas que serão utilizados nesta abordagem é fruto de outra pesquisa, realizada em 2017 pela Medialogue Digital, sob o título *Os principais influenciadores políticos da web brasileira*. A empresa responsável pelo estudo é sediada em São Paulo (SP), e atua na área de comunicação digital. Sua atuação no mercado consiste em “promover ideias, criar campanhas, produzir conteúdos, mobilizar, desenvolver aplicações para a web e coletar e analisar dados” [MEDIALOGUE, (2015?)].

A pesquisa da Medialogue analisou 115 mil perfis diferentes no Twitter, compondo um universo de aproximadamente 700 mil *tweets* publicados entre os dias 6 de junho e 6 de julho de 2017. Os perfis investigados foram elencados a partir da menção aos principais personagens políticos do Brasil no período de análise, incluindo portanto comentários a respeito de deputados federais, senadores, líderes partidários no Congresso Nacional e/ou do presidente da República – à época, Michel Temer (MDB).

Segundo a Medialogue (2017), foram analisados somente os perfis com mais de 20 mil seguidores, e que tenham publicado ao menos dez postagens ao longo do período investigado. Na nota metodológica que compõe o estudo, a empresa também destaca que foram excluídos da avaliação os perfis de políticos e de partidos políticos, de pessoas e de instituições caracterizados tendencialmente pelo humor, bem como aqueles dedicados prioritariamente ao compartilhamento de notícias originárias de terceiros.

Após a primeira seleção, os perfis passaram por um ranqueamento conforme o alcance e o engajamento, os quais são definidos pela Medialogue (2017) da seguinte maneira:

O alcance é uma estimativa do número potencial de pessoas que foram expostas aos conteúdos postados e considera o número de seguidores de cada perfil, quantas vezes eles postaram no período, e os retuítes recebidos que amplificaram o alcance do conteúdo. O engajamento é uma estimativa do nível de interação do público com o conteúdo postado por cada perfil e considera o número de retuítes em relação ao número total de seguidores. (MEDIALOGUE, 2017, p. 15).

Para se alcançar o que a pesquisa chama de *escala de influência*, foram elaboradas pontuações que variam de 0 a 10, sendo 10 a de melhor classificação. Segundo a Medialogue (2017), tanto o alcance quanto o engajamento dispuseram de um mesmo peso no cômputo final, o que, para o resultado da pesquisa, conferiu um equilíbrio entre perfis independentes e de grande audiência. Os perfis com nota inferior a 1 foram excluídos do estudo.

Dos 115 mil perfis iniciais, extraíram-se então 102 considerados mais influentes – ou seja, com maiores notas avaliativas. Estes foram separados pela *Medialogue* (2017) em cinco grupos distintos: jornalistas, independentes, mídia tradicional, mídia online, canais engajados e influenciadores independentes. Essa especificação obedece ao seguinte critério:

Os influenciadores independentes são aqueles que não têm vínculo com canais da mídia tradicional e que são relevantes pelo<sup>32</sup> sua atuação pessoal e não necessariamente por conta do veículo em que publicam seus conteúdos, enquanto que os jornalistas são perfis de profissionais vinculados a veículos da mídia tradicional ou online (MEDIALOGUE, 2017, p. 15).

Mediante esta listagem, o método ora empregado consiste na seleção dos dois jornalistas da mídia tradicional melhor classificados no estudo da Medialogue, bem como dos dois jornalistas independentes que também lideraram o ranqueamento. É importante destacar que, no caso dos independentes, há outras classes de profissionais envolvidos – como artistas, jornalistas engajados em outras editorias que não a política, colunistas, etc. –, os quais foram excluídos da seleção.

Os resultados do trabalho da Medialogue (2017) são, portanto, os norteadores para a seleção dos jornalistas desta pesquisa. Optou-se por um número de quatro profissionais – dois da mídia tradicional e dois dentre os chamados independentes – por compreender que se trata de uma quantidade suficientemente adequada para se observar as marcas enunciativas presentes em ambas as categorias.

O levantamento da Medialogue (2017) coloca Ricardo Noblat como o primeiro na lista de influenciadores políticos pela categoria *Jornalistas*, obtendo uma escala de 6 pontos<sup>33</sup>, ante o segundo colocado, Diogo Mainardi, com 3 pontos. Outros nove jornalistas são elencados neste ranqueamento, sendo a maior parte classificado com um ponto.

---

<sup>32</sup> Texto fiel ao documento da pesquisa.

<sup>33</sup> O estudo disponibilizado pela empresa não detalha como se deu especificamente o critério da pontuação.

Entre os componentes da *Mídia Independente*, a liderança é ocupada pelo ator José de Abreu, o único a alcançar os 4 pontos. O jornalista George Marques está em segundo lugar, com 3 pontos, empatado com o músico Lobão e com o também jornalista Rodrigo Vianna, o que levou à seleção de Marques e de Vianna para este estudo. Essa escolha se deu, portanto, em obediência ao intuito do trabalho de se investigar somente jornalistas que acompanham e divulgam informações rotineiramente sobre o dia-a-dia da política nacional.

É o resultado desses dois cenários que proporciona os elementos para a composição dos discursos dos profissionais analisados neste trabalho, estabelecendo-se o *corpus* a partir da seguinte figura:

Figura 5 – Quadro com seleção dos jornalistas da pesquisa

JORNALISTA / PERFIL NO TWITTER	Nº DE SEGUIDORES <sup>34</sup>	CATEGORIA
Ricardo Noblat / @BlogdoNoblat	1.023.911	Mídia Tradicional
Diogo Mainardi / @diogomainardi	1.072.702	
George Marques / @GeorgMarques	156.208	Mídia Independente
Rodrigo Vianna / @rvianna	90.572	

O status conquistado nas redes sociais é de certa forma um reflexo da biografia que esses jornalistas ostentam fora do ambiente digital. Apresentamos a seguir cada um deles:

- Ricardo José Delgado Noblat nasceu em Recife (PE), tem 69 anos de idade e formou-se em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap-PE) em 1972 (PORTAL DOS JORNALISTAS, 2015).

Em seu currículo estão passagens marcantes pelos jornais *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio* e das sucursais do *Jornal do Brasil* e das revistas *Manchete* e *Veja* em Recife – posteriormente, chefiou a sucursal da mesma *Veja* em Salvador (BA), além de atuar na *Veja* em São Paulo (SP). Em Brasília, Noblat trabalhou também na sucursal do *Jornal do Brasil* (a partir de 1982) e também do jornal *O Globo* (1989), de onde, posteriormente, mudou-se para a sucursal da *Revista IstoÉ* (PORTAL DOS JORNALISTAS, 2015).

Entre 1994 e 2002, Ricardo Noblat assumiu a redação do jornal *Correio Braziliense*, e lá foi o responsável por uma revolução editorial do veículo. Em 2004,

<sup>34</sup> Quantidade mensurada no Twitter em 27 de abril de 2019.



criou o Blog do Noblat, um dos canais políticos de maior audiência do país, que lhe rendeu dois prêmios Comunique-se na categoria Jornalista Nacional/Blog em 2009 e 2011. Também é ganhador de um prêmio Comunique-se em 2005 (Colunista de Notícia) pelo jornal *O Globo* e vencedor do Prêmio Esso de Jornalismo em 1976 pelo Diário de Pernambuco.

Ricardo Noblat é autor de três livros, dentre eles *A Arte de Fazer um Jornal Diário* (Contexto, 2002), obra que se tornou referência em diversas faculdades de comunicação do país.

- Diogo Briso Mainardi nasceu em São Paulo (SP) em 1962, e iniciou sua carreira jornalística efetivamente trabalhando no início dos anos de 1990 pela *Revista IstoÉ*, onde, além de produzir reportagens, conseguiu espaço para elaborar críticas literárias. Mas foi a partir de 1999, quando integrou o grupo de jornalistas da *Revista Veja*, que passou a ganhar fama (SILVA, 2009).

Afinal, foi neste íterim que ele começou a publicar críticas mais ácidas, direcionadas particularmente ao PT e, especificamente, a Luiz Inácio Lula da Silva. Suas divergências com o ex-presidente, por sinal, chegaram ao auge em 2007, quando publicou o livro *Lula é minha anta*, pela Editora Record. Ainda antes, em 2004, assumiu uma cadeira no programa *Manhattan Connection*, do canal a cabo GNT, onde ainda permanece até os dias atuais. Seus comentários são fundamentalmente controversos.

Como mediador entre os acontecimentos políticos e seu público, Mainardi tem uma escrita marcada por uma irreverência e por uma liberdade de expressão levada ao extremo. Ele se posiciona e é, por isso, considerado, por muitos, como um iconoclasta, um pernóstico ou um “direitista maluquinho”, e, por outros, como um articulista esclarecido, corajoso ou como um justiceiro a quem nada pode calar. (SILVA, 2009, p. 15).

- Embora não se tenha localizado o local e a data de nascimento de George Marques, julgamos que o mais relevante é apontar sua formação em Jornalismo e em Relações Públicas, além de ser especialista em comunicação pública e comunicação política. Em 2016, foi apontado pela pesquisa *Stilingue* como o segundo maior influenciador de política no Twitter, e em 2017 foi indicado ao Prêmio Comunique-se de Reportagem.

Entre novembro de 2016 e abril de 2018, compôs a equipe de repórteres do portal de notícias *The Intercept Brasil*, fundado pelo jornalista norte-americano Glenn Greenwald.

- Já o jornalista Rodrigo Vianna nasceu em São Paulo (SP) em 26 de setembro de 1969, e iniciou sua carreira como jornalista na Rede Globo de São Paulo em 1995, onde fez reportagens para os programas *SPTV*, *Bom Dia Brasil*, *Jornal Hoje* e *Jornal Nacional*. Sua saída da emissora aconteceu no fim de 2006, e foi marcada pela circulação interna de um e-mail, assinado por ele, no qual criticava a forma como a Rede Globo conduziu a cobertura das eleições daquele ano, com o intuito de prejudicar o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva.

Vianna também tem passagens pelo jornal *Folha de S.Paulo*, TV Cultura e TV Record, onde está até hoje. Também é, desde 2008, editor do *blog Escrevinhador*, ligado à *Revista Fórum*, onde dedica boa parte de seus textos aos bastidores da política.

O jornalista ganhou o Prêmio Especial Verdade, Justiça e Transparência, entregue durante o 27º Prêmio de Direitos Humanos de Jornalismo, em 2010, graças a uma série de reportagens produzidas com outros quatro colegas para a TV Record intitulada *Os Porões da Ditadura*, que mostrou a participação de um empresário na prisão, tortura e morte de pessoas ligadas à esquerda durante o governo militar (PORTAL DOS JORNALISTAS, 2017).

Diante da lista dos jornalistas cujos discursos serão investigados, apresentamos a seguir a metodologia que estabelecerá a forma como será feita a seleção dos discursos observados.

## **4.2 Metodologia de análise**

A etapa seguinte à seleção dos participantes consiste em recuperar as postagens elaboradas pelos autores nas datas inicialmente dispostas – dias 12 de maio de 2016 e 02 de agosto de 2017. Essas datas constituem dois momentos marcantes da política brasileira recente – no primeiro, o afastamento de Dilma Rousseff pelo Senado Federal; no segundo, o arquivamento das denúncias contra seu sucessor, Michel Temer, na Câmara dos Deputados. Além de trazer à tona fatos recentes da política brasileira em relação ao momento em que ocorre a pesquisa, também envolve personagens divergentes sob o ponto de vista ideológico.

Utiliza-se, para isso, a busca avançada do Twitter<sup>35</sup>, onde se especifica a conta a ser observada (no caso, gerando individualmente os dados de cada um dos jornalistas selecionados), e a data das postagens. É notório perceber em todos os resultados que, pela relevância política dos acontecimentos, cada jornalista publicou uma quantidade maior de enunciados em relação a outros dias, sem um intervalo previamente definido entre uma postagem e outra.

Com a finalidade de propor uma filtragem objetiva dos comentários, novamente respaldou-se num parâmetro apresentado por Charaudeau (2005). Para análises de *corpus* de texto, o linguista recomenda que o pesquisador elabore um levantamento empírico de pontos em comum entre os diferentes *corpora*. É o que se propõe para observar, por exemplo, propagandas publicitárias. Neste caso, pode-se estabelecer categorias como *produto*, *marca*, *suporte*, etc. Por outro lado, pode haver ainda

[...] um levantamento também empírico das *diferenças* entre estes textos e os textos que se assemelham a eles mas não possuem todas as constantes levantadas anteriormente (por exemplo, textos de propaganda política). Estabelecem-se assim fronteiras que circunscrevem, de início, um (ou mais) *corpus* de textos relativamente homogêneo. Este tipo trabalho<sup>36</sup> determina uma das condições que consideramos fundamental para a constituição de um *corpus*, e que é constitutiva do procedimento de análise: a condição de “contrastividade”. (CHARAUDEAU, 2005, s. p.).

As categorizações aqui apresentadas sugerem a relação de três elementos constitutivos nos enunciados produzidos pelos jornalistas: 1) os referentes do acontecimento político e suas (re)categorizações retomadas por nomeação ou expressão nominal; 2) os acontecimentos políticos em si, bem como suas rotulações e encapsulamentos; 3) predicções, anáforas e retomadas que induzam ao referente.

O primeiro diz respeitosamente à ex-presidente Dilma Rousseff e ao então presidente Michel Temer. Também é admissível por este critério outras nomenclaturas relativas aos dois referentes, como *governo*, *presidente* (ou *presidenta*), uso parcial de seus nomes (como *Temer* ou *Dilma*, por exemplo), etc.

O segundo critério necessário à composição do *corpus* trata especificamente do co(n)texto que integra o acontecimento. Neste caso, admite-se o uso de expressões nominais como *votação*, *golpe*, *processo*, *afastamento*, *denúncia*, *impeachment*, *arquivamento*, etc.

<sup>35</sup> Recurso disponível em: <https://twitter.com/search-advanced?lang=pt>

<sup>36</sup> Reprodução fiel ao texto original.

O terceiro critério estabelece uma relação simbiótica entre o objeto-de-discurso e seu papel no(n)texto, englobando, para tanto, predicções, anáforas ou retomadas que contribuam para posicionar o referente. Neste caso, são admitidos usos de predicções como *pesadelo*, *ridículo(a)*, *golpista*, *mentiroso(a)*, *ético(a)*, etc.

Assim, no levantamento feito com base nos enunciados dos jornalistas, é necessário que haja expressões nominais que façam retomada ou remissão, respectivamente, ao referente, objeto-de-discurso, ou ao(n)texto. Naturalmente, é possível que haja no *corpus* enunciados que apresentem o referente com seu co(n)texto, uma retomada ao referente e uma remissão ao acontecimento. Todavia, não é requisito que todos esses elementos estejam imbricados para a seleção, mas que se tenha ou o referente ou o cotexto (re)categorizado.

Utilizando esses critérios, quantitativamente, o recorte que forma o *corpus* deste estudo ficou distribuído da seguinte maneira:

Figura6 – Quadro quantificador de ocorrências com base na metodologia de seleção do *corpus*

JORNALISTA	QUANTIDADE DE POSTAGENS SELECIONADAS PARA ANÁLISE	
	12/05/2016	02/08/2017
Ricardo Noblat (RN)	8	27
Diogo Mainardi (DM)	6	4
George Marques (GM)	10	7
Rodrigo Vianna (RV)	5	1

Nota-se na figura anterior que há certa disparidade do jornalista Ricardo Noblat no dia 2 de agosto de 2017 em relação aos demais jornalistas analisados. Entretanto, o pesquisador não condicionou a escolha dos jornalistas à obrigatoriedade de discursos relativos aos temas já mencionados nas datas em estudo, nem tampouco a uma estabilidade de postagens entre eles. Desta forma, a variabilidade de enunciados extraídos de cada profissional pesquisado não é arbitrária, mas, ao contrário, pautada nos quesitos já consolidados no ato do estabelecimento dos critérios metodológicos.

Assim, trabalhou-se, desde o início, com a possibilidade de haver participações mais ou menos efetivas de um profissional para o outro. No entendimento do pesquisador, isso não se configura como um problema para as conclusões, visto que

há *corpus* suficiente para se alcançar uma conclusão satisfatória após as análises do discurso.

Mais do que isso, pode-se refletir ou mesmo conjecturar sobre as razões – não declaradas – de ter havido maior ou menor participação de cada jornalista nos casos observados. Este pesquisador optou por não especular os motivos pelos quais um profissional se interessou em fazer mais postagens num dia do que em outro.

No capítulo seguinte, encaminhamo-nos, enfim, para as análises de discursos dos jornalistas, conforme propõe a presente pesquisa.

## **5. #HORA DA ANÁLISE**

A análise do discurso dos exemplares do *corpus* ocorrerá primeiramente na ordem dos indicados pelo resultado da pesquisa da Medialogue (2017), ou seja,

conforme aparece no quadro anterior. Também serão feitas as análises priorizando o jornalista e as datas dos acontecimentos. Desta maneira, cada profissional será analisado separadamente, primeiro trazendo à tona os discursos selecionados para o dia 12 de maio de 2016 – obedecendo aos critérios estabelecidos pela metodologia – e, em seguida, pertencentes ao dia 02 de agosto de 2017.

A fim de organizar os enunciados do *corpus*, nomearemos um a um, quando necessário, utilizando as iniciais de cada jornalista – Ricardo Noblat (RN), Diogo Mainardi (DM), George Marques (GM) e Rodrigo Vianna (RV) –, acrescido do número 1 para a primeira data de análise e do número 2 para a segunda data, separados por um traço da numeração que em seguida indicará a ordem cronológica do discurso. Quanto a este quesito, é importante esclarecer que, na plataforma Twitter, ele aparece *de baixo para cima*, ou seja, os enunciados mais antigos estão mais distantes da busca pelo usuário, ao passo que os mais recentes estão na parte de cima, próximos ao cabeçalho.

Assim, abrimos a análise apresentando os três primeiros enunciados de RN – RN1-01, RN1-02 e RN1-03 –, que, juntos, compõem uma situação de comunicação sobre a qual vale debruçar:

RN1-01: *Acabou a fala dos senadores. Falarão agora o relator do impeachmentjt<sup>37</sup> e, depois, o defensor de Dilma, ministro José Eduardo Cardozo.*

RN1-02: *Começa a falar o ministro José Eduardo Cardozo. Em seguida, a votação. Temer aposta que terá de 54 a 56 votos para aprovar o impeachment.*

RN1-03: *Placar do impeachment: 55 votos a favor, 22 contra e uma abstenção. Dilma será afastada ainda hoje.*

Em primeiro lugar, há de se notar que existe uma ordem cronológica em curso: RN avisa que os senadores terminaram de falar, e que agora será a vez do relator e logo em seguida do defensor de Dilma. Na sequência, ele anuncia que o ministro (defensor de Dilma) começou a falar, e que logo depois haverá a votação. Até que,

---

<sup>37</sup> Reprodução fiel à publicação do jornalista.

por último, RN informa o placar do impeachment (obtido pela votação) e sua consequência.

A estratégia inicial de RN é de se posicionar na situação de comunicação através de elocuições, ou seja, ele não implica o interlocutor (CHARAUDEAU, 2016), mas o mantém a par dos acontecimentos no Senado quase que em tempo real. Nos dois primeiros enunciados, ele abre com duas Constatações – a de que *acabou a fala dos senadores* e também que *começa a falar o ministro José Eduardo Cardoso*. Isso representa uma explanação que revela o ponto de vista do enunciador através de um modo de saber, ou seja, de que maneira ele tem conhecimento de um propósito.

Na sequência, RN introduz uma informação nova, aberta por *Em seguida, se inicia a votação*. Essa introdução é sinalizada também por uma rápida mudança na modalização do enunciador: ele insere uma delocução assertiva que traz uma variante da Evidência (CHARAUDEAU, 2016)– (*É certo que*) *Temer aposta que terá de 54 a 56 votos para aprovar o impeachment*. Essa estratégia dá a compreender que o locutor lança mão de uma projeção, aparentemente proposta por um terceiro, para sustentar o tópico no encadeamento do seu discurso.

E isso se comprova ao traçar o panorama da votação, em RN1-03, quando reutiliza a modalização elocutiva com uma nova Constatação: a de que *Dilma será afastada ainda hoje*. Ou seja, confirmada a expectativa de Temer, RN encontra respaldo para anunciar a consequência do resultado – exatamente o afastamento.

Outra marca importante nessa composição é o reforço sistemático do tópico discursivo: RN mantém vivo na mente do seu interlocutor o entendimento de que os acontecimentos são todos parte do *impeachment*. Para isso, o enunciador introduz o referente *Dilma*, desfocaliza-o (mantendo-o em *standby*) (KOCH; ELIAS, 2018) e insere *Temer* no centro do tópico, para, logo em seguida, retornar com o referente inicial. Há uma predicação, *afastada*, que categoriza o referente *Dilma*, transformando-o em objeto-de-discurso. Essa alternância cria uma progressão referencial que faz o interlocutor compreender os papéis que *Dilma* e *Temer* assumem em relação ao *impeachment*.

Os operadores discursivos constantes nesses enunciados – *agora, depois, em seguida e ainda* – contribuem para que o enunciador construa seu discurso com base numa linha temporal, o que contribui para que o interlocutor assimile também as ações gradativamente, sem perder o tópico de vista.

Mas podemos observar também o desenvolvimento temporal como uma estratégia de construção do seu *ethos*: fica claro através deles que RN coloca-se como uma testemunha ocular dos acontecimentos. Não resta dúvida ao interlocutor de que seu enunciador está no próprio Senado, *in loco*, o que faz conferir credibilidade ao seu discurso que se eleva a um nível de autoridade, portanto superior a outros enunciadores presentes no Twitter.

Observemos como o comportamento do enunciador nos excertos seguintes revela a construção do seu *ethos*:

RN1-04: *Conspirador, leal, bom negociador? Afinal, quem é Michel Temer?*

RN1-05: *"Um governo de união nacional". pE<sup>38</sup> disso, segundo Temer, que o país precisa. É isso o que o orientará daqui para frente.*

Primeiramente, em RN1-04 e RN1-05, há uma forte discrepância no que diz respeito ao comportamento enunciativo do jornalista: no primeiro, ele recorre ao interlocutor (parte, portanto, de uma alocação por Interrogação) (CHARAUDEAU, 2016) na tentativa de entender *afinal, quem é Michel Temer*. Para isso, ele sugere, na primeira indagação, um conjunto de características do novo presidente, a fim de que, na situação de comunicação, aposte num aceno positivo do interlocutor.

No segundo enunciado, RN parte de uma delocução pelo uso de um Discurso Relatado (CHARAUDEAU, 2016) em dois momentos distintos: o primeiro, ao reproduzir entre aspas um fragmento do enunciado de *Temer*, o que configura uma *citação direta*; o segundo, ao trazer uma *citação indireta*, presente em *É isso o que o orientará daqui para frente*. O enunciador se apaga então de sua enunciação e não implica o interlocutor, mas se coloca como testemunha da forma como o discurso de um terceiro se impõe sobre ele.

Há de se observar ainda que o referente *Michel Temer* é introduzido em RN1-04 por ativação ancorada pelas categorizações que o precedem – *Conspirador, leal, bom negociador*. Já em RN1-05, o referente *Temer* é retomado através de uma anáfora pronominal – identificada pelo *o* –, o que acaba por mantê-lo em foco no tópico. Aqui também compete destacar *um governo*, já que, por raciocínio, o

---

<sup>38</sup> Reprodução fiel à publicação do jornalista.



interlocutor o associa ao próprio *Temer*. Isso leva a considerar a expressão um objeto-de-discurso, conectado, portanto, com o referente.

O fato de recorrer ao interlocutor (RN1-04) e depois reproduzir integralmente um discurso do locutor de origem (no caso *Temer*, em RN1-05) evidencia uma posição do locutor em relação ao referente, mas que carece de sustentação – ou pelo interlocutor ou pelo locutor de origem. Esses dois enunciados, portanto, produzem um *ethos* que faz apresentar-se um locutor mais moderado que quer dizer, mas sem correr grandes riscos frente ao seu interlocutor.

Embora o afastamento da presidente Dilma Rousseff já tenha sido sacramentado nos 55 votos, RN volta a apresentar o tópico no fragmento RN1-06:

RN1-06: *Para cassar o mandato de Dilma e seus direitos políticos serão necessários 54 votos, dois terços do Senado. O impeachment, agora, obteve 55.*

O enunciador inicia o texto com uma asserção delocutiva, configurada como uma Obrigação (CHARAUDEAU, 2016) que se caracteriza pela expressão *serão necessários*, por meio do qual o locutor se distancia do seu propósito comunicativo. Já a conclusão – *O impeachment, agora, obteve 55* – é uma Declaração feita através de *confirmação* (CHARAUDEAU, 2016), cuja natureza elocutiva coloca o interlocutor como um espectador da enunciação. Tal modalização expõe o engajamento que RN assume em relação ao propósito.

Na perspectiva referencial, *O impeachment* é a rotulação de todo o cotexto anterior, a partir do qual se pode conduzir a cadeia referencial (CR). O referente *Dilma*, neste caso, também pode ser integrado à mesma rotulação, já que o contexto aponta que o *impeachment* tem relação direta com o mandato dela.

A volta a essa informação talvez seja esclarecida se aprofundarmos no contexto – inclusive no que tange aos turnos dos interlocutores. O *ethos*, aqui, é constituído então por alguém que se coloca diante dos seus seguidores com a autoridade de ratificar a informação já trazida anteriormente.

As duas últimas seleções de RN1 vêm a seguir:

RN1-07: *O q se viu na cerimônia de posse de Temer no Palácio do Planalto foi a ascensão de um governo c/ amplo apoio político, diferente do q saiu.*

RN1-08: *Temer estava, aparentemente, muito bem. Não só à vontade. Foi simpático. Passou segurança. E foi até engraçado em várias ocasiões.*

Em RN1-07, a expressão *O q se viu* produz uma modalização asseverativa situada no eixo do Saber. É por meio dela que se percebe uma delocução variante da modalidade de asserção, configurada como uma Constatação. Já em RN1-08, ocorre uma modalização elocutiva, através da qual Noblat faz uma Apreciação para indicar o estado de Temer observado durante sua posse. Essa Apreciação é inicialmente amparada pelo qualificador *muito bem* da predicação. Sob o ponto de vista discursivo, *aparentemente* também é, a exemplo do que se encontra em RN1-07, um modalizador epistêmico asseverativo, situado no eixo saber/crença – designado por aquilo que o locutor vê apenas. Essa posição se relaciona com o papel do locutor de revelar sua própria avaliação.

Considerando a situação de comunicação englobada pelos dois trechos, o referente *Temer* é fortemente retomado por recategorizações, particularmente em RN1-08.

Ainda em RN1-08, *até* é um operador argumentativo que indica uma escala de força elevada e hierarquizada a favor de uma conclusão – no caso, a de que o presidente transmitiu uma imagem positiva em sua cerimônia de posse.

Diferentemente da posição mantida por RN até então, nesses dois últimos excertos ele constrói seu *ethos* dando seu parecer: os receios e as dúvidas de antes sobre o novo presidente dão lugar a uma manifestação favoravelmente mais firme, que independe do dizer do interlocutor (numa alocução) ou do próprio locutor de origem (por meio de uma delocução). Quem diz, agora, não é outro senão ele mesmo: o enunciador *julga* que o governo que entra tem mais apoio do que aquele que saiu, e, para ele, a postura de Temer em sua posse é positiva. As pausas constantes, articuladas pelos pontos finais, ditam o ritmo calmo, otimista, que ele pretende produzir perante seus seguidores.

Passamos a seguir para os *corpora* de análise, também do jornalista Ricardo Noblat, referentes à segunda data estabelecida em nossa metodologia, no dia 02 de agosto de 2017.

Trazemos conjuntamente os dois primeiros enunciados:

RN2-01: *Dados mostram quanto os deputados receberam em emendas desde a denúncia contra Temer[...]*

RN2-02: *Há um ano, relator pedia cassação e Temer articulava data de impeachment de Dilma.*

O enunciador abre a série de enunciados relativos ao processo contra o presidente Michel Temer com uma delocução feita por um Discurso Relatado *narrativizado*, cuja marca está presente em *Dados mostram*. Desta forma, a informação sobre *quanto os deputados receberam em emendas desde a denúncia contra Temer* é algo relevante para o processo, mas que não é sustentado por RN. É nítido o papel do locutor neste primeiro trecho, apresentando um discurso aparentemente objetivo, que se distancia de sua subjetividade. O propósito da enunciação é um texto produzido por outro sujeito, do qual RN é apenas um relator.

Já em RN2-02, há uma modalização elocutiva feita por Declaração configurada numa *revelação*, que ocorre quando o locutor detém o “conhecimento de um saber que *outros mantinham voluntariamente oculto*; esse saber não o implica diretamente; ele *expõe esse saber* tomando uma posição de *denunciador*” (CHARAUDEAU, 2016, p. 98). Seu papel consiste em demonstrar um engajamento em torno do propósito enunciado.

No nível da situação de comunicação, RN2-01 opera as informações em torno do referente *Temer*, introduzindo-o através de ativação ancorada em elementos anteriores que compõem uma CR. Essa cadeia decorre da introdução de um referente anterior – *os deputados* –, que logo é desfocalizado e sucedido por *Temer*. Em RN2-02, também há ocorrência de uma CR: para se chegar ao referente *Dilma*, o enunciador introduz e desfocaliza dois referentes anteriores, *relator* e *Temer*. Ambos articulam predicções – *cassação* e *data de impeachment* – que também servem de ativadores pelos quais o enunciador ancora a introdução do referente *Dilma*.

Nas duas passagens, RN constitui seu *ethos* oferecendo elementos ao interlocutor que sobressaem ao próprio cenário da denúncia de corrupção e da votação que está prestes a se iniciar na Câmara dos Deputados. Assim, ele se coloca como alguém que conhece mais que superficialmente os meandros em torno da figura do presidente da República. RN2-01 oferece *dados* que o permitem sugerir previamente qual será o resultado da votação. Já RN2-02 faz constituir uma imagem

de quem domina todo o cenário político, mantendo articulados os dois eventos ocorridos no intervalo de um ano.

RN2-03: *Sessão do plenário para votar a denúncia contra Michel Temer está aberta!*

RN2-04: *Saiba como será a sessão em que a Câmara decidirá se admite denúncia contra Temer.*

O terceiro trecho de RN2 é construído numa Declaração elocutiva feita por *afirmação*. Já RN2-04 aponta para uma alocução marcada pelo verbo imperativo *Saiba*, através do qual implica seu interlocutor a acompanhar através dele o andamento da sessão na Câmara. É relevante dizer que a alocução expõe uma relação de superioridade, existente entre o locutor e seu interlocutor. Isso está sinalizado por uma imposição cominatória, ou seja, pela autoridade do locutor de mandar que o interlocutor execute algo. Aqui, ele determina uma ação – *Saiba como* – focalizada então numa Injunção. Ao interlocutor, cabe o papel de cumprir a convocação estabelecida por seu locutor.

O primeiro excerto abre o tópico discursivo que será mantido no segundo, e ambos contemplam também um só referente: *Michel Temer* – e *Temer*, em RN2-04 – são ativados pela mesma expressão nominal *denúncia contra*.

No que diz respeito à constituição do *ethos*, a situação de comunicação englobada pelos dois enunciados produz, primeiramente, um locutor que *anuncia* o início da sessão parlamentar, enfatizada por uma exclamação. Isto significa que RN faz uso do *timing* do acontecimento para fazer-se presente. Em seguida, ele se apresenta como alguém que conhece o processo e que se coloca apto a explicá-lo ao interlocutor. Há, com isso, um chamamento para que o público acompanhe seu trabalho jornalístico.

Os enunciados RN2-05 e RN2-06 indicam novamente o uso da modalidade delocutiva:

RN2-05: *Afonso Mota (PDT-RS) diz que afastamento de Temer não é uma ruptura, pois já não existe governabilidade.*

RN2-06: *Temer já recebeu hj mais de 19 parlamentares, informa a Globo News. Enquanto isso o processo contra ele é enterrado na Câmara.*

O trecho inicial é caracterizado por um Discurso Relatado *integrado*, decorrente de reconstrução que integra parcialmente o discurso de origem (CHARAUDEAU, 2016). Neste caso, explica o autor, o relato pelo enunciador é feito em terceira pessoa – no caso, *Afonso Mota* – e o tempo verbal não é em conformidade com o que apresenta seu locutor de origem, mas segundo o próprio enunciador. RN2-06, por sua vez, traz um Discurso Relatado *narrativizado*, o que faz com que o discurso de origem se integre ou até desapareça do relator, ou seja, de RN. Vale observar que o locutor de origem é *a Globo News*. Em seguida, RN traz uma modalização marcada por uma asserção situada no eixo do saber – *Enquanto isso o processo contra ele é enterrado na Câmara*.

*Temer* é o tópico discursivo, cujas informações em torno dele variam entre os dois enunciados. Não há retomada ao referente em RN2-05. Já em RN2-06, o objeto-de-discurso é retomado pela anáfora pronominal *ele*. O pronome *isso*, por sua vez, é a anáfora que encapsula a asserção *Temer já recebeu hj mais de 19 parlamentares*, e não pode ser confundida, portanto, com uma retomada direta do referente.

Há operadores argumentativos nesses discursos: RN2-05 é articulado pelo conector *pois*, e designa uma justificativa à asserção feita anteriormente; o segundo enunciado, por sua vez, traz o operador *já*, cujo papel é de introduzir um conteúdo pressuposto, ou seja, que produz uma mudança de estado entre um instante  $t_0$  e  $t_1$ .

É perceptível que esses operadores contribuem significativamente para a marcação de um ato que mantém o *ethos* do jornalista no cerne dos acontecimentos. Ele é responsável por ditar o ritmo com que são exibidos os próprios fatos. Outra expressão, *Enquanto isso*, também produz esse jogo de alternância de cenários, como se RN tivesse o poder de transitar pelos diferentes lugares onde as coisas acontecem – primeiro no gabinete do presidente, depois na Câmara –, conferindo-lhe o poder implícito, mas codificável para o interlocutor, da onipresença.

O uso da forma contraída *hj*, que quer dizer *hoje*, é uma adequação lexical típica das interações nos dispositivos eletrônicos, que não perde o valor semântico de origem. Esse uso também interfere no *ethos*, reforçando a imagem de um profissional que recorre aos tecnogêneros para dar informação mais rápida ao interlocutor.

No enunciado seguinte, o locutor volta a fazer uso de uma elocução:

RN2-07: *80% dos brasileiros querem ver Temer processado. A maioria dos seus representantes na Câmara não quer. Quem essa gente representa?*

Primeiramente, cumpre observar que o locutor divide seu discurso em três estratégias diferentes: a primeira, utilizando de uma Declaração numa modalização elocutiva, com base numa *afirmação*, a partir da qual ele expõe ao seu interlocutor um saber que julga ser verdadeiro. Em seguida, em contraposição à primeira, ele mantém a Declaração, entretanto produzindo uma *revelação* – caracterizada por um aspecto de denúncia. Por fim, ao indagar *Quem essa gente representa?*, RN conclui seu discurso com uma alocução, pela qual apresenta uma *interrogação*, na esperança de que o interlocutor responda de alguma forma. O questionamento produz uma posição de inferioridade frente ao interlocutor, de modo que o locutor admite que ele não tem resposta para a indagação, mas seus seguidores possivelmente sim.

O referente, *Temer*, é inserido numa CR que se inicia pela introdução e pela rápida desfocalização de outro referente, *80% dos brasileiros*, que o antecede. Os elementos seguintes recategorizam o primeiro objeto-de-discurso, com a anáfora pronominal *seus*. Adiante, há uma anáfora nominal *essa gente*, que rotula *A maioria de seus representantes na Câmara*.

RN apresenta neste discurso ideias antagônicas que permitem a ele tomar para si a autoridade de avaliar um dos lados de maneira depreciativa, utilizando a expressão *essa gente*. Cognitivamente, o interlocutor compreende que a depreciação tem por alvo os deputados favoráveis ao arquivamento da denúncia contra Temer. Isso faz com que o jornalista construa uma imagem de si que informa, mas que ao mesmo tempo tem uma posição marcante em torno do acontecimento.

Passemos aos dois discursos seguintes:

RN2-08: *Baleia Rossi, líder do PMDB acusado de receber propina da JBS a pedido de Temer, acaba de defender a rejeição da denúncia contra o presidente.*

RN2-09: *342 deputados em plenário, governo aguarda 357 pra enterrar a denúncia contra Temer.*

No primeiro enunciado, mais uma vez RN recorre a um Discurso Relatado *narrativizado* pelo enunciador, o que é refletido pelo verbo infinitivo *defender*. Já em RN2-09, o locutor utiliza de uma elocução através de Declaração por *revelação* para dar uma informação que voluntariamente permanecia oculta aos seus interlocutores – o fato de que o *governo aguarda 357 (deputados) para enterrar a denúncia contra Temer*.

Em RN2-08, *Temer* é introduzido como parte do aposto que complementa *Baleia Rossi*, e é retomado na sequência com a expressão nominal *o presidente*. Já no segundo enunciado, o referente nominalizado, *Temer*, aparece posteriormente à anáfora associativa *governo*. Embora *governo e Temer* estabeleçam uma relação hiperonímica<sup>39</sup>, aqui o uso do primeiro é configurado como uma categorização do segundo, de maneira que a expectativa quanto ao número de deputados é do *governo*, ou, melhor dizendo, do próprio *Temer*.

Observa-se ainda nesta interação que o enunciador constitui seu *ethos* mais uma vez pela temporalidade da ação: ao dizer que o deputado *acaba de defender a rejeição*, RN faz seu interlocutor novamente crer que ele é uma testemunha ocular, presente onde se desenrola o acontecimento, e é o próprio condutor da narrativa. Como tal, dá-se a autoridade de qualificar o fato com a força que lhe convém: assim, o que o governo aguarda é que a denúncia seja *enterrada*.

Essa qualificação ganha força nos enunciados seguintes:

RN2-10: *Empurra empurra, pixuleco e dinheiro arremessado para o alto na sessão plenária que enterrará o processo contra Temer, uma beleza só.*

RN2-11: *O governo vai ganhar duas vezes: enterrando a denúncia contra Temer e votando antes do horário nobre da tv.*

RN2-12: *Pois é, eles vão mesmo fingir que não tem nada de suspeito que mereça investigação na conversa gravada do Temer.*

---

<sup>39</sup> Ou seja, *governo* é um grupamento mais abrangente, do qual *Temer* faz parte. Já o contrário se configura numa relação hiponímica: um elemento mais específico é extraído de outro, mais abrangente. Assim, *governo* é hipônimo de *Temer*, e, ao mesmo tempo, *Temer* é hipônimo de *governo*.

Primeiramente, cumpre ressaltar que os três enunciados têm o mesmo tópico discursivo – a votação que ocorre na sessão plenária. Há variantes em cada um dos trechos, configuradas como informações diferentes para o mesmo tópico. Primeiro, o clima da votação; depois, a forma como se dará a vitória do governo; e, por fim, o comportamento necessário aos deputados para que a denúncia contra Temer possa ser encerrada.

Para tanto, RN2-10 traz uma modalidade elocutiva marcada por uma *Apreciação*, que faz o locutor inserir um sentimento pessoal sobre o propósito a partir de uma qualificação que não se baseia na razão. Em RN2-11, o locutor adota uma organização discursiva que passa por uma *Opinião*: ele expõe sua *convicção*, sua certeza total em torno da validade de um propósito. Já em RN2-12, há uma modalização enunciativa revelada numa *Constatação*. Trata-se de um ponto de vista do modo de saber, um conhecimento revelado em torno do que farão os deputados no plenário em relação a Temer.

Em suma, o comportamento elocutivo presente em toda essa situação de comunicação estabelece pontos de vista ora de avaliação (RN2-10 e RN2-11), que o levam a julgar o propósito do enunciado, ora de modo de saber (RN2-12), que apresenta de que maneira o locutor conhece algo.

Os enunciados dispõem ainda do mesmo referente *Tememo* decorrer da interação. Sua focalização ocorre de forma estabilizada – sempre ancorada em elementos anteriores, tais como *processo*, *denúncia* e *investigação*. Em RN2-11, *governo* é uma categorização de *Temer*, cumprindo o mesmo papel já mencionado no enunciado RN2-08. Vale salientar ainda que a expressão pronominal *eles* é uma anáfora indireta que recategoriza um referente implícito – os deputados que votam a favor do arquivamento das denúncias contra Temer.

Mas o que chama a atenção na interação é a construção da imagem que o jornalista faz de si por meio desses discursos: há nos três enunciados fortes aspectos de sarcasmo e/ou ironia, presentes em expressões como *uma beleza só* e *vão mesmo fingir*. No trecho RN2-11, há uma crítica implícita à manobra dos deputados de votar antes de começar o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, categorizada por *horário nobre da tv*.

Essas avaliações buscam mostrar que o jornalista não é um sujeito passivo frente aos acontecimentos. Seu papel não é somente o de reportar os fatos ao interlocutor, mas também de expor sua sensibilidade diante do que presencia. Assim,



seu propósito é de transmitir uma indignação que contamine o interlocutor, fazendo-o compreender melhor a gravidade do que se passa naquele instante.

Trazemos a seguir uma série de enunciados de RN2, selecionados a partir de uma mesma continuidade temática – o processo de votação em si, na Câmara dos Deputados –, pelo qual é possível realizar uma análise mais abrangente:

RN2-13: *Neste momento<sup>40</sup>, o governo acha que conta com 250 votos para enterrar a denúncia contra Temer.*

RN2-14: *Com os votos de Roraima está 6 x 1 para blindar Temer e uma abstenção, o q significa enterrar a denúncia.*

RN2-17: *15 a 12 contra o arquivamento da denúncia, primeira ve<sup>41</sup> q Temer está perdendo no placar.*

RN2-18: *O PSDB, por ora: Yeda Crusius (RS) e Shéridan (RR) que se absteve livraram Temer e Mara Gabrilli (SP) votou a favor da investigação.*

RN2-19: *Marco Tebaldi foi mais um do PSDB a blindar Temer, ele votou a favor do arquivamento. Até agora, 3 deputados do PSDB livraram Temer.*

RN2-21: *Placar no momento SIM: 47 (ARQUIVAMENTO) NÃO: 40 (INVESTIGAÇÃO) AUSENTE: 3 (LIVRA O TEMER DO MESMO JEITO).*

RN2-22: *Luiz Carlos Hauly é mais um do PSDB a votar para blindar Temer.*

RN2-23: *Mariana Carvalho e Fábio Souza do PSDB votaram pela investigação, se juntam a Mara Gabrilli como os tucanos q votaram contra Temer, por ora.*

---

<sup>40</sup> Reprodução fiel à publicação do jornalista

<sup>41</sup> Tal como em RN2-13, o autor também comete aqui um erro ortográfico. Neste trecho, claramente quis dizer vez, e não ve. Embora a transcrição esteja fiel à publicação, optou-se por considerar a grafia correta no fluxo da análise. Todavia, a forma original, redigida erradamente, volta a ser adotada por sua relevância nas considerações acerca do *ethos* do jornalista, como se verá na sequência.

RN2-24: *Placar por ora, 117 pelo arquivamento e 81 pela investigação, há tb 9 ausentes e 1 abstenção, ou seja 127 votos q livram o Temer.*

RN2-25: *Governo está em contagem regressiva para ver Temer livre da denúncia, faltam 31 votos.*

Nesta série de enunciados, é clarividente que há uma narrativa cronológica adotada pelo locutor. Excetuando-se alguns excertos interpostos suprimidos neste recorte, mas que serão investigados adiante, constata-se que há uma série de publicações no Twitter que mostra a narração num ritmo quase que frenético do jornalista, no intuito de mostrar o andamento do processo de votação.

Esta sequência apresenta um forte predomínio de modalização elocutiva, moldada especialmente sobre Constatações (RN2-17, RN2-18, RN2-19, RN2-22 e RN2-23) e Declarações por *confirmação* (presentes em RN2-14, RN2-21 e RN2-24). Também há a presença de modalização elocutiva categorizada por um Saber (RN2-13) e por uma Opinião amparada numa *convicção* (RN2-25). Os pontos de vista acentuam o seu modo de saber, bem como seu grau de adesão ao conteúdo proposto.

Em todos os enunciados, o referente *Temer* aparece focalizado, e em alguns deles há, por inferência, a presença apenas de categorizações esporádicas, como em RN2-13 e RN2-25, onde o relacionam com *governo*, obedecendo à mesma proposição de RN2-08 e RN2-11. Ainda em RN2-25, *livre* também é uma categorização do referente. Entretanto, o autor busca dar maior ênfase nestes trechos ao próprio tópico discursivo. Isto ocorre através expressões nominais afins, como *denúncia*, *arquivamento* e *investigação*.

O locutor utiliza ainda de algumas expressões temporais para demarcar o instante de cada ação traduzida no discurso: *Neste momento*, *primeira vez*, *por ora*, *Até agora* e *no momento*.

Já a constituição do *ethos* do jornalista é feita a partir de alguns recursos: primeiro pela repetição sistemática do referente, revelando uma preocupação de manter o presidente no foco da votação na Câmara. A votação que favorece Temer, aliás, é um gesto associado a uma escolha negativa, sinalizada por verbos no infinitivo, como *blindar*, *enterrar*, *livrar*. Ele assinala, desta maneira, sua posição veementemente contrária à vitória de Temer.

É perceptível, como apontado anteriormente, a publicação sequencial, constante, de publicações, tipificando o uso de um recurso nativo especificamente do Twitter. Esse ritmo é marcado pelo uso de dois erros ortográficos – *mommento* e *ve* – e duas contrações – *tb* (também) e *q* (que) – que mostram um profissional menos preocupado com a forma e mais obcecado com a instantaneidade da informação. O locutor explicita ao seu público o quanto está imerso, naquele momento, nas circunstâncias que envolvem a votação, deixando a entender que ali está ocupado com a objetividade necessária à cobertura da votação.

RN2-15: *Temer vai fazer pronunciamento à imprensa após votação na Câmara.*

RN mantém o recurso da Declaração por *afirmação*, novamente conferindo-lhe uma autoridade de que sabe de uma informação que ainda não é conhecida do seu interlocutor. Há aí uma relação imbricada com seu ponto de vista de engajamento sobre o que está sendo dito.

A ativação do referente *Temer* no enunciado é ancorado por toda a situação de comunicação que envolve este discurso. Assim, o interlocutor sabe de que *Temer* o autor está falando, mesmo sem categorizá-lo. Sabe-se, também por inferência, que o *pronunciamento* tem associação direta com o tópico, embora este não apareça claramente no discurso.

Já o operador *após* indica novamente uma linha temporal que pontua um antes e um depois no *continuum* dos fatos.

O locutor põe-se na ação como alguém que está no centro de um acontecimento iminente, como que determinado por ele, e portanto imbuído de uma autoridade para enunciá-lo ao seu interlocutor. No trecho a seguir, que vem cronologicamente na sequência do anterior, ele volta a fazer uso dessa autoridade:

RN2-16: *Se não for pedir demais, por gentileza evitem usar a "democracia" como desculpa para salvar o Temer. Tá feio já.*

Este enunciado reúne características próprias de uma alocução, quando “o sujeito falante enuncia sua posição em relação ao interlocutor no momento em que, com o seu dizer, o *implica* e lhe impõe um comportamento. Assim, o locutor age sobre o interlocutor [...]” (CHARAUDEAU, 2016, p. 82). O fragmento *Se não for pedir demais*,

*por gentileza evitem* desponta como uma Petição, uma solicitação a fazer ao interlocutor.

Não analisamos aqui quem são os interlocutores a quem é direcionado o enunciado – se aos deputados federais que votam pró-Temer ou se a seguidores que lhe replicavam com o argumento da *democracia*. É necessário fazer essa projeção no âmbito da situação de comunicação para melhor compreender a enunciação.

E essa incerteza leva à dedução de que há no bojo do discurso uma elocução que expõe meramente o ponto de vista do enunciador, a partir de uma *Apreciação*. Esse caminho fica mais nítido ao fim, quando enuncia que *Tá feio já* (referindo-se ao argumento da democracia). Seu interlocutor não está aqui implicado, mas é alguém que compreende essa apreciação do enunciador.

*Temer* é o referente da enunciação, e é ativado no âmbito da interação.

*Já* é um operador argumentativo que serve de indicador de mudança de estado, ao apontar que a(s) desculpa(s) de usar a democracia para salvar Temer foi usada com tanta frequência que passou a ficar *feia*.

A autoridade que o enunciador constrói neste discurso consiste no poder de aproximação/distanciamento de que lança mão em relação aos atores da enunciação. Essa aproximação ocorre por meio de evidências de um valor de reforço, expressos em *Se não for pedir demais* e *por gentileza*. Há claramente um aspecto de ironia na petição, utilizando-se de uma educação excessiva e ao mesmo tempo dispensável para a finalidade que o autor pretende alcançar. Sua intencionalidade é na verdade de se colocar como um intermediário que manifesta seu ponto de vista em meio a um processo do qual não participa diretamente.

Em RN2-20, a seguir, a ironia volta a ser um ponto forte na construção do *ethos* do jornalista:

RN2-20: *O deputado da tattoo<sup>42</sup> deu mais um showzinho antes de anunciar o sim, placar agora é de 45 pelo arquivamento e 35 pela investigação do Temer.*

O discurso é, aqui, apoiado por uma *Apreciação* elocutiva impulsionada pela forma como o enunciador caracteriza o voto do *deputado da tattoo*: foi, diz o locutor, *mais um showzinho*. No trecho seguinte, RN faz uma *Declaração* por meio de

---

<sup>42</sup> Referência ao deputado federal Wladimir Costa (SD/PA), que fez uma tatuagem provisória com o rosto de Michel Temer poucos meses depois de Presidência da República

*confirmação – placar agora é de 45 pelo arquivamento e 35 pela investigação do Temer* – do andamento do processo de votação. É o seu ponto de vista avaliativo que se faz presente, julgando o propósito do enunciado.

Há neste enunciado uma introdução do referente *Temer* que mantém vínculo, pela situação de comunicação, com outro adotado anteriormente – *O deputado da tattoo. Placar, arquivamento e investigação* produzem o universo que integra o tópico discursivo.

Para compreender o uso de *deputado da tattoo* como um referente ativado por cognição, é necessário que o interlocutor tenha domínio sobre o contexto que antecede o próprio discurso, e essa prerrogativa acaba por ajudar a constituir o *ethos* de RN: ele se coloca como alguém que conhece o seu público e produz um enredo com base nesse conhecimento prévio. Ao tratá-lo como alguém que *deu mais um showzinho*, o locutor permite-se julgar as ações anteriores do referente com a mesma medida da de agora.

RN2-26: *Mantenho até agora a previsão deste blog: o governo deverá ter 272 votos para enterrar a denúncia contra Temer.*

Mais uma vez Ricardo Noblat assume sua posição pela modalidade elocutiva, fazendo uma Declaração por meio de *afirmação* para estabelecer seu saber como verdadeiro, portanto digno de sua autoridade (CHARAUDEAU, 2016). Essa afirmação ocorre de forma explícita no momento em que declara: *Mantenho até agora a previsão deste blog*. O interlocutor é um observador da enunciação, mas não sofre implicação por parte do locutor. Essa autoridade presente no contrato de comunicação estabelecido entre ambos é que permite imputar uma modalização delocutiva seguinte, variante da Asserção, sob o manto da *probabilidade* (CHARAUDEAU, 2016): a de que *o governo deverá ter 272 votos para enterrar a denúncia contra Temer*. Nota-se que é a locução *deverá* que produz uma modalização deôntica, situada no eixo da obrigação/possibilidade.

Já no campo referencial, mantém-se a função de anáfora associativa que *governo* assume em relação a *Temer*. A nominalização é introduzida sem ativador presente no nível cotextual, mas constante na situação de comunicação.

*Até agora*, por sua vez, é um operador argumentativo que demarca sua afirmação na linha temporal da ação que está em trânsito.

A elocução que determina o *ethos* do jornalista, marcado pelo verbo *Mantenho*, indica um locutor que produz a imagem de um comunicador capaz de fazer projeções e de sustentá-las.

Passemos ao excerto seguinte, o último do jornalista RN:

RN2-27: "*Investigar é importante, mas não é urgente*", diz o deputado *Júlio Lopes (PP-RJ)* ao votar para enterrar a denúncia contra *Temer*.

Em RN2-27, Noblat volta a fazer uso da modalidade delocutiva, usando um Discurso Relatado *citado*, quando ocorre uma “construção que o reproduz tal como foi enunciado, de maneira autônoma em relação ao *dizer enunciativo* que ele retoma” (CHARAUDEAU, 2016, p. 104). Assim, ele atribui a reprodução do discurso a um terceiro, *deputado Júlio Lopes (PP-RJ)*, tomando um distanciamento do enunciado juntamente com seu interlocutor, que não é implicado, mas apenas testemunha do seu dizer.

Como não é o intuito desta pesquisa analisar a construção discursiva proveniente de um terceiro, mas tão somente o trecho pertencente aos jornalistas selecionados, não debruçaremos sobre a construção do que vem entre aspas. *Temer* é introduzido após desfocalização do referente anterior, *deputado Júlio Lopes*.

O quadro da figura 7 contabiliza a frequência com que o locutor RN utilizadas modalizações enunciativas, com base nas análises feitas anteriormente:

Figura 7 – Quadro de frequência de uso das modalizações enunciativas (RN)

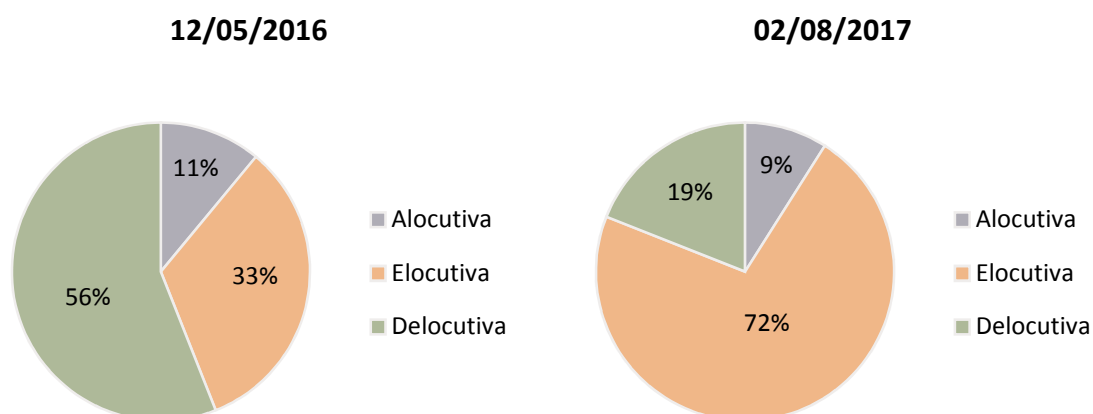
RICARDO NOBLAT		
MODALIZAÇÃO	RN1	RN2
	Categorias / quantidade de ocorrências	Categorias / quantidade de ocorrências
Alocutiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interrogação / 1</li> </ul> <p><b>Total: 1</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Injunção / 1</li> <li>• Interrogação / 1</li> <li>• Petição / 1</li> </ul> <p><b>Total: 3</b></p>

<b>Elocutiva</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constatação / 2</li> <li>• Apreciação / 1</li> </ul> <p><b>Total: 3</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constatação / 6</li> <li>• Declaração <ul style="list-style-type: none"> <li>→ revelação / 3</li> <li>→ afirmação / 4</li> <li>→ confirmação / 4</li> </ul> </li> <li>• Saber / 2</li> <li>• Opinião <ul style="list-style-type: none"> <li>→ convicção / 2</li> </ul> </li> <li>• Apreciação / 2</li> </ul> <p><b>Total: 23</b></p>
<b>Delocutiva</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Variantes da Asserção <ul style="list-style-type: none"> <li>→ em evidência / 1</li> <li>→ em obrigação / 1</li> <li>→ em constatação / 1</li> </ul> </li> <li>• Discurso Relatado <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Citado / 2</li> </ul> </li> </ul> <p><b>Total: 5</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Variantes da Asserção <ul style="list-style-type: none"> <li>→ em probabilidade / 1</li> </ul> </li> <li>• Discurso Relatado <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Narrativizado / 3</li> <li>→ Integrado / 1</li> <li>→ Citado / 1</li> </ul> </li> </ul> <p><b>Total: 6</b></p>

Uma observação a ser feita na Figura 7 é quanto ao número de ocorrências frente à quantidade de excertos analisados de RN. Isso ocorre porque há casos em que o jornalista utiliza mais de uma modalização enunciativa como estratégia.

Trazendo essa mesma informação para dois gráficos, cada qual relacionado a uma data específica, consegue-se observar melhor a variação de modalizações pelo enunciador.

Figura 8 – Gráficos de frequência de uso de modalizações enunciativas (RN)



Como se vê, os dois gráficos mostram uma relação direta com a maneira como o jornalista produz sua própria imagem. Há uma forte prevalência de elocuições no segundo dia analisado. Isso indica um enunciador mais à vontade para expor seus julgamentos sobre o arquivamento das denúncias contra Temer do que propriamente sobre o afastamento de Rousseff. Por conta disso, na primeira data Ricardo Noblat recorre a mais delocuições, ou seja, busca se apagar nos discursos, como que evitando tecer suas próprias considerações sobre o tema.

Antes de adentrar nas análises relacionadas ao jornalista Diogo Mainardi (DM), cumpre informar que suas postagens no Twitter são, na verdade, transcrições literais de títulos de textos publicados em seu blog, *O Antagonista*. Por isso, seus enunciados são notoriamente mais curtos em relação aos demais jornalistas pesquisados. DM deixa isso claro ao anteceder o texto com a descrição *Newsletter* ou, como quase sempre se verificou, com o link *encurtado* que direciona o usuário diretamente para a página da matéria integral postada no blog.

Tanto a descrição quanto o endereço da página não são reproduzidos nos excertos que seguem, e sua relevância merece um olhar somente na perspectiva dos tecnôgenos. Os links são na verdade fruto do próprio organismo do Twitter, como já foi sustentado por Paveau (2013) na seção 3.7.2, e são explorados com intensidade pelo enunciador DM.

Assim, apresentamos as análises de discursos proferidos por Diogo Mainardi (DM), referentes ao dia 12 de maio de 2016. DM1-01 traz o seguinte enunciado:

DM1-01: *MAIORIA SE MANIFESTA PELO AFASTAMENTO DE DILMA.*



A posição do enunciador nesta interação é caracterizada por uma elocução amparada numa Constatação.

Quanto aos aspectos referenciais, apontamos que *Dilma* é o referente introduzido por ativação já manifestada em interações anteriores. Tendo em vista que somente por esse contexto situacional é que o interlocutor compreende que *Dilma* não é outra que a presidente da República. Da mesma maneira, *Maioria* é um referente compreendido pelo interlocutor através de uma condição sociocognitiva, e que diz respeito aos senadores que votaram por seu afastamento.

Há uma presença marcante da constituição do *ethos* de DM neste primeiro enunciado, revelada pelo uso de letras garrafais para dar a informação crucial, *bombástica*, do fato ocorrido no Senado Federal.

A seguir, tomamos o restante dos enunciados de DM1 num mesmo contexto linguístico:

DM1-02: *Até a festa de despedida de Dilma é um fracasso total.*

DM1-03: *Dilma, uma vergonha para o Brasil.*

DM1-04: *Dilma é uma mentirosa despudorada.*

DM1-05: *Dilma é ridícula.*

DM1-06: (...): *o Brasil se livra de um pesadelo chamado Dilma (...).*

Em todos os discursos elencados, tem-se a modalização elocutiva totalmente amparada numa Apreciação. Ele recorre, assim, ao ponto de vista da avaliação, indicando de que maneira julga o propósito do enunciado (CHARAUDEAU, 2016).

Essa apreciação tem forte vínculo com o processo de referenciação desencadeado pelo locutor: ele utiliza de diversas recategorizações para o referente *Dilma*: *fracasso total, uma vergonha, uma mentirosa despudorada, ridícula, um pesadelo.*

DM se desnuda por completo em relação à posição que ocupa perante a presidente afastada, e isso expõe fortemente o seu *ethos*: antes de tudo, ele não se preocupa com a profundidade do conteúdo levado ao interlocutor. Todos os discursos

são bastante curtos e não são dotados exatamente de argumentação para a posição crítica contra a dirigente afastada. O locutor, por essa via, diz o que pensa, e não se interessa com a reação que o interlocutor possa vir a ter, positiva ou negativamente, em torno de seu enunciado. Ele se revela como alguém que sabe que tem a adesão do seu auditório e produz asserções da forma como convém.

DM também tenta produzir a ideia de que há um clamor nacional favorável ao afastamento da presidente, o que pode ser visto em DM1-03 e DM1-06, onde amplifica este cenário apoiando-se num *Brasil* para o qual Dilma é uma vergonha – e cujo pesadelo é a própria presidente. Em DM1-02, também há uma inversão aparentemente proposital de valores: o enunciador utiliza a expressão *festa de despedida* para descrever uma saída que não foi celebrada por ela e por seus apoiadores.

Passamos então aos discursos de DM na segunda data de análise, do dia 02 de agosto de 2017:

DM2-01: *O rito da sessão: em instantes, governo suspenderá discussão*

Diferentemente do que se observa na situação de comunicação que encerra DM1, o enunciador mantém aqui a modalização elocutiva, mas agora se expressa através de uma Declaração por *afirmação* – pela qual diz ser verdadeiro um saber que ele sustenta e que, supostamente, o interlocutor ignora. Ele produz um engajamento que aponta seu grau de adesão ao propósito do enunciado.

A expressão nominal *O rito da sessão* é um rótulo prospectivo do restante do enunciado. *Governo*, por sua vez, é um referente ativado por ancoragem presente na situação de comunicação, de modo que o interlocutor compreenda que, neste caso, se refere à base de apoio do presidente Michel Temer na Câmara.

*Em instantes* é um operador discursivo que demarca uma linha temporal do acontecimento presente no discurso.

O *ethos* do jornalista é constituído por alguém que abre o discurso com uma proposta didática: ele sugere ao interlocutor que sabe o que vai acontecer, e prevê o que vai acontecer dali *em instantes*. O tom professoral produz um locutor que tenta se aproximar mais do seu público, diferentemente de antes.

DM2-02: *"Quero Temer investigado e Lula na cadeia"*

Este excerto é trazido em sua totalidade dentro das aspas, o que leva à dedução de que se trata de uma modalização delocutiva por meio de um Discurso Relatado *citado*, quando o discurso de origem é parcial ou integralmente reproduzido. Essa convicção poderia ser maior a partir do acesso ao contexto, dentro do qual se situa também o locutor de origem, mas que não está presente no enunciado.

Orientando-nos pela metodologia, que estabelece a prerrogativa de analisar o discurso do enunciador – no caso, os jornalistas –, compreende-se que não compete aqui desdobrar as estratégias referenciais de que lançou mão o locutor de origem, situação semelhante ao que ocorre no fragmento RN2-27.

O que se pode observar na perspectiva do *ethos* de DM é que a circunstância desfavorável a Temer não é imputada a ninguém, tampouco a ele mesmo pela presença das aspas. É alguém que ele não especifica que faz o julgamento, portanto o enunciador não dá crédito ao locutor de origem.

Passemos, assim, ao discurso seguinte:

DM2-03: *Quem vota Temer não menciona investigação*

DM, neste ponto, reutiliza a modalização elocutiva para fazer uma Constatação. Seu papel é de observar a existência de um fato de maneira objetiva, reconhecendo e revelando-o ao interlocutor. Ele enuncia, com isso, um ponto de vista pautado no saber, ou seja, diz de que maneira tem conhecimento do propósito.

O referente *Temer* é ativado a partir de um elemento que o antecede, *Quem vota*, que, implicitamente, diz respeito aos deputados favoráveis ao arquivamento das denúncias contra o presidente. Isto, portanto, não pode ser constatado no âmbito do contexto.

Novamente, DM se distancia e mantém ocultos os deputados que votam a favor de Temer. A negação presente em seu discurso – *quem faz X não faz Y* – torna o propósito do enunciado ainda mais distante do interlocutor. Ele usa como estratégia uma defasagem de informações que privilegia Temer, o que de certa maneira demarca seu ponto de vista sobre o presidente. Em outras palavras, DM diferentemente do que faz com Dilma em DM1, aqui ele não se compromete.

Seguimos, então, para o último excerto de DM:

#### DM2-04: *DENÚNCIA CONTRA TEMER É ARQUIVADA*

Aqui, DM volta a recorrer à modalização elocutiva pelo uso de uma Declaração através de *afirmação*. O interlocutor passa a ter acesso à informação a partir do discurso do locutor, o que é feito sob o seu engajamento, o grau de adesão ao propósito.

*ARQUIVADA* é uma predicação que categoriza o tópico *DENÚNCIA CONTRA TEMER*.

Da mesma forma que se vê em DM2-03, o autor priva o interlocutor de obter mais informações a respeito do que está tratando. Nota-se ainda que o enunciado está construído colocando o referente na voz passiva, ou seja, ele sofre a ação do arquivamento. Isso afasta uma eventual *culpa* do processo das costas do presidente, eximindo-o de qualquer responsabilidade em sua absolvição. DM informa, mas não se envolve. O uso de caixa alta em todo o texto aponta a relevância do acontecimento, e ao mesmo tempo certa agressividade para dar a informação, mesmo que feito de maneira evasiva.

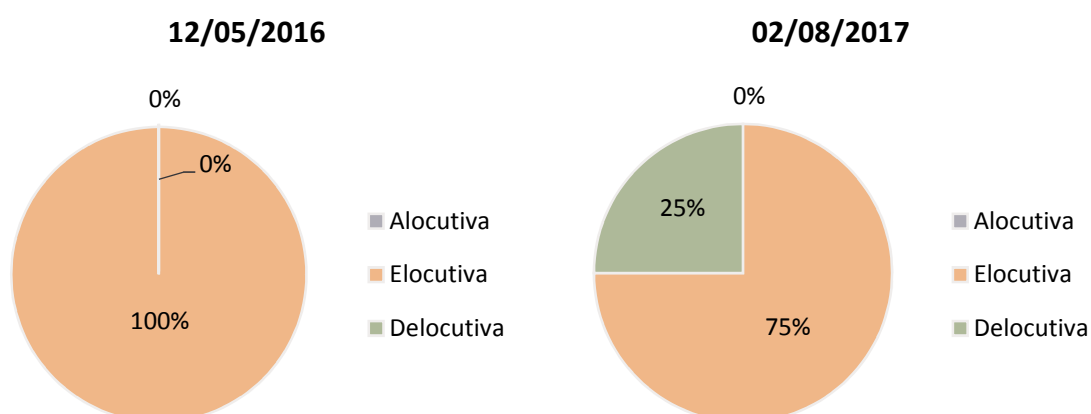
Desta maneira, conclui-se então a análise dos enunciados do jornalista Diogo Mainardi, e a partir das observações feitas, apresenta-se a figura a seguir, que faz um balanço das modalizações utilizadas de modo geral pelo locutor:

Figura 9 – Quadro de frequência de uso das modalizações enunciativas (DM)

DIOGO MAINARDI		
MODALIZAÇÃO	DM1	DM2
	Categorias / quantidade de ocorrências	Categorias / quantidade de ocorrências
<b>Alocutiva</b>	-	-
<b>Elocutiva</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constatação / 1</li> <li>• Apreciação / 5</li> </ul> <b>Total: 6</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constatação / 1</li> <li>• Declaração → Afirmação / 2</li> </ul> <b>Total: 3</b>
<b>Delocutiva</b>	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discurso Relatado → Citado / 1</li> </ul> <b>Total: 1</b>

Mais uma vez transpomos essas informações para dois gráficos que ajudam a revelar o *ethos* constituído por Diogo Mainardi:

Figura 10 – Gráficos de frequência de uso de modalizações enunciativas (DM)



Os gráficos mostram estratégias distintas de Diogo Mainardi frente aos dois acontecimentos políticos. No primeiro, as elocuições são a única modalização utilizada, e, como mostraram os excertos, com sequências de categorizações negativas sobre Dilma Rousseff, amparadas nas apreciações. Já no segundo momento DM dilui um pouco mais seus discursos com uma delocução, abdicando das apreciações presentes quando do afastamento.

Iniciamos a seguir as análises referentes aos discursos do terceiro jornalista investigado pela presente pesquisa, George Marques (GM).

GM1-01: *Vai amanhecendo lá fora, e agora que José Eduardo Cardozo, da AGU, fala em defesa de Dilma. Logo após a votação.*

GM1-02: *Atenção: após quase 24 horas de sessão, dentro de instantes será iniciado a votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff.*

GM1-03: *Atenção: por 55 x 22 o Senado decide pelo afastamento de Dilma Rousseff da presidência da República. @MichelTemer é o novo presidente!*

Abrimos as análises de GM com três enunciados que compõem uma situação de comunicação em particular. A singularidade que marca esses discursos é a manutenção do tópico discursivo – a votação do afastamento de Dilma Rousseff – tendo como variação apenas a informação, que se altera gradativamente: primeiro na alternância das falas, em seguida a votação e, por fim, seu resultado – semelhante ao que ocorre nos excertos iniciais de RN1.

O primeiro fragmento traz uma modalização elocutiva com o recurso da Constatação. O locutor constata que já está amanhecendo e que somente neste momento é que haverá um pronunciamento-chave do processo de votação pelo afastamento de Dilma Rousseff. Já GM1-02 e GM1-03 são abertos com a expressão *Atenção*, que se configura numa alocução por Injunção, quando o locutor estabelece uma ação a ser realizada pelo interlocutor. A sequência de ambos os enunciados apresenta uma mesma elocução, mantida sob a forma de Declaração por *afirmação*. Assim, o locutor produz pontos de vista variantes, que partem do seu conhecimento em torno do propósito, passam pela relação de superioridade junto ao interlocutor ao pedir *Atenção* e deságuam no que apresenta como sua adesão ao propósito.

A presidente *Dilma Rousseff* é focalizada nos enunciados, sem retomada nos dois primeiros discursos. Em GM1-03, ela é introduzida e logo na sequência desfocalizada para a inserção de um novo referente, *Michel Temer*, que é categorizado pela predicação *o novo presidente*.

As expressões *agora* (GM1-01) e *após* (em GM1-01 e GM1-02), indicam um operador discursivo que serve de demarcador temporal, exercendo função semelhante a outras expressões – *Vai amanhecendo lá fora e dentro de instantes*.

Chama-nos a atenção o alerta que GM faz ao seu interlocutor pelo alerta de *Atenção*, com o objetivo de se aproximar dele, o que de certa forma também contribui para aumentar o interesse por sua cobertura jornalística no Twitter. GM também utiliza de um recurso nativo da rede social, identificado na arroba (@), sequenciado pelo nome do novo presidente da República. Esta demarcação, além de apresentar aos usuários o Twitter oficial do novo presidente, também emite um alerta ao seu administrador, levando a hipótese de que o próprio Temer terá acesso ao conteúdo trazido por GM.

Na constituição do *ethos*, isso tem um peso relevante: GM evoca o interlocutor, coloca-se diante do presidente da República e traz informações que julga relevantes para o público em geral. Esse conjunto de estratégias sugere que o locutor se apresenta como alguém que domina não apenas o público a quem se dirige mas também as informações que publica.

Os enunciados seguintes destoam-se dos jornalistas anteriores no que se refere ao tipo de informação. GM mantém o tópico – o impeachment de Dilma –, mas direciona sua apuração para os acontecimentos que sucedem na parte externa do prédio do Congresso Nacional, como se pode observar nos enunciados a seguir:

GM1-04: *Rede Globo hostilizada após autorização do impeachment de Dilma.*

GM1-05: *Uma tribo indígena chega para protestar contra o impeachment de Dilma – em Palácio do Planalto*

GM1-06: *Em frente ao Palácio do Planalto Dilma ataca Eduardo Cunha e diz que ele deu início a esse golpe – em Palácio do Planalto*

GM1-07: *Dilma cumprimenta militantes na porta do Palácio do Planalto após Senado ter autorizado seu afastamento por 180 dias – em Palácio do Planalto*

Nestes excertos, GM claramente começa a informar sequencialmente as manifestações contrárias ao afastamento de Dilma – orquestradas por apoiadores ou

por ela mesma, como em GM1-06 e GM1-07. Trata-se de testemunhos que vão aparentemente sendo publicados na medida em que ocorrem. Em GM1-04, GM1-05 e GM1-07 ocorrem elocuições, com Declaração por *afirmação*; em GM1-06, através de delocução por Discurso Relatado *integrado* – marcado pelo verbo *diz*. Portanto, os papéis do locutor são variados: passam por seu engajamento e posteriormente pelo distanciamento do que é dito no discurso de origem.

*Dilma* é o referente implicado em todos os enunciados, e tem sua introdução ancorada no próprio tópico *impeachment* (em GM1-04 e GM1-05). Em GM1-06, a anáfora pronominal *esse golpe* faz remissão também ao tópico discursivo. Ainda em GM1-06, a anáfora pronominal *ele* retoma o objeto-de-discurso *Eduardo Cunha*. Quanto a GM1-07, *seu* é outra anáfora pronominal que retoma *Dilma*, e a sequência, *afastamento por 180 dias*, é uma expressão nominal que volta a categorizar o tópico da situação de comunicação, *impeachment*.

Há um operador discursivo em GM1-07, *após*, que delimita dois estados cronologicamente definidos – o antes e o depois do afastamento.

Quanto à imagem de si que o jornalista produz, tomemos separadamente o trecho GM1-04, em que o locutor impõe estrategicamente uma voz passiva sobre *Rede Globo*. No enunciado, ele omite o agente da passiva, ou seja, o(s) responsável(eis) pela hostilidade, ao mesmo tempo que confere à emissora a condição de subjugada. A estratégia é peculiar somente a referido trecho e se contrapõe ao que é visto nas publicações seguintes.

O comportamento do enunciador também é verificado em GM1-07, quando utiliza a palavra *ataca* para dar ênfase à ação de Dilma contra o presidente da Câmara Eduardo Cunha, e, sobretudo, quando faz uso da expressão *esse golpe* para categorizar o impeachment. Assim, ele cria uma imagem de si que se distancia do papel de testemunha do fato e dá lugar a um participante ativo, que, como tal, estabelece ao seu *auditório* o julgamento que exerce sobre o acontecimento em cena.

Há de se registrar ainda o uso das marcações do *Palácio do Planalto*, que produzem um link de localização de onde se encontra – característica própria do tecnogênero presente no Twitter. O locutor, então, recorre a um recurso do meio para dizer que acompanha pessoalmente o evento.

A situação de comunicação seguinte altera o tópico discursivo:



GM1-08: *Com um governo de 23 ministérios, o presidente interino @MichelTemer nomeará os novos ministros daqui a pouco (15h) no Palácio do Planalto.*

GM1-09: *Michel Temer, presidente em exercício, diz ser urgente a pacificação do país e unificação nacional para o país voltar a crescer.*

Estes dois fragmentos alteram o tópico anterior e investem nas perspectivas em torno do governo recém-empossado. Embora haja em ambos um mesmo tópico, mesmo que sigam informações distintas, há diferenças modais nos enunciados. No primeiro, GM se utiliza de uma elocução a partir de uma Declaração por *afirmação* para anunciar o que ocorrerá *daqui a pouco*, enquanto em GM1-09 ele se afasta, dando lugar a uma delocução por Discurso Relatado *integrado* – notadamente marcado pelo verbo *diz*. Seu propósito aqui é de se apagar no discurso, dando lugar a um propósito textual criado por uma terceira pessoa, o locutor de origem – no caso, Temer.

A manutenção do tópico claramente se dá porque se mantém o mesmo referente *Michel Temer* no foco das enunciações. No primeiro caso, ele chega a ser categorizado pelo elemento antecessor, *presidente interino*, antes de sua nominalização. *Com um governo de 23 ministérios* é uma anáfora associativa que serve de retomada ao referente.

No segundo caso, o mesmo referente *Michel Temer* recebe uma nova categorização pela anáfora nominal *presidente em exercício*.

A demarcação do *ethos* nos dois excertos mantém uma estratégia clara: a de propor uma dúvida sobre a legitimidade do novo presidente da República. No primeiro enunciado, ao apontá-lo como *interino*; no segundo, ao referir-se a *Michel Temer* como *presidente em exercício* – ou seja, em caráter transitório.

Há uma consideração a se fazer também no que diz respeito ao tempo verbal presente em cada enunciado. Em GM1-08, o uso do advérbio *daqui a pouco* serve de indicação para a proximidade temporal do jornalista em relação ao fato – ele está alerta sobre o que virá a acontecer logo. Já GM1-09 traz o ato de *dizer* no tempo presente, o que indica um aspecto testemunhal do enunciador frente ao fato.

Mais uma vez, GM marca o perfil oficial de *Michel Temer*, recorrendo a uma possibilidade nativa do Twitter.

O último excerto de GM1 tem o seguinte enunciado:

GM1-10: *Diferente da Câmara, no Senado praticamente ninguém comemora o resultado do afastamento de Dilma. O clima é de velório.*

Esse fragmento apresenta uma elocução Apreciativa, expressa em particular no enunciado *O clima é de velório*. Isso se deve ao fato de que ele avalia o propósito, e não mais a verdade (CHARAUDEAU, 2016). Ele *sente*, portanto, que há um clima de velório no Senado. Trata-se da sua reflexão acerca do propósito enunciado.

Dilma é o referente, ativado pelo tópico da atividade discursiva, que o antecede – *o resultado do afastamento*.

Outro uso preponderante é a modalização epistêmica *praticamente*, situada no eixo saber/crença, que contribui para o locutor estabelecer o grau de verdade da sua sentença. A expressão em sua completude, *praticamente ninguém*, orienta-se como um operador que produz uma negação da totalidade.

No que concerne a produção da imagem de si, GM faz uso exatamente dessas expressões que indicam um antagonismo para construir um novo cenário do que ocorreu no Senado. *Diferente da* e *praticamente ninguém* revelam um enunciador que deseja apresentar outra realidade ao interlocutor, que foge àquela produzida pelos deputados federais.

Tomemos, a partir deste ponto, os discursos presentes em GM2:

GM2-01: *Atenção: base do governo acaba de apresentar requerimento para encerrar discussão. Aliados de Temer querem votar logo denúncia.*

GM2-02: *Atenção: aprovado requerimento de encerramento de discussão da denúncia contra Temer. Placar: 292 x 20. Votação já poderá ser iniciada.*

Antes de tudo, é pertinente salientar que há uma forte semelhança nas estratégias que GM adota nos dois momentos políticos – GM1 e GM2. Em ambos, o locutor abre os enunciados com uma mesma proposta modal: os discursos inaugurais produzem uma alocação formatada numa Injunção, caracterizada pela expressão *Atenção* – o que significa que ele, o enunciador, pede que o interlocutor se comporte de determinada maneira; no caso, *comatenção* à informação que está por vir. O papel

do enunciador aqui é de estabelecer uma relação de força, de superioridade, impondo um comportamento específico ao interlocutor.

Em seguida, há uma mudança de modalização que volta a ser comum para os dois discursos: neles, o locutor recorre a uma elocução por Declaração, configurada numa *afirmação*. Ele declara ser verdadeiro um saber que julga ser objeto de dúvida para o interlocutor (CHARAUDEAU, 2016). Neste caso, o locutor se reconfigura como alguém que expõe seu grau de adesão ao propósito do enunciado.

O referente *Temer* é comum a ambos os casos. Entretanto, no primeiro ocorre antes uma retomada por anáfora associativa através da expressão *governo*, pelas mesmas razões já explicitadas em casos anteriores. Em GM2-01 também há igualdade semântica nas expressões *base* e *aliados*, de maneira que o segundo é uma renominalização do primeiro.

Ambos também comportam operadores discursivos: *logo* (GM2-01) e *já* (GM2-02) evidenciam uma alteração temporal. O primeiro caso oferece a ideia de celeridade ao processo, ao passo que o segundo consiste numa condição já alcançada, que permite iniciar outra.

Há também outra expressão, *acaba de*, que auxilia na constituição do *ethos* do jornalista. Ele se coloca – mais uma vez – como alguém que está presente, acompanhando o fato *in loco*. Antes disso, o aviso de *Atenção* produz um enunciador que interpela ao seu interlocutor para que fique alerta com aquilo que ele vai pronunciar. Em outras palavras, ele avisa que o seu enunciado tem importância para as pessoas que acompanham sua apuração, produzindo uma autoridade que lhe é conveniente.

A situação de comunicação seguinte destoa da primeira quanto à modalização.

GM2-03: *Wladimir Costa diz que governo Temer é ético e chama oposição de falsos moralistas. "O Temer é um homem ético e transparente", diz.*

GM2-05: *Darcisio Perondi (PMDB-RS) vota "pela honra e integridade de Michel Temer" pelo arquivamento da investigação.*

Os dois excertos são construídos numa delocução a partir de um Discurso Relatado *citado*, assim caracterizado pelas presenças das aspas, de maneira que o locutor obedece fielmente, em maior ou menor grau, ao discurso pronunciado pelo

locutor de origem. No primeiro, porém, há antes do recurso das aspas um Discurso Relatado *integrado* – quando “o discurso de origem é retomado numa construção que o *integra parcialmente* ao dizer daquele que o relata” (CHARAUDEAU, 2016, p. 104). Uma característica típica nesse caso é o relato em terceira pessoa. Seu propósito, então, é de ser um relator, uma testemunha do discurso de origem, produzido pelos dois deputados.

*Temer* – ou *Michel Temer*, como está em GM2-05 – é o referente dos dois enunciados, mas ele é introduzido a partir de uma CR, que se inicia pela focalização e desfocalização de um referente anterior – respectivamente, *Wladimir Costa* e *Darcisio Perondi*. No primeiro trecho, há uma dupla menção do referente por nominalização.

O *ethos* é constituído nos enunciados a partir do verbo no presente do indicativo – *diz* e *vota* –, revelando que o locutor presencia o acontecimento em tempo real. Ele é um indivíduo atuante no espaço-tempo em que se desenrolam as ações.

GM2-04: *Confusão e empurra-empurra no plenário da Câmara enquanto ocorre votação da denúncia contra Temer.*

A modalização elocutiva é elaborada por uma *Apreciação*, marcada especialmente pela descrição que o autor faz, a seu modo, da encenação. Ele julga que o que ocorre paralelamente à votação é *confusão* e *empurra-empurra*. Isto representa sua própria avaliação sobre o fato observado.

A exemplo de outras circunstâncias já vistas ao longo da análise, o referente *Temer* é ativado pelo tópico discursivo presente no cotexto, o impeachment, que neste caso é categorizado por *votação da denúncia*.

GM utiliza um complemento, *enquanto*, que o permite interligar no discurso os dois eventos: por um lado o tumulto, por outro a votação. É daí que ele produz então a imagem de um jornalista que não perde os detalhes que estão em jogo na Câmara dos Deputados. Não é só a votação em si que lhe chama a atenção, mas todo o cenário que compõe o processo.

GM2-06: *Após promessas de cargos e liberação de emendas a aliados governo consegue vitória e denúncia criminal contra Temer é arquivada.*

GM mantém neste ponto a modalização elocutiva, mais uma vez por uma Declaração forjada em *afirmação*. Trata-se do seu engajamento em torno do tema.

Temer é o referente da situação de comunicação, cuja retomada se dá pela anáfora associativa *governo*. *Aliados* rotula parte do cotexto: trata-se dos deputados federais que votam a favor do presidente da República.

O elemento que abre o discurso, *Após*, é um recurso utilizado pelo autor para relacionar um argumento à sua conclusão. Ou seja, apenas mediante as promessas de cargos e de emendas é que o governo conseguiu a vitória que garantiu o arquivamento da denúncia contra Temer. É este ponto que serve de demarcação para a produção do *ethos* por GM junto aos seus seguidores: ele toma posse de uma autoridade que o credencia a afirmar onde se encontra o mérito do livramento de Temer. Há ainda mais um aspecto que fortalece essa visão: o uso do adjetivo *criminal*, que reforça o caráter da denúncia sofrida pelo presidente.

Chegamos, por fim, ao último enunciado do jornalista George Marques:

GM2-07: *Curiosidades da votação: os deputados que votam sim, para livrar Temer da investigação, estão sendo mais econômicos nas palavras.*

A elocução aqui é notadamente feita por Constatação: o enunciador reconhece um fato a partir de sua observação objetiva (CHARAUDEAU, 2016). Ele expõe, portanto, o seu modo de saber do propósito.

O referente *Temer* não é retomado, mas aparece após introdução e desfocalização de outro, *os deputados*. Este, por sua vez, é categorizado pela predicação *mais econômicos*.

O jornalista utiliza a expressão *Curiosidades da votação*, que abre o discurso, com certa dose de sarcasmo, como se o propósito trazido no enunciado fosse um mero detalhe, que chama a atenção apenas por ser algo curioso, mas não relevante.

Com essa análise, conclui-se que a observação de GM ao fim das análises sobre as duas datas ficou conforme apresenta a Figura

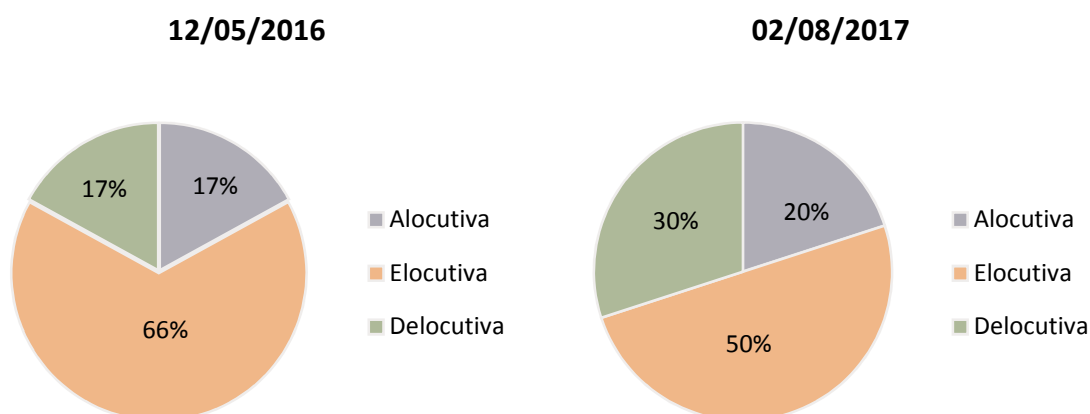
Figura 11 –Quadro de frequência de uso das modalizações enunciativas (GM)

GEORGE MARQUES		
MODALIZAÇÃO	GM1	GM2
	Categorias / quantidade de ocorrências	Categorias / quantidade de ocorrências

<b>Alocutiva</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Injunção /2</li> </ul> <b>Total: 2</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Injunção /2</li> </ul> <b>Total: 2</b>
<b>Elocutiva</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constatação /1</li> <li>• Apreciativa /1</li> <li>• Declaração → Afirmação / 6</li> </ul> <b>Total: 8</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constatação /1</li> <li>• Apreciação /1</li> <li>• Declaração → Afirmação / 3</li> </ul> <b>Total: 5</b>
<b>Delocutiva</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discurso Relatado → Integrado / 2</li> </ul> <b>Total: 2</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discurso Relatado → Citado / 2 → Integrado / 1</li> </ul> <b>Total: 3</b>

Novamente, passamos as informações acima para dois gráficos que contribuem para a melhor compreensão das estratégias enunciativas de George Marques:

Figura 12 – Gráficos de frequência de uso de modalizações enunciativas (GM)



Como se pode notar, dos jornalistas selecionados, George Marques é o que apresenta maior equilíbrio nos diferentes usos de modalização. Ao contrário de Diogo Mainardi, por exemplo, GM fabrica alocuções que o colocam em contato com os usuários da sua página. As elocuções mantêm-se em forte maioria, mas há presença também de interação direta e de distanciamento por delocuções. Chama a atenção ainda a relativa estabilidade que o profissional utiliza em ambas as datas, embora deixe claro em seus discursos a posição política de que é adepto.

Assim, é prudente concluir que o jornalista apresenta-se como alguém que faz as apurações de forma equilibrada, sem excessos, que faz questão de interagir com seus seguidores, mas sem se perder nos próprios valores políticos, embora estes também estejam presentes em seus enunciados.

Alcançamos, por fim, as análises envolvendo o jornalista Rodrigo Vianna (RV), tais como seguem:

RV1-01: *Deixa a Dilma tomar dois chimarroses. Em 3 dias tá firme no combate a esse governo Temer ilegítimo e golpista.*[@folha](#).

RV1-02: *Sim, eleito na chapa de Dilma. Para substituir em casos previstos em lei. Não para dar golpe com oposição.*

RV1-03: *Dilma foi eleita democraticamente. E afastada por um golpe.*

RV1-05: *Golpe violento contra o voto e contra as mulheres. Com Temer, elas voltam a ser "recatadas e do lar". Não há mulher no ministério golpista!*

As interações presentes nesta série de enunciados são notabilizadas pelo aspecto referencial, do qual se falará a seguir. Antes, destacamos que o enunciador abre os discursos com uma alocução por Petição – *Deixa a Dilma tomar dois chimarroses*. Em seguida, reforça sobremaneira o uso de modalização elocutiva por Apreciação. Há essa estratégia em todo o restante dos enunciados, de maneira que fica exposto o ponto de vista do enunciador, sua avaliação sobre as consequências do *golpe*.

Mesmo RV1-02, que aparentemente traz uma Declaração por afirmação, se reverbera numa apreciação, visto que se assemelha a uma resposta diante de uma posição estabelecida por algum usuário – o que é indicado pela asserção *Sim, eleito na chapa de Dilma*. O mesmo ocorre em RV1-03, onde a Apreciação é estabelecida pelo contraste de condições vivenciadas por Dilma, a partir de uma perspectiva que surge do parecer do locutor.

Quanto à referenciação, RV focaliza e mantém ativos no decorrer da situação de comunicação os referentes *Temer* e *Dilma*. Quando não há nominalização, percebe-se o uso constante de categorizações a ambos, especialmente ao primeiro.

Em RV1-01, *esse governo Temer ilegítimo e golpista* tem como núcleo *Temer*, donde partem as rotulações – *ilegítimo* e *golpista*. *Esse governo* é uma anáfora pronominal que também retoma o referente, categorizando-o negativamente. *Firme* é uma categorização de *Dilma*.

No excerto RV1-02, há uma elipse do sujeito (*Temer*), já que o enunciado sinaliza ser uma réplica ao comentário de algum seguidor. *Eleito* é uma anáfora indireta que retoma *Temer*, o que é identificado no conjunto da interação.

Em RV1-03, *eleita* é uma categorização que faz remissão à referente *Dilma*. E adiante há uma recategorização, *afastada*, que remete à mesma pessoa. *Golpe* é uma rotulação do tópico discursivo que só é perceptível na situação de comunicação em que se insere a interação – o impeachment.

Já em RV1-05, *golpista* é uma categorização que o locutor lança mão para categorizar o referente *Temer*, ativado anteriormente.

O comportamento do locutor, que se posiciona em todos os enunciados, dispensa maiores explicações: o uso de expressões como *golpe*, *golpista*, *ilegítimo*, dentre outras adjetivações que fazem referência a *Temer*, claramente ajudam a apontar a posição que RV ocupa diante dos acontecimentos. A queda de *Dilma* e a ascensão de *Temer* não passam incólume ao olhar severo do enunciador, que o reporta ao seu auditório.

O enunciado seguinte mantém a estratégia:

RV1-04: *Procure um negro na foto... Esse é o Brasil de Temer. O Brasil que as marchas da Paulista queriam de volta.*

Este conteúdo pressente o uso de uma alocação por Petição: o locutor solicita algo ao seu interlocutor – que ele *procure um negro na foto*. Em seguida, ele retorna à modalização alocutiva por Apreciação. O julgamento consiste no dizer o que é o *Brasil de Temer*. O pedido faz o locutor se colocar numa relação de cumplicidade com o interlocutor, para que este veja, em seguida, o seu ponto de vista sobre o acontecimento.

*Temer* está no núcleo referencial e tem sua ativação alavancada pela expressão pronominal *Esse é o Brasil*, de onde surge a necessidade de introduzir e delimitar o referente. *O Brasil* citado pelo autor acaba por encapsular, no enunciado,



a imagem de um país que não tem negros em seus ministérios. Por isso, torna-se uma anáfora associativa que faz retomada ao referente.

Isso fica mais claro sob o ponto de vista do *ethos*: o enunciador primeiro desafia seu telespectador a procurar um negro na foto. Logo em seguida, emenda, com base em sua própria avaliação, que esse Brasil homogeneamente branco não passa de um país de Temer, desejado pelas marchas da Paulista. Desta maneira, RV propõe que o interlocutor tenha uma visão crítica e sobretudo negativa do panorama desenhado.

Passemos, afinal, ao último excerto analisado por RV – por sinal, o único presente em RV2:

RV2-01: *Temer fica. O crime da mala compensa! Mas fica despedaçado: sem votos pra reformar mais nada. E o PSDB fica sangrando, humilhado. #FicaTemer.*

Aqui há mais de uma modalização: primeiramente, em *Temer fica*, o locutor utiliza de uma elocução através de Declaração por *afirmação*. Quanto ao restante do discurso, volta à forma de *Apreciação*. Assim, ele trafega por uma via que vai do ponto de vista do seu engajamento ao propósito para uma avaliação.

O referente, *Temer*, é reconhecido no âmbito da interação, e é categorizado à frente, pela adjetivação *despedaçado*. Já a conjunção *Mas* é um operador argumentativo que contrapõe as duas proposições constantes no enunciado, produzindo conclusões opostas (KOCH; ELIAS, 2016) – a de que Temer fica e que o crime da mala compensa, mas que sua situação a partir daquele instante é delicada e mina o PSDB.

O autor utiliza uma hashtag (#), *FicaTemer*, como recurso nativo do meio. Essa estratégia pontua a existência de um tópico discursivo no Twitter, de modo que qualquer usuário que fizer uma busca por *Fica Temer*, ou termo semelhante, encontrará o enunciado de RV.

Há neste uso um aspecto irônico, de alguém que não concorda com a absolvição do presidente na Câmara dos Deputados. Ao dizer ainda que *O crime da mala compensa*, RV produz uma avaliação do primeiro cenário que ele apresenta – *Temer fica*. Na sequência, ele lança sobre o interlocutor uma ideia antagônica dessa realidade, e se credencia a afirmar que as projeções para o governo *salvo* são desfavoráveis. Seu *ethos*, portanto, é de alguém que antevê o futuro político de Temer e do PSDB.

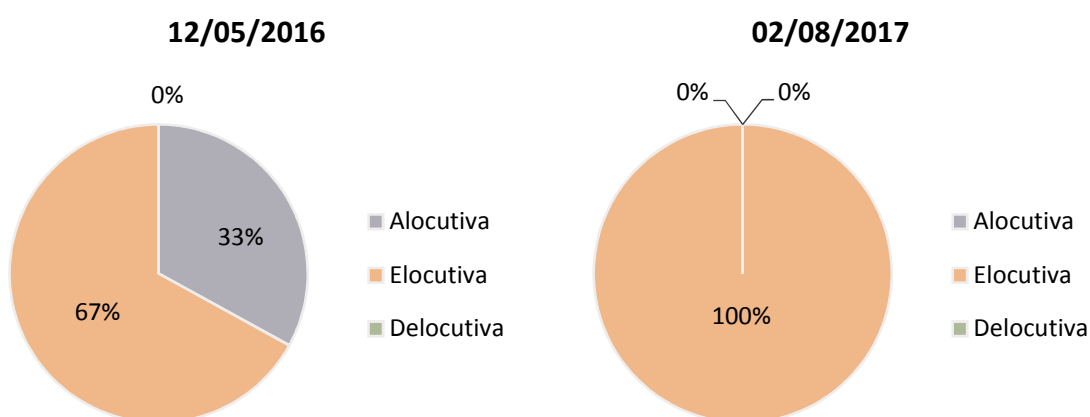
Concluídas as análises de RV, a Figura que sintetiza seu comportamento enunciativo se desdobra da seguinte forma:

Figura 14 –Quadro de frequência de uso das modalizações enunciativas (RV)

RODRIGO VIANNA		
MODALIZAÇÃO	RV1	RV2
	Categorias / quantidade de ocorrências	Categorias / quantidade de ocorrências
Alocutiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Petição / 2</li> </ul> <b>Total: 2</b>	-
Elocutiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apreciação / 4</li> </ul> <b>Total: 4</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apreciação / 1</li> <li>• Declaração → Afirmação / 1</li> </ul> <b>Total: 2</b>
Delocutiva	-	-

Convertendo as modalizações identificadas em gráficos, têm-se as seguintes conclusões:

Figura 15 – Gráficos de frequência de uso de modalizações enunciativas (RV)



Os dois gráficos revelam o forte interesse de Rodrigo Vianna de posicionar-se sobre os temas de que trata em seu perfil no Twitter. O primeiro gráfico revela um jornalista que faz apreciações, mas que também interage com o público, mas ainda assim na tentativa de dar crédito ao seu posicionamento. Já o segundo indica que, no

único enunciado direcionado para a votação que beneficiou Michel Temer, em 02 de agosto de 2017, RV lançou mão de declarar e apreciar o arquivamento das denúncias contra o presidente.

Finalizadas, então, as análises dos discursos dos quatro jornalistas selecionados a partir do que traz especificado na metodologia, alcançamos, por fim, as conclusões a que chegamos.

## **6. #VAMOS ÀS CONCLUSÕES**

Este capítulo apresenta-se como a parte conclusiva da pesquisa, dentro da qual abordamos as observações feitas e os resultados trazidos no transcorrer das análises,

bem como as perspectivas científicas que podem ser projetadas a partir deste ponto.

Vale lembrar que as análises sobre os jornalistas Ricardo Noblat (RN), Diogo Mainardi (DM), George Marques (GM) e Rodrigo Vianna (RV) são fruto das concepções tomadas no escopo teórico, que teve como carro-chefe a Teoria Semiolinguística do Discurso, de Charaudeau (2016). Por ela, investigamos, mormente, cada posição que o locutor ocupa nos diferentes *dizeres* ao seu interlocutor.

Debruçamo-nos também, nos diversos *tweets*, sobre as práticas referenciais tomadas pelos respectivos profissionais, identificadas nas formas de categorização dos nossos objetos-de-discurso, *Dilma Rousseff* e *Michel Temer*. O olhar sob esse prisma levou-nos a deparar com alguns dos meios utilizados para estabelecer sua visão de mundo em torno do acontecimento.

Buscamos ainda identificar os operadores argumentativos no intuito de apreender e compreender a estratégia utilizada por cada enunciador na condução de suas conclusões no âmbito do cotexto. Esta análise teve grande contribuição para percebermos que, mais que enunciar, o uso dos operadores permitia-lhes construir um raciocínio que alcançasse sua intencionalidade junto ao interlocutor.

Ao fim de cada interação, avaliamos também aspectos textuais que jaziam na constituição dos *ethé* através dos discursos de cada profissional investigado neste trabalho. Por ser uma abordagem mais subjetiva do que propriamente técnica, isso nos permitiu saborear a possibilidade de contemplar o discurso em suas nuances, em cujo aspecto percebem-se informações que não são expostas pelas análises anteriores.

Esses esclarecimentos obedecem aos objetivos específicos traçados no início do trabalho, os quais recuperamos a seguir:

- verificar a imagem que o jornalista político projeta de si nos textos publicados no Twitter por meio do estudo do *ethos*;

- revelar, por meio de processos de modalização dos enunciados, os comportamentos enunciativos dos jornalistas em suas interações no Twitter durante dois importantes acontecimentos políticos – o afastamento da presidente Dilma Rousseff, no dia 12 de maio de 2016, e o arquivamento de denúncias de corrupção do presidente Michel Temer, no dia 02 de agosto de 2017;

- identificar igualmente os processos de referenciação presentes nos enunciados, evidenciando pontos de vista na construção de objetos-de-discurso.

No que tange ao objetivo geral, lembramos que consistia em identificar como, em meio a grandes coberturas políticas na rede social Twitter, jornalistas se constroem nos próprios discursos publicados na plataforma.

Em cumprimento a esse propósito, apresentamos a seguir as análises conclusivas acerca de cada jornalista, com base nos quadros trazidos ao fim de cada investigação.

Começando por Ricardo Noblat, viu-se uma prevalência moderada do uso de modalização delocutiva em RN1, no processo de impeachment de Dilma Rousseff. Sua estratégia cunhou-se, portanto, num relativo distanciamento do acontecimento. Outro indício desse afastamento está apontado no fato de que, das nove estratégias usadas naquele dia, apenas numa delas ele produziu uma apreciação. As demais consistiram em enunciados que demandam uma observação apurada sobre o propósito, o que revelou um jornalista pouco interessado em dizer o que pensa, mas apenas o que vê.

Por outro lado, em RN2, quando do arquivamento da denúncia contra Temer, houve uma esmagadora maioria de elocuições, a partir das quais ele deu seu testemunho, sobretudo através de declarações – oriundas de suas próprias observações em torno do fato.

Diogo Mainardi, por sua vez, produziu nada menos que cinco apreciações, entre seis comportamentos enunciativos observados em DM1. Isso é fortemente evidenciado pelas críticas pejorativas e em série que ele produzia contra Dilma Rousseff. Já em DM2, as apreciações deram lugar a um jornalista menos agressivo, mais ocupado em produzir asserções e constatar a vitória de Michel Temer na Câmara dos Deputados.

George Marques iniciou seus dois dias de postagens da mesma forma: convocando os usuários a acompanhar sua apuração pelo Twitter. Quem atendeu ao chamado viu um jornalista afeito a declarações por afirmação, tanto em GM1 quanto em GM2, bem como ao uso equiparado, simétrico, de constatação e de apreciação. A modalização delocutiva também foi parelha, o que permite concluir, numa observação geral, que GM mostrou ser um jornalista mais cadenciado, que soube conciliar com rigor o papel de informar, de se distanciar, de interagir e de avaliar.

Em medida proporcional àquela adotada por Diogo Mainardi, Rodrigo Vianna também explorou com ênfase o recurso da apreciação em detrimento de outras estratégias, voltando-se em demasia contra Michel Temer e revelando até uma dose de ira diante do afastamento de Dilma Rousseff.

Estes são, na essência, os comportamentos enunciativos revelados nos quadros de onde tiramos tais constatações, que naturalmente se imbricam à imagem que cada um constrói de si pelo discurso. São, portanto, esses comportamentos que contribuem para que uma resposta satisfatória seja dada à pergunta de pesquisa: *como a imagem de si construída pelos jornalistas políticos inseridos no Twitter interfere na produção discursiva que eles utilizam para informar o público dessa plataforma?*

Ocorre que a modalização serve de reflexo para essa imagem que cada enunciador busca produzir junto aos seus seguidores. Tomando como ponto de observação, ainda de acordo com os quadros: Diogo Mainardi e Rodrigo Vianna foram, dos quatro, os menos suscetíveis à ideia de provocar o interlocutor por meio de alocações e de se distanciar por meio de delocações. A imagem que produziam era de enunciadores dispostos a fazer apreciações a seu contento, não de dar espaço para interpretações que não fossem as suas.

Ricardo Noblat e George Marques, por outro lado, optaram por dirigir seus discursos por meios mais heterogêneos, apresentando-se como pessoas ativas no processo em curso, mas sem se deixar levar pela posição assumida diante dos dois eventos.

Portanto, a imagem que pretendem produzir antecede ao comportamento enunciativo e dita a forma de se pronunciar ao público.

Essa prerrogativa tem relevância quando tratamos de *ethos* jornalístico: a ideia de um sujeito plenamente ou o mais objetivo possível, revelado pelos comportamentos de décadas anteriores, só seria possível diante do uso severo de delocações com profundo apagamento do locutor relator, o que textualmente jamais se viu em qualquer instância de produção. De maneira inversa, modalizações a(e)locutivas, construídas majoritariamente, sem sustentação nas delocações, também parecem pôr em xeque o papel apurativo do jornalista.

Por tais razões, conclui-se que o jornalismo praticado no Twitter – e, supõe-se, em outras redes sociais –, se muito, diferencia-se dos modelos ainda vigentes nos chamados veículos tradicionais tão somente pela ampliação do uso de novos

comportamentos enunciativos. Mas isso já é suficiente para implicar na configuração de uma nova imagem em torno de cada jornalista.

No aspecto discursivo, o resultado deste trabalho leva a crer que as mudanças futuras da profissão se darão essencialmente através de pequenos ajustes de modalização, pelos quais poderá haver maior grau de engajamento do enunciador com a sua informação. Na visão deste pesquisador, o acompanhamento (sincrônico e diacrônico) dessas mudanças, lançando um olhar específico sobre cada suporte, pode ser um caminho virtuoso para as próximas pesquisas científicas.

## **7. @MINHAS REFERÊNCIAS**

AMOSSY, Ruth (org.) **Imagens de si no Discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da Criação Verbal**. 6ª ed. 2ª tiragem. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

BELOCHIO, Vivian. **Considerações sobre a distribuição multiplataforma e suas afetações nos contratos de comunicação propostos**. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 12, n. 1, 2015.

BENVENISTE, Émile. Da Subjetividade na Linguística. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2005.

BOAVENTURA, Luis Henrique. **Encenação e ubiquidade em discursos no Twitter: procedimentos de análise**. Tese de Doutorado em Letras – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. 2ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e Discurso: modos de organização**. 2ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DA CRUZ, Luiz Pedro Passos. **O Twitter como espaço de luta: o embate entre o discurso político e o religioso**. Dissertação de Mestrado. Vitória da Conquista, UESB, 2018.

DA SILVA, Fábio Gusmão. **A construção de um ethos discursivo por meio de recursos intertextuais**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2016.

DOMINGUEZ, M. G. A. **Estratégias discursivas do webjornalismo: indícios de um novo contrato?** Tese de doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2011.

FRANÇA, Vera. **O acontecimento e a mídia**. Galáxia, n. 24. PUC-SP: 2012.

GONÇALVES, Elizabeth Moraes; FARO, J. S. **Estruturas semiolinguísticas do jornalismo cultural**. Galáxia, n. 18, p. 126-136, 2009.

HALFELD, Paula Crespo. **O modo de organização enunciativo no gênero blog: um estudo sobre subjetividade e diversidade contratual**. Rio de Janeiro: UFRJ/FL, 2016.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.



\_\_\_\_\_. **Ler e compreender: os sentidos do texto.** 3ª ed. 13ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Como se constroem e reconstroem os objetos-de-discurso.** Revista Investigações. v. 21, n. 2, 2008.

LEITE, Isabela; ARCOVERDE, Léo. **Levantamento da PF aponta desvios de mais de R\$ 48 bilhões em 4 anos no país com corrupção.** 30 jul. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/07/30/levantamento-da-pf-aponta-desvios-de-r-48-bilhoes-em-4-anos-no-pais-com-corrupcao.ghtml>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

LELO, Thales Vilela; GROHMANN, Rafael. **Diversidade do conceito de circulação nos estudos em Comunicação.** Educação, Cultura e Comunicação, v. 5, n. 9, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação.** 6ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. **Doze Conceitos em Análise do Discurso.** Org.: SILVA, Maria Cecília Perez de Souza e; POSSENTI, Sírio. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Parábola, 2014.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Referenciação. In: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi; KOCH, I.G.V. (orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil.** vol.1, p. 381-399. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

MEDIALOGUE. **Os principais influenciadores políticos da web brasileira.** 2017. Disponível em: <<http://www.medialogue.com.br/influenciadorespoliticos/>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Comunicação digital que entende de Brasil.** (2015?). Disponível em: <<http://www.medialogue.com.br/empresa/>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Entenda o caso.** Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso em: 15 set. 2018.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In.: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (orgs.). **Referenciação.** São Paulo: Contexto, 2003.

PAVEAU, Marie-Anne. **Genre de discours et technologie: Tweet, twittécriture et twittérature,** n. 157-158. juin, 2013, p. 7-30. Université de Paris 13.

PERUZZO, Cicilia M. K. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaborações no setor.** Palavra clave, v. 11, n. 2, 2008.

Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/649/64911214.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 18.

PORTAL DOS JORNALISTAS. **Ricardo Noblat**. 2015. Disponível em: <<https://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/ricardo-noblat/>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Rodrigo Vianna**. Disponível em: <<https://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/rodrigo-vianna/>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

PORTUGAL, Sílvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. In.: **Oficina do Centro de Estudos Sociais** (CES), n. 271; 2007. Universidade de Coimbra. Disponível em: <<https://goo.gl/XjHpVR>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. **Redes sociais: a cognição conectiva do Twitter**. 1ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Paulus, 2010.

SANT'ANNA, Simone. **Metáforas no discurso político de Dilma Rousseff**. Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vol. 14, Dezembro 2013.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 28ª ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCARDOELLI, Anderson. **Repórter George Marques deixa o site The Intercept**. Portal Comunique-se. 2018. Disponível em: <<https://portal.comunique-se.com.br/reporter-george-marques-deixa-o-site-the-intercept/>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

SILVA, Sandra Falcão da. **O riso em Mainardi: um estudo sobre os mecanismos linguístico-discursivos do humor nas crônicas de Diogo Mainardi**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – PUC-SP. São Paulo: 2009.

SOUZA, Alana dos Santos. **Por trás da voz: análise sobre um discurso radiofônico**. Dissertação de Mestrado. Vitória da Conquista, UESB, 2013.

STORINO, A. L. L. **A argumentatividade em editoriais do jornal o globo: estratégias de persuasão**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFF, 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

VALENTE, André Crim; PINTO, Fabiana dos Anjos. **De Saussure a Charaudeau: o signo da língua e o signo do discurso**. Matruga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 21, n. 34, 2014.

ZAGO, Gabriela da Silva. Dos blogs aos microblogs: aspectos históricos, formatos e características. **Revista Interin**, v. 9, n. 1, 2010. Disponível em: <<https://interin.utp.br/index.php/i/article/view/166>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

## 8. #ANEXOS:

### ANEXO A – POSTAGENS DE RICARDO NOBLAT – 12-05-2016 (RN1)




 **Blog do Noblat**   
@BlogdoNoblat [Seguir](#) 

Acabou a fala dos senadores. Falarão agora o relator do impeachment e, depois, o defensor de Dilma, ministro José Eduardo Cardozo.

01:46 - 12 de mai de 2016


23 Retweets 59 Curtidas 




 9  23  59

 **Blog do Noblat**   
@BlogdoNoblat [Seguir](#) 

Começa a falar o ministro José Eduardo Cardozo. Em seguida, a votação. Temer aposta que terá de 54 a 56 votos para aprovar o impeachment.

02:01 - 12 de mai de 2016

22 Retweets 52 Curtidas 

 6  22  52

 **Blog do Noblat**   
@BlogdoNoblat [Seguir](#) 

Placar do impeachment: 55 votos a favor, 22 contra e uma abstenção. Dilma será afastada ainda hoje.

02:34 - 12 de mai de 2016

83 Retweets 125 Curtidas 

 4  83  125


 **Blog do Noblat** ✓  
@BlogdoNoblat Seguir

Conspirador, leal, bom negociador? Afinal, quem é Michel Temer?  
[noticias.uol.com.br/politica/ultim](http://noticias.uol.com.br/politica/ultim) ...

04:31 - 12 de mai de 2016

12 Retweets 17 Curtidas 

7 12 17

 **Blog do Noblat** ✓  
@BlogdoNoblat Seguir

"Um governo de união nacional". pE disso, segundo Temer, que o país precisa. É isso o que o orientará daqui para frente.

14:27 - 12 de mai de 2016

27 Retweets 92 Curtidas 

5 27 92

 **Blog do Noblat** ✓  
@BlogdoNoblat Seguir

Para cassar o mandato de Dilma e seus direitos políticos serão necessários 54 votos, dois terços do Senado. O impeachment, agora, obteve 55.

02:40 - 12 de mai de 2016

141 Retweets 232 Curtidas 

8 141 232



ANEXO B – POSTAGENS DE RICARDO NOBLAT – 02-08-2017 (RN2)

**Blog do Noblat**  Seguir 

@BlogdoNoblat

Dados mostram quanto os deputados receberam em emendas desde a denúncia contra Temer

[www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/](http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/) ...



00:28 - 2 de ago de 2017

**Blog do Noblat**  Seguir 

@BlogdoNoblat

Há um ano, relator pedia cassação e Temer articulava data de impeachment de Dilma



**Há um ano, relator pedia cassação de Dilma, e Temer tenta...**  
 Presidente testa apoio no Congresso 12 meses após relator pedir fim do governo petista  
[oglobo.globo.com](http://oglobo.globo.com)

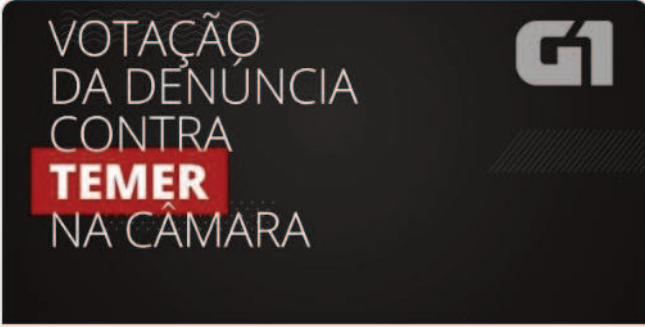
03:51 - 2 de ago de 2017

8 Retweets 9 Curtidas 

  8  9

**Blog do Noblat** @BlogdoNoblat · 2 de ago de 2017

Saiba como será a sessão em que a Câmara decidirá se admite denúncia contra Temer



Saiba como será a sessão em que a Câmara decidirá se admite denú...  
Deputados vão decidir se autorizam o envio para o STF da denúncia por corrupção passiva contra o presidente ou se o caso será arquivado. Sessão  
g1.globo.com

**Blog do Noblat** @BlogdoNoblat Seguir

Afonso Mota (PDT-RS) diz que afastamento de Temer não é uma ruptura, pois já não existe governabilidade.

07:18 - 2 de ago de 2017

4 Retweets 19 Curtidas

3 4 19

**Blog do Noblat** @BlogdoNoblat Seguir

Temer já recebeu hj mais de 19 parlamentares, informa a Globo News. Enquanto isso o processo contra ele é enterrado na Câmara

09:59 - 2 de ago de 2017 de Brasília, Brasil

7 Retweets 28 Curtidas

3 7 28





**Blog do Noblat**  [Seguir](#) 


 @BlogdoNoblat

80% dos brasileiros querem ver Temer processado. A maioria dos seus representantes na Câmara não quer. Quem essa gente representa?




10:04 - 2 de ago de 2017




**Blog do Noblat**  [Seguir](#) 

 @BlogdoNoblat

Baleia Rossi, líder do PMDB acusado de receber propina da JBS a pedido de Temer, acaba de defender a rejeição da denúncia contra o presidente

10:18 - 2 de ago de 2017 de Brasília, Brasil

27 Retweets 60 Curtidas 

 11  27  60

**Blog do Noblat**  [Seguir](#) 

 @BlogdoNoblat

342 deputados em plenário, governo aguarda 357 pra enterrar a denúncia contra Temer.

11:16 - 2 de ago de 2017 de Brasília, Brasil

10 Retweets 24 Curtidas 

 7  10  24


 **Blog do Noblat** ✓  
@BlogdoNoblat [Seguir](#) ▾

Empurra empurra, pixuleco e dinheiro arremessado para o alto na sessão plenária que enterrará o processo contra Temer, uma beleza só.

12:12 - 2 de ago de 2017 de Brasília, Brasil


17 Retweets 41 Curtidas 

9 17 41

 **Blog do Noblat** ✓  
@BlogdoNoblat [Seguir](#) ▾

O governo vai ganhar duas vezes: enterrando a denúncia contra Temer e votando antes do horário nobre da tv.

12:29 - 2 de ago de 2017

12 Retweets 28 Curtidas 

6 12 28

 **Blog do Noblat** ✓  
@BlogdoNoblat [Seguir](#) ▾

Pois é, eles vão mesmo fingir que não tem nada de suspeito que mereça investigação na conversa gravada do Temer.

13:20 - 2 de ago de 2017 de Brasília, Brasil

12 Retweets 37 Curtidas 

12 12 37

 **Blog do Noblat** ✓  
@BlogdoNoblat [Seguir](#) ▾

Neste momento, o governo acha que conta com 250 votos para enterrar a denúncia contra Temer.

14:12 - 2 de ago de 2017

5 Retweets 15 Curtidas 

2 5 15

 **Blog do Noblat** ✓  
@BlogdoNoblat Seguir ▾

Com os votos de Roraima está 6 x 1 para blindar Temer e uma abstenção, o q significa enterrar a denúncia.

14:25 - 2 de ago de 2017 de Brasília, Brasil

9 Retweets 20 Curtidas 

4 9 20


 **Blog do Noblat** ✓  
@BlogdoNoblat Seguir ▾

Temer vai fazer pronunciamento à imprensa após votação na Câmara. [glo.bo/2hplgky](http://glo.bo/2hplgky)

16:46 - 2 de ago de 2017 de Brasília, Brasil

13 Retweets 21 Curtidas 

13 13 21

 **Blog do Noblat** ✓  
@BlogdoNoblat Seguir ▾

Se não for pedir demais, por gentileza evitem usar a "democracia" como desculpa para salvar o Temer. Tá feio já.

14:18 - 2 de ago de 2017 de Brasília, Brasil

51 Retweets 167 Curtidas 

22 51 167




 **Blog do Noblat** ✓  
@BlogdoNoblat Seguir ▾

15 a 12 contra o arquivamento da denúncia, primeira ve q Temer está perdendo no placar

14:36 - 2 de ago de 2017 de Brasília, Brasil


8 Retweets 26 Curtidas 




5 8 26




 **Blog do Noblat**   
@BlogdoNoblat [Seguir](#) 

O PSDB, por ora: Yeda Crusius (RS) e Shéridan (RR) que se absteve livraram Temer e Mara Gabrilli (SP) votou a favor da investigação.

14:45 - 2 de ago de 2017 de Brasília, Brasil


9 Retweets 34 Curtidas 




 3  9  34

 **Blog do Noblat**   
@BlogdoNoblat [Seguir](#) 

Marco Tebaldi foi mais um do PSDB a blindar Temer, ele votou a favor do arquivamento. Até agora, 3 deputados do PSDB livraram Temer

14:49 - 2 de ago de 2017 de Brasília, Brasil

12 Retweets 26 Curtidas 

 3  12  26




 **Blog do Noblat**   
@BlogdoNoblat [Seguir](#) 

O deputado da tattoo deu mais um showzinho antes de anunciar o sim, placar agora é de 45 pelo arquivamento e 35 pela investigação do Temer

14:57 - 2 de ago de 2017 de Brasília, Brasil


21 Retweets 77 Curtidas 




 6  21  77

 **Blog do Noblat**   
@BlogdoNoblat [Seguir](#) 

Placar no momento  
SIM: 47 (ARQUIVAMENTO)  
NÃO: 40 (INVESTIGAÇÃO)  
AUSENTE: 3 (LIVRA O TEMER DO MESMO JEITO)

15:01 - 2 de ago de 2017 de Brasília, Brasil

22 Retweets 54 Curtidas 

 8  22  54



Luiz Carlos Hauly é mais um do PSDB a votar para blindar Temer.

15:04 - 2 de ago de 2017 de Brasília, Brasil

8 Retweets 24 Curtidas



2 8 24



Mariana Carvalho e Fábio Souza do PSDB votaram pela investigação, se juntam a Mara Gabrilli como os tucanos q votaram contra Temer, por ora.

15:19 - 2 de ago de 2017 de Brasília, Brasil

14 Retweets 42 Curtidas



3 14 42



Placar por ora, 117 pelo arquivamento e 81 pela investigação, há tb 9 ausentes e 1 abstenção, ou seja 127 votos q livram o Temer

15:42 - 2 de ago de 2017 de Brasília, Brasil

14 Retweets 20 Curtidas



3 14 20



Governo está em contagem regressiva para ver Temer livre da denúncia, faltam 31 votos.

15:51 - 2 de ago de 2017 de Brasília, Brasil

25 Retweets 64 Curtidas



6 25 64



## ANEXO C – POSTAGENS DE DIOGO MAINARDI – 12-05-2016 (DM1)



 **diogomainardi**  
@diogomainardi Seguir

Dilma, uma vergonha para o Brasil -  
[ow.ly/bQRG3008BZO](https://ow.ly/bQRG3008BZO) - via @o\_antagonista

07:54 - 12 de mai de 2016

42 Retweets 81 Curtidas 

2 42 81

 **diogomainardi**  
@diogomainardi Seguir

Dilma é uma mentirosa despudorada -  
[ow.ly/jE2t3008Ckp](https://ow.ly/jE2t3008Ckp) - via @o\_antagonista



**Mentirosa despudorada - O Antagonista**  
Dilma Rousseff volta a mentir que o governo Temer vai extinguir os programas sociais. É uma despudorada.  
[oantagonista.com](http://oantagonista.com)

07:56 - 12 de mai de 2016

 **diogomainardi**  
@diogomainardi Seguir

Dilma é ridícula - [ow.ly/ZEz63008D0L](https://ow.ly/ZEz63008D0L) - via  
@o\_antagonista

08:01 - 12 de mai de 2016

62 Retweets 123 Curtidas 

9 62 123

 **diogomainardi**  
@diogomainardi Seguir

Newsletter: o Brasil se livra de um pesadelo  
chamado Dilma - [ow.ly/dGIT3008XR2](https://ow.ly/dGIT3008XR2) - via  
@o\_antagonista

10:54 - 12 de mai de 2016

39 Retweets 88 Curtidas 

2 39 88

## ANEXO D – POSTAGENS DE DIOGO MAINARDI – 02-08-2017 (DM2)

 **diogomainardi**  
@diogomainardi Seguir

O rito da sessão: em instantes, governo suspenderá discussão  
[oantagonista.com/posts/o-rito-d](http://oantagonista.com/posts/o-rito-d) ... via: @o\_antagonista

07:30 - 2 de ago de 2017

4 Retweets 20 Curtidas 

 1  4  20

 **diogomainardi**  
@diogomainardi Seguir

"Quero Temer investigado e Lula na cadeia"  
[oantagonista.com/posts/quero-te](http://oantagonista.com/posts/quero-te) ... via: @o\_antagonista

 **"Quero Temer investigado e Lula na cadeia" - O Antagonista**  
Jair Bolsonaro, como antecipamos, votará pelo prosseguimento da denúncia contra Michel Temer...  
[oantagonista.com](http://oantagonista.com)

12:32 - 2 de ago de 2017

 **diogomainardi**  
@diogomainardi Seguir

Quem vota Temer não menciona investigação  
[oantagonista.com/posts/quem-vot](http://oantagonista.com/posts/quem-vot) ... via: @o\_antagonista

15:12 - 2 de ago de 2017

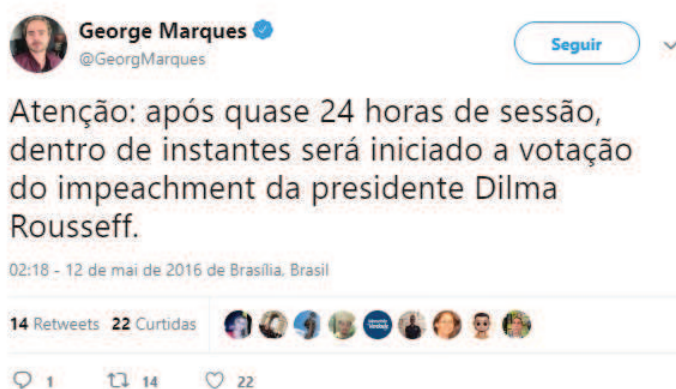
19 Retweets 58 Curtidas 

 9  19  58





## ANEXO E – POSTAGENS DE GEORGE MARQUES – 12-05-2016 (GM1)



 **George Marques** ✓  
@GeorgMarques [Seguir](#) ▾

Atenção: por 55 x 22 o Senado decide pelo afastamento de Dilma Rousseff da presidência da República. @MichelTemer é o novo presidente!

02:34 - 12 de mai de 2016

51 Retweets 27 Curtidas 

 10  51  27

 **George Marques** ✓  
@GeorgMarques [Seguir](#) ▾

Rede Globo hostilizada após autorização do impeachment de Dilma



0:12 1.827 visualizações

07:39 - 12 de mai de 2016

 **George Marques** ✓  
@GeorgMarques [Seguir](#) ▾

Uma tribo indígena chega para protestar contra o impeachment de Dilma



0:24 1.801 visualizações

07:45 - 12 de mai de 2016 de Palácio do Planalto



**George Marques** ✓  
@GeorgMarques

Seguir

Em frente ao Palácio do Planalto Dilma ataca Eduardo Cunha e diz que ele deu início a esse golpe



08:00 - 12 de mai de 2016 de Palácio do Planalto



**George Marques** ✓  
@GeorgMarques

Seguir

Dilma cumprimenta militantes na porta do Palácio do Planalto após Senado ter autorizado seu afastamento por 180 dias



08:15 - 12 de mai de 2016 de Palácio do Planalto



**George Marques** ✓  
@GeorgMarques

Seguir

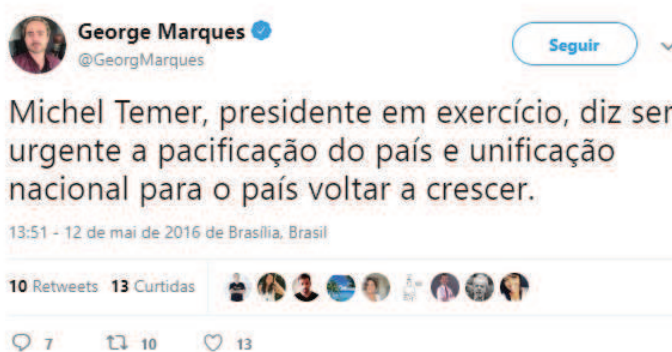
Com um governo de 23 ministérios, o presidente interino [@MichelTemer](#) nomeará os novos ministros daqui a pouco (15h) no Palácio do Planalto.

09:41 - 12 de mai de 2016 de Brasília, Brasil

13 Retweets 13 Curtidas



2 13 13



#### ANEXO F – POSTAGENS DE GEORGE MARQUES – 02-08-2017 (GM2)





**George Marques** ✓  
@GeorgMarques

Seguir

Atenção: aprovado requerimento de encerramento de discussão da denúncia contra Temer. Placar: 292 x 20. Votação já poderá ser iniciada



**George Marques** ✓  
@GeorgMarques

Seguir

Wladimir Costa diz que governo Temer é ético e chama oposição de falsos moralistas. "O Temer é um homem ético e transparente", diz

11:26 - 2 de ago de 2017

116 Retweets 220 Curtidas



41 116 220





**George Marques** ✓  
@GeorgMarques

Seguir

Confusão e empurra-empurra no plenário da Câmara enquanto ocorre votação da denúncia contra Temer







14:30 - 2 de ago de 2017 de Brasília, Brasil

**George Marques**  [Seguir](#) 

**Darcisio Perondi (PMDB-RS) vota "pela honra e integridade de Michel Temer" pelo arquivamento da investigação**

14:32 - 2 de ago de 2017

73 Retweets 101 Curtidas 



 11  73  101

**George Marques**  [Seguir](#) 

**Após promessas de cargos e liberação de emendas a aliados governo consegue vitória e denúncia criminal contra Temer é arquivada**





VOTOS	
Sim	168
Não	144
Abstenção	001
<b>TOTAL</b>	<b>313</b>
Ausentes	013

**George Marques**  [Seguir](#) 

**Curiosidades da votação: os deputados que votam sim, para livrar Temer da investigação, estão sendo mais econômicos nas palavras.**

14:55 - 2 de ago de 2017

265 Retweets 420 Curtidas 

 34  265  420

## ANEXO G – POSTAGENS DE RODRIGO VIANNA – 12-05-2016 (RV1)

 **rodrigo vianna**  
@rvianna Seguir 

Em resposta a @folha

Deixa a Dilma tomar dois chimarros. Em 3 dias tá firme no combate a esse governo Temer ilegítimo e golpista. @folha

04:52 - 12 de mai de 2016

26 Retweets 64 Curtidas 

 6  26  64

 **rodrigo vianna**  
@rvianna Seguir 

Em resposta a @cauportela

Sim, eleito na chapa de Dilma. Para substituir em casos previstos em lei. Não para dar golpe com oposição.

10:21 - 12 de mai de 2016

2 Retweets 5 Curtidas 

 1  2  5

 **rodrigo vianna**  
@rvianna Seguir 

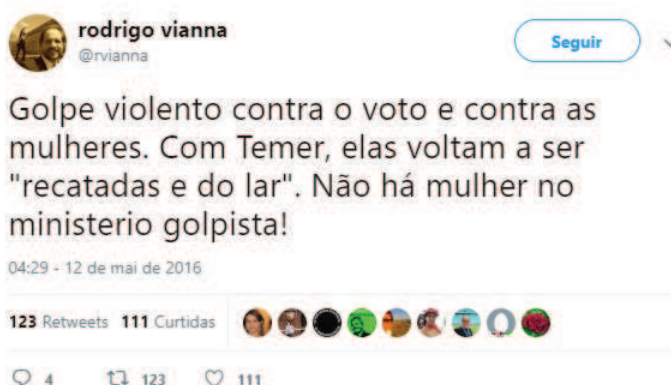
Em resposta a @cauportela

Dilma foi eleita democraticamente. E afastada por um golpe

10:21 - 12 de mai de 2016

1 Retweet 

 1  1 



## ANEXO H – POSTAGENS DE RODRIGO VIANNA – 02-08-2017 (RV2)

